INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Maria de Fátima Oliveira de Araújo

Mãos que preservam ruínas: artífices missioneiros e as práticas de preservação do patrimônio cultural em São Miguel das Missões/RS

Rio de Janeiro

2022

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Maria de Fátima Oliveira de Araújo

Mãos que preservam ruínas: artífices missioneiros e as práticas de preservação do patrimônio cultural em São Miguel das Missões/RS

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) como pré-requisito para a obtenção de título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.
Orientadora: Dra. Kátia B. Michelan
Supervisora: Arq. Adriana Almeida da Silva

Rio de Janeiro
2022

O objeto de estudo desta pesquisa foi definido a partir de questões identificadas no cotidiano da prática profissional do Escritório Técnico do IPHAN em São Miguel das Missões/ RS.

A663m Araújo, Maria F. O.
Mãos que preservam ruínas: artífices missioneiros e as práticas de preservação do patrimônio cultural em São Miguel das Missões/RS/ Maria F.O. Araújo – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2022.

135f. : il.

Orientador: Kátia B. Michelan

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2022.

1. Patrimônio Cultural 2. Proteção. 3. Preservação. 4. Artífices missioneiros. I. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). II. Título.

CDD 363.0981

Ministério do Turismo
Secretaria Especial de Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Maria de Fátima Oliveira de Araújo

"Mãos que preservam ruínas: artífices missioneiros e as práticas de preservação do patrimônio cultural em São Miguel das Missões/RS"

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Defesa por videoconferência em 06 de julho de 2022.

Banca examinadora

Professora Dra. Kátia Brasilino Michelan (orientadora e presidente da Banca) – Mestrado Profissional do IPHAN

Professora Dra. Lia Motta – Mestrado Profissional do IPHAN

Professora Dra. Leticia Brandt Bauer – UFRGS

Adriana Almeida (supervisora) – Escritório Técnico do IPHAN em São Miguel das Missões/RS

Documento assinado eletronicamente por **Lia Motta**, **Arquiteto**, em 27/07/2022, às 09:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Adriana Almeida da Silva**, **Chefe do Parque Histórico Nacional das Missões - RS**, em 27/07/2022, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Agradecimentos

A Deus, por sempre ter me dado forças para superar meus limites internos.

Aos meus pais, por acreditarem no poder transformador da educação e por todo o apoio, independentemente do caminho que eu deseje trilhar.

À equipe do Escritório Técnico do Iphan, em São Miguel das Missões, e todos seus colaboradores: equipes de jardinagem, limpeza, segurança e portaria, por terem compartilhado seus dias comigo e fazerem esta jornada leve, divertida e acolhedora.

Aos artífices missioneiros Adelar de Oliveira Leite, Luiz Carlos Ferreira, Nilson Jardim de Campos, Nerci Alves de Lima, Paulo Amauri de Souza e Valdemar Ribas Mayer, por terem compartilhado seus dias e histórias comigo e terem permitido que esta pesquisa acontecesse.

À minha orientadora Katia B. Michelan, por não ter me deixado desistir e acreditar em mim quando nem eu mesma acreditava.

À minha supervisora e amiga Adriana A. dos Santos, por ter visto meu potencial desde o primeiro dia em que nos vimos. Sei que algo maior nos uniu nesta jornada, e, por isso, sou imensamente grata.

Às minhas amigas Janaina, Lilian, Naiara e Priscila, pelos puxões de orelha e por me incentivarem a seguir em frente, sempre.

Às amigas que fiz em São Miguel das Missões, Rosi e Eva. Obrigada pelo carinho e pelo companheirismo.

Ao Leonardo, que me acompanhou durante toda esta aventura e foi meu pilar durante todo o tempo no qual compartilhamos esta jornada pela vida.

Aos cidadãos de São Miguel das Missões, por terem me acolhido desde o primeiro dia e me fazerem sentir em casa.

Por fim, mas não menos importante, à equipe do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio e à Turma 2017 do PEP, por contribuírem para meu crescimento profissional, pessoal e acadêmico.

RESUMO

Esta pesquisa propõe reflexões acerca da importância da atuação dos artífices de manutenção para a conservação e a preservação do conjunto de sítios arqueológicos da experiência reducional missioneira de São Miguel Arcanjo, São Luiz Gonzaga, São João Batista e São Nicolau. Com saberes e experiências singulares no que diz respeito à conservação de ruínas jesuíticas missioneiras, esses profissionais atuam, desde a década de 1980, diretamente na conservação desse patrimônio e guardam memórias da atuação do Iphan na região. Em virtude da iminente aposentadoria desses profissionais, pretende-se contribuir para a construção de conhecimento acerca da atuação desses profissionais, suas histórias de vida, as relações construídas, os ofícios e os conhecimentos adquiridos no campo da conservação e a manutenção do patrimônio material, enfim, seu saber-fazer. Para tanto, foram conduzidas pesquisas de campo para o acompanhamento do cotidiano de trabalho dos artífices e entrevistas semiestruturadas a fim de documentar as experiências dos artífices.

Palavras-chaves: artífices missioneiros; ruínas missioneiras, experiência reducional; preservação do patrimônio cultural; saber-fazer.

RESUMEN

Esta investigación propone reflexionar sobre la importancia de la actuación de los artifices en la manutención, conservación y preservación del conjunto de sitios arqueológicos perteneciente a las misiones jesuíticas guaranis de São Miguel Arcanjo, São Luiz Gonzaga, São João Batista e São Nicolau. Estos profesionales, poseedores de experiencias y saberes únicos en la conservación de las ruinas misioneras, actúan desde la década de 1980 en la conservación del patrimonio, reflejando la actuación del Iphan en la región. Teniendo en consideración el inminente retiro de los artífices, esta investigación se propone contribuir en la construcción de conocimiento. Para ello, es necesario acercarse al accionar de estos profesionales, conocer sus historias de vida, las relaciones establecidas, los oficios y saberes adquiridos en el campo de la conservación y manutención del patrimonio material; su saber-hacer. Para eso, fueron realizadas investigaciones de campo para acompañar el trabajo de estos profesionales y entrevistas semi-estructuradas con el objetivo de documentar sus experiencias.

PALABRAS CLAVES: Artifices missioneiros; ruinas misioneras; preservación del patrimonio cultural; saber-hacer.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de expansão das Missões (1685-1718) 18
Figura 2: Planta da redução de São Miguel Arcanjo, 1756 20
Figura 3: Foto aérea do sítio histórico e arqueológico de São Miguel Arcanjo 21
Figura 4: Foto aérea do sítio histórico e arqueológico de São Miguel Arcanjo 22
Figura 5: Representação possível da igreja de São Miguel Arcanjo. Cabrer, 1784 23
Figura 6: Ruínas de São Miguel Arcanjo. Demersay, 1846 23
Figura 7: Mapa de sobreposição da área atual do sítio histórico e arqueológico missioneiro a um plano feito em 1756 pelo exército português da mesma área 24
Figura 8: Sítio histórico e arqueológico de São Lourenço Mártir 40
Figura 9: Sítio histórico e arqueológico de São João Batista 40
Figura 10:Sítio histórico e arqueológico de São Nicolau 40
Figura 11: Artífices de manutenção 68
Figura 12: Paulo Amauri de Souza. 71
Figura 13: Espetáculo *Som e Luz* 72
Figura 14: Casa do zelador, anexa ao Museu das Missões 73
Figura 15: Museu das Missões 74
Figura 16: Paulo trabalhando na consolidação de um dos muros do sítio 77
Figura 17: Umbu atrás da qual eram cortadas as pedras 80
Figura 18: Massa de cimento, cal e areia usada em momentos pontuais da restauração da igreja. 80
Figura 19: Massa a base de cal, areia e terra. 81
Figura 20: Paulo trabalhando na consolidação dos pisos da ruína 87
Figura 21: Valdemar Ribas Mayer 88
Figura 22: Limpeza da área do sítio histórico quando ainda não contavam com tratores 91
Figura 23: Porta lateral da fachada da igreja com base de concreto na parte superior 92
Figura 24: Artífices erguendo uma das pedras das ruínas durante obra de consolidação 94
Figura 25: Adelar de Oliveira Leite 99
Figura 26: Fachada das ruínas, onde é possível identificar as pedras relatadas por Adelar 101
Figura 27: Ponte do Imperador, Ivoti/RS. 102
Figura 28: Adelar trabalhando na consolidação dos pisos das ruínas 103
Figura 29: Adelar trabalhando em parede. 104
Figura 30: Foto de Adelar trabalhando no preenchimento das paredes com argamassa. 105
Figura 31: Fonte Missioneira. 106

Figura 32: Nilson Jardim dos Campos. 108
Figura 33: Artífices lidando na parede. 110
Figura 34: Luiz Carlos Ferreira. 112
Figura 35: Estruturas do muro lateral da quinta com andaimes para escoramento. 116
Figura 36: Obras de consolidação da fundação da igreja. 117
Figura 37: Equipe atual de artífices do sítio histórico e arqueológico de São Miguel Arcanjo 121
Figura 38: Desenhos criados por Odair de Almeida, em 1985, sobre os artífices que trabalhavam nas obras de consolidação. 124

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Cotrisa	Cooperativa Tritícola Regional Santo Ângelo
Dphan	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IBPC	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Miniplan	Ministério do Planejamento
PCH	Programa de Cidades Históricas
Rescon	Restauração e Conservação Ltda.
Seplan	Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos
Sphan	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Sphan	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Unesco	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

1. A Missão Jesuítica de São Miguel Arcanjo 16

1.1 Estruturas dos sítios históricos e arqueológicos missioneiros 19

1.2 Materiais usados 22

CAPÍTULO 1 – A patrimonialização de São Miguel Arcanjo 25

1.1 As ruínas de São Miguel Arcanjo na construção do patrimônio nacional 26

1.1.1 São Miguel no rol do patrimônio cultural 28

1.1.2 A Missão Jesuítica-Guarani de São Miguel Arcanjo como bem de valor estético e arquitetônico 30

1.1.3 A retórica da perda na construção do patrimônio missioneiro 33

1.1.4 A construção discursiva das Missões 35

1.2 As ruínas da antiga redução de São Miguel Arcanjo como bens arqueológicos 38

1.3 As ruínas de São Miguel Arcanjo como Patrimônio Mundial 42

1.4 São Miguel Arcanjo como bem cultural de natureza imaterial 45

CAPÍTULO 2 - A formação de artífices missioneiros no Iphan 50

2.1 Os artífices no Iphan 51

2.2 A formação de artífices nas Missões 56

CAPÍTULO 3 – Compartilhando histórias 68

3.1 Paulo Amauri de Souza 71

3.2 Valdemar Ribas Mayer 88

3.3 Adelar de Oliveira Leite 99

3.4 Nilson Jardim de Campos 108

3.5 Luiz Carlos Ferreira 112

3.6 Comentários gerais 118

CONSIDERAÇÕES FINAIS 121

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 125

INTRODUÇÃO

A temática desta pesquisa e a vaga de mestrado que deu início a ela são resultado de uma série de questionamentos provenientes das vivências tanto da equipe do Escritório Técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em São Miguel das Missões, quanto desta mestranda, na mesma instituição, em decorrência das atividades práticas supervisionadas associadas aos créditos exigidos pelo Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan.

São Miguel das Missões é um município com pouco mais 7.000 habitantes[1], localizado na região das Missões, noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. A cidade é considerada de importância histórica por ter vestígios de um dos mais emblemáticos processos de catequização e ocupação territorial ocorrido durante a colonização das Américas, as Missões Jesuítico-Guarani.

De forma geral, tais missões foram estruturadas por meio de povoados missionais, mais conhecidos como reduções. Entre as reduções que permaneceram em território brasileiro, São Miguel Arcanjo[2], localizada na cidade de São Miguel das Missões, é a que contém as estruturas mais bem preservadas. Por esse motivo, constitui-se um importante sítio histórico e arqueológico, reconhecido como Patrimônio Cultural do Brasil, inscrito no livro das Belas Artes, desde 1938, e Patrimônio Mundial desde 1983.

A preservação de um patrimônio constitui por si só uma tarefa árdua e, quando esse apresenta característica primordial o estado de ruína, demanda um cuidado ainda mais especializado. Por conta da especificidade dos trabalhos de conservação de ruínas, o Escritório Técnico do Iphan, em São Miguel das Missões, conta, desde a década de 1980, com uma equipe especializada de profissionais locais com saberes e experiências diferenciados no que diz respeito à conservação[3]. Os chamados artífices missioneiros, ou, como se referem entre si, "guris", junto de uma equipe de arquitetos e outros colaboradores, atuam diariamente na

[1] Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020), em 2020, o município de São Miguel das Missões tinha um total de 7.692 habitantes.

[2] Ao longo desta pesquisa, usaremos o termo "São Miguel Arcanjo" ao nos referirmos, especificamente, ao sítio histórico e arqueológico de São Miguel Arcanjo, onde são encontrados os vestígios da Missão Jesuítica-Guarani de mesmo nome. São Miguel das Missões refere-se ao município no qual esse sítio se encontra.

[3] Para os fins desta pesquisa, entendemos como conservação, a partir do exposto na Carta de Burra (1980), como todos os processos de cuidado de um sítio que visa manter seu significado cultural e busca respeitar a fábrica e os diversos significados ali existentes.

consolidação[4], conservação e manutenção[5] desse e de outros três remanescentes de antigas reduções[6].

As vivências profissionais desses artífices são o foco da nossa pesquisa. O interesse por compreender mais a fundo a atuação desses profissionais na conservação do patrimônio cultural missioneiro parte de um cenário bastante específico: a iminente aposentadoria desses servidores, motivo pelo qual muito em breve seus cargos estarão desocupados. A situação em destaque agrava-se pelo fato de que, até o presente momento, não há nenhuma proposta articulada acerca do que fazer institucionalmente diante dessa situação, já que os cargos hoje ocupados por esses servidores foram extintos em 1998, por meio da Medida Provisória n.º 1606-20 de 1998, transformada na Lei n.º 9.632, de 1998, vigente até o momento. Dado esse contexto, a equipe do Escritório Técnico identificou a necessidade de desenvolver um trabalho que pudesse proporcionar um entendimento maior acerca dos artífices, principalmente no que diz respeito ao trabalho conduzido por esses servidores públicos que têm sido os responsáveis pela proteção imediata do sítio histórico e arqueológico de São Miguel Arcanjo nos últimos 40 anos. Entre o vai e vem de arquitetos, historiadores, arqueólogos, chefes de escritórios e outros colaboradores, os artífices caracterizam-se por sua permanência naquele local desde a década de 1980, quando se tornaram atores e espectadores privilegiados das mudanças empreendidas pelo campo da preservação nas ruínas de São Miguel Arcanjo.

A permanência desses profissionais ao longo dessas quase quatro décadas demonstra a preocupação do Iphan em ter, dentro do seu quadro de servidores, profissionais que pudessem estar permanentemente acompanhando esse bem cultural, visto que o fato de se tratar de um bem patrimonializado em estado de ruínas pressupõe acompanhamento constante e intensivo para a sua permanência. Ante o desafio de se pensar o futuro dessa profissão e, consequentemente, da preservação do patrimônio missioneiro, a equipe do escritório técnico identificou a necessidade urgente de conhecer e documentar, da forma mais abrangente

---

[4] Segundo Marcelo Magadán (2009, p.149) a consolidação "implica uma série de tarefas tendentes a deter o processo de deterioração e inclui a realização de reintegrações mínimas de material original desprendido ou caído, claramente identificado no lugar" buscando manter seu significado cultural.

[5] Acompanhando as definições da Carta de Burra (1980), entendemos a manutenção como todos os procedimentos com vistas à proteção contínua da substância, do conteúdo e do entorno do bem. No trabalho dos artífices missioneiros, a manutenção é entendida como aquelas ações realizadas diariamente nos sítios arqueológicos para a conservação da integridade do bem, como vistorias, pequenos reparos realizados na estrutura do sítio como um todo, com vista à efetiva fruição do espaço dos sítios missioneiros pelos visitantes.

[6] Além de São Miguel Arcanjo, outros três remanescentes de antigas reduções são considerados Patrimônio Cultural Brasileiro, a saber: São João Batista, São Lourenço Mártir e São Nicolau. Os quatro sítios compõem atualmente o Parque Histórico Nacional das Missões e estão sob responsabilidade direta do Escritório Técnico de São Miguel das Missões.

possível, a história de atuação desses artífices, seu cotidiano de trabalho, suas histórias de vida, as relações construídas, os ofícios e os conhecimentos construídos no campo da conservação e da manutenção do patrimônio material. Enfim, seu saber-fazer. Diante dessa situação, entendemos que a presente pesquisa poderia contribuir para esse objetivo maior. Ela traz à tona um pouco mais das suas vivências cotidianas nesse ofício, bem como busca compreender um pouco mais do contexto no qual essa equipe foi formada. Acreditamos que a documentação e a ampla divulgação da atuação desses profissionais no campo do patrimônio cultural é importante na medida em que nos permite refletir sobre as práticas patrimoniais conduzidas pelo Iphan na região. Partimos também do pressuposto de que os conhecimentos e as técnicas construídos por esses profissionais caracterizam-se como um saber-fazer institucional que, assim como outros saberes, deve ser preservado e transmitido aos novos profissionais que, no futuro, serão responsáveis pelo cuidado diário desse bem cultural.

O Iphan aprendeu, ao longo dos anos, a salvaguardar saberes-fazeres tradicionais construídos pelos diversos grupos formadores da sociedade brasileira. Todavia, precisa incluir na agenda de salvaguarda seu próprio saber-fazer patrimonial, criado ao longo de mais de 80 anos de atuação. Defendemos que a permanência do ofício de artífice missioneiro e da função dentro da instituição é elemento fundamental para a preservação[7] de um patrimônio reconhecido mundialmente. No decorrer desta pesquisa, identificamos pouquíssimos trabalhos escritos direcionados à atuação dos artífices na preservação do patrimônio missioneiro. Em muitos casos, encontramos apenas breves citações em trabalhos a respeito das atividades do Iphan nas Missões, mas sem mais detalhes sobre as histórias e o saber-fazer dos artífices. Assim, esta pesquisa pretende colocar esses profissionais em evidência, para que, ao contar a história da patrimonialização dos remanescentes das Missões Jesuítico-Guarani, seja sublinhado que eles continuam vivos até hoje pelas mãos de cada membro dessa comunidade e da instituição que ajuda a proteger e conservar suas ruínas diariamente.

Acreditamos que esses artífices e seus saberes devem ser reconhecidos pela comunidade e pelo Iphan por sua atuação na proteção do patrimônio cultural por meio de pesquisas sobre seus ofícios e programas para a capacitação e a contratação de futuros profissionais para, assim, possibilitar a permanência dessa função dentro da instituição como elemento fundamental e imprescindível para a preservação de um patrimônio de tamanho significado, como é o caso das

[7] Segundo Márcia Sant'Anna (2015, p.2), a preservação constitui-se como "um conjunto de ações que constituem o que, atualmente, se denomina 'processo de patrimonialização', o qual tem início com a atribuição de valor a determinados objetos, construtos, obras da natureza, paisagens, saberes e práticas e se completa com ações concretas que visam mantê-los ou lhes dar continuidade".

Missões Jesuítico-Guarani. Procuramos ressaltar o vínculo entre materialidade e imaterialidade no trabalho desses profissionais, bem como valorizar esse conhecimento que tem importância no campo de preservação, já que constituem uma das poucas equipes de artífices servidores da instituição.

Lançar luz sobre suas vivências cotidianas e experiências tem como objetivo sinalizar a necessidade de políticas institucionais para a manutenção dessa equipe e dos trabalhos de valorização desse conhecimento junto à comunidade. Aponta-se, portanto, para o problema que pode advir se a instituição não planejar a continuidade desse ofício e interromper um ciclo de artífices e conhecimentos essenciais para a continuidade física do bem cultural. Além disso, esperamos difundir, para a comunidade em geral, as histórias de vida desses profissionais, para que possam se sentir valorizados e reconhecidos por sua dedicação ao patrimônio.

Nesse sentido, o objeto de nossa pesquisa é difundir as memórias da atuação cotidiana dos artífices missioneiros a partir de 1982 no sítio histórico e arqueológico de São Miguel Arcanjo. Nosso intuito é compreender a trajetória desses profissionais como protagonistas das diversas ações institucionais do Iphan que resultaram na possibilidade de fruição diária desse patrimônio tanto pela comunidade local quanto por todos aqueles que se relacionam com aquele bem. Para cumprir com esse objetivo, além de pesquisas bibliográficas, também optamos por usar a história oral em nossa pesquisa por entendê-la, como proposto por Verena Alberti (2013), em seu livro intitulado *Manual de História Oral*, como método de pesquisa multidisciplinar,

> que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Como consequência, o método da história oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas etc. à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou testemunharam. (ALBERTI, 2013, p. 39).

Para os fins deste trabalho, optamos por apresentar recortes temáticos das histórias compartilhadas por cinco desses artífices que atuam até o momento, a saber: Adelar de Oliveira Leite, Luiz Carlos Ferreira, Nilson Jardim de Campos, Paulo Amauri de Souza e Valdemar Ribas Mayer. Entretanto, sabemos que muitos outros participaram e participam[8] da preservação

[8] Além desses artífices, a equipe ainda é composta por Nerci Alves de Lima, que ingressou em 1983 na equipe de vigilância e, no momento da extinção desse cargo dentro do Iphan, passou a integrar a equipe de artífices. Nerci Alves de Lima decidiu não compartilhar sua história nessa pesquisa.

dessas ruínas e que suas histórias merecem também destaque. Esperamos que outros estudos possam surgir nesse sentido e sejam capazes de elucidar essas outras histórias[9] e contribuam para a construção de um rol de conhecimentos sobre o trabalho dos artífices, a ser salvaguardado e disponibilizado para futuras consultas.

A presença de artífices sempre foi uma constante nas diversas obras conduzidas pelo Iphan em São Miguel Arcanjo, mas apenas a partir da década de 1980 é possível perceber uma atuação contínua desses profissionais na conservação, consolidação e manutenção das ruínas missioneiras, pois passam a ser incorporados ao quadro permanente de servidores.

Para cumprir com o objetivo proposto, ainda nesta introdução, será apresentado, de forma sucinta, o contexto de formação das Missões Jesuítico-Guarani, para que o leitor possa compreender a formação das ruínas missioneiras.

A partir desse contexto geral sobre a formação das missões, no primeiro capítulo, buscamos compreender como a experiência missioneira tornou-se parte da memória e da identidade nacional; os valores patrimoniais que lhe foram atribuídos; e como seus remanescentes materiais passaram a ser protegidos pelo Iphan. Buscamos mostrar, ao longo do capítulo, como cada valor atribuído ao bem, em distintos momentos da sua trajetória, foi fundamental para reforçar não apenas a construção, mas, principalmente, a permanência de uma equipe de artífices na manutenção, na conservação e na preservação desses bens culturais.

No segundo capítulo, abordaremos a formação da atual equipe de artífices. Buscamos demonstrar como a preocupação com a preservação física do bem cultural, desde seus primórdios em 1938, perpassa a presença de profissionais que possam, ainda que em caráter pontual, atuar na conservação física do monumento. No entanto, defendemos a ideia de que a construção de uma equipe permanente de artífices partiu de um contexto de transformações políticas institucionais marcado pelo uso econômico dos bens patrimoniais e pela necessidade decorrente de formação e capacitação de profissionais.

Por fim, no terceiro capítulo, serão apresentadas as histórias compartilhadas pelos artífices por meio de recortes temáticos. Eles permitem identificar, nas falas, assuntos recorrentes, como a questão da aposentadoria e a preocupação com o futuro da profissão. A partir desses relatos, buscaremos demonstrar o forte vínculo existente entre esses profissionais e o patrimônio cultural protegido e a importância deles não apenas para a proteção física do patrimônio, mas também como elo entre a instituição e a comunidade local. Assim, esperamos

---

[9] Ao longo desses 40 anos, diversos profissionais atuaram como artífices missioneiros. No decorrer do tempo, muitos deles se aposentaram e outros faleceram. Durante o tempo de produção dessa pesquisa, a equipe de artífices contou com sete profissionais, dos quais cinco concordaram em compartilhar suas histórias.

contribuir para a produção de conhecimento acerca da história de preservação das missões e tornar os artífices os personagens fundamentais para sua salvaguarda.

1. A Missão Jesuítica de São Miguel Arcanjo

Para compreender o ofício dos artífices missioneiros, é necessário analisar, mesmo que brevemente, o contexto de formação do que se convencionou chamar *ruínas missioneiras*. Marcada por um dos mais emblemáticos processos de catequização e ocupação territorial ocorridos nas Américas, a Região Missioneira, localizada no que é hoje o noroeste do estado do Rio Grande do Sul, destaca-se por ter vestígios materiais e imateriais do projeto desenvolvido pela Coroa Espanhola e pela Companhia de Jesus entre os séculos XVII e XVIII. Tal projeto previa, segundo o historiador Jean Baptista (2009), a união entre religiosos ocidentais e grupos ameríndios com vistas à expansão do cristianismo de forma a integrar, como aponta a pesquisadora Ceres Karam Brum (2005), os territórios e seus habitantes enquanto possessões coloniais hispânicas. Para tanto, foram construídos povoados, denominados povoados missionais ou reduções, nome que, segundo Baptista (2009), simbolizava a vitória do projeto de reduzir esses grupos indígenas, considerados "selvagens", à vida "civilizada".

Segundo o arquiteto e pesquisador Ramón Gutierrez (2013), a fixação por meio de povoados teria ocorrido num segundo momento do trabalho de evangelização dos jesuítas, já que, como ordem itinerante, teria sido privilegiada a modalidade de conversão chamada de "entradas", nas quais os religiosos iam ao encontro de grupos indígenas predicar, mas retornavam à cidade, onde encontravam-se os colégios inacianos. Para o autor, num primeiro momento, os jesuítas teriam negado as ordens vindas da Coroa para assumirem o controle de algumas missões no altiplano peruano. Eles argumentavam que sua tarefa principal não estava vinculada a essa atividade. Teria sido somente após intensas negociações com a Coroa que os jesuítas aceitaram assumir a condução do povo de Juli[10] por volta de 1576, por meio da fixação em um território.

O arquiteto e pesquisador Luiz Antônio Bolcato Custódio (2007), aponta que, no processo de tentativa de conversão dos grupos indígenas, os jesuítas implementaram diferentes estratégias de acordo com os contextos regionais ou as culturas envolvidas. Na região que ficou conhecida como Os Trinta Povos das Missões, localizada atualmente na região de fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, houve a opção pelas reduções por serem consideradas, pelos

[10] Juli é um distrito no Peru, departamento de Puno, localizado na província de Chucuito.

jesuítas e pela Coroa hispânica, mais eficazes tanto na catequização como na proteção do território de fronteira.

O período de implantação reducional no território dos Trinta Povos das Missões é comumente dividido, pela historiografia, em duas etapas. A primeira, que alguns pesquisadores, como Fernando Machado Leal (1982) e Ceres Karam Brum (2005), consideram ser entre 1610 e 1640, é caracterizada como um período de maior adversidade para a implementação definitiva das reduções devido aos constantes ataques de expedições bandeirantes que, saídas de São Paulo em busca de mão de obra escravizada indígena, invadiam e destruíam os povoados.

Para Brum, essa primeira etapa também era caracterizada, do ponto de vista dos jesuítas, pela imposição de uma organização que pretendia defender os interesses expansionistas hispânicos e pontuar a ocupação do território ao empregar os indígenas como defensores mobilizados militarmente. Percebe-se que, para a autora, a atuação catequética estava intimamente relacionada à defesa do território hispânico frente às investidas da Coroa Portuguesa.

Os pesquisadores Ramón Gutierrez e Ernesto Maeder (2009), ainda que considerem a existência de duas etapas para a implantação das reduções – a primeira caracterizada por eles como um momento de crise perante os ataques dos bandeirantes –, ampliam a duração da primeira até princípios de 1685, quando só então consideram uma segunda, caracterizada por consolidação, expansão e recuperação de parte do território perdido. Os constantes ataques de bandeirantes, segundo os autores, teriam levado a uma constante transladação dos povoados e, consequentemente, ao reagrupamento desses povoados em áreas mais comprimidas.

A segunda etapa é caracterizada, de forma geral pela historiografia, como um momento de maior estabilidade e expansão do território das Missões, quando, segundo Leal (1982), superam-se as investidas dos bandeirantes. No mapa apresentado a seguir, é possível visualizar a expansão territorial das Missões a partir de 1685, período considerado como da segunda etapa de implementação das reduções. Nesse segundo momento, como pode-se observar, teriam sido fundadas as reduções hoje localizadas no território do Rio Grande do Sul, comumente chamadas Os Sete Povos das Missões[11], onde encontram-se os quatro sítios históricos e arqueológicos patrimonializados pelo Iphan.

[11] São comumente chamados de Os Sete Povos das Missões as reduções de São Francisco de Borja (1682), São Nicolau (1687), São Luiz Gonzaga (1687), São Miguel Arcanjo (1687), São Lourenço Mártir (1690), São João Batista (1697) e Santo Ângelo (1706).

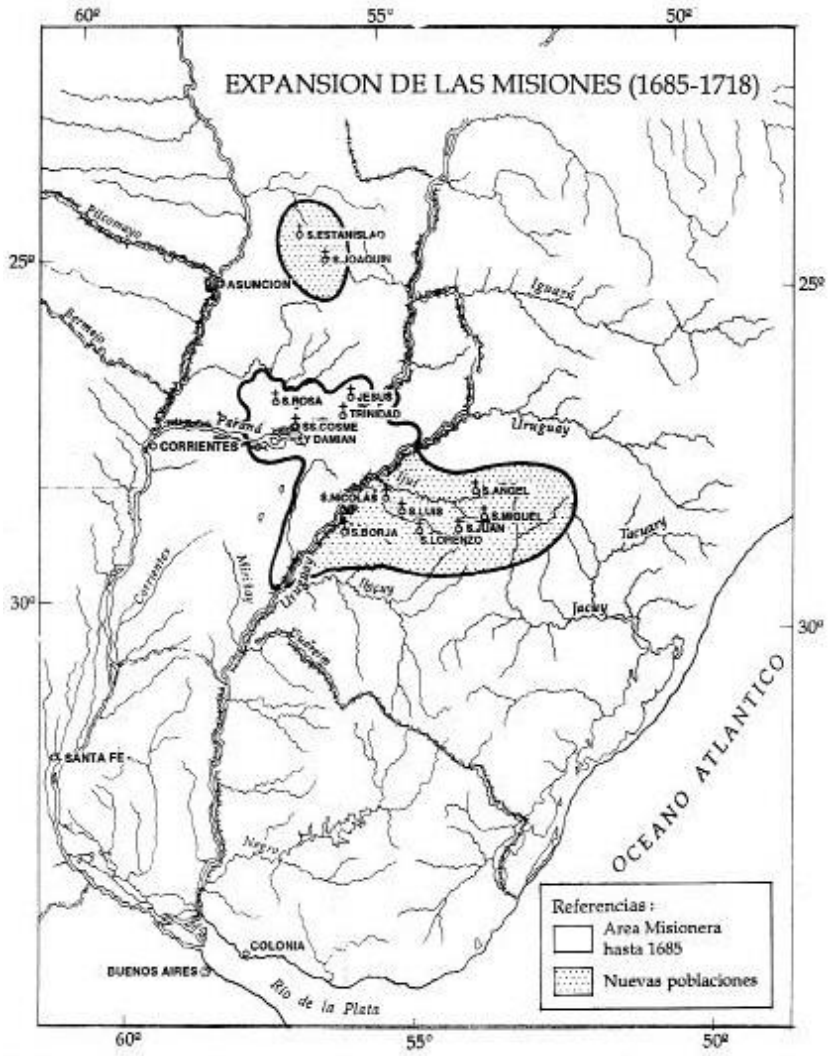


Figura 1: Mapa de Expansão das Missões (1685-1718). Fonte: ERNESTO, M. Átlas territorial y urbano de las missiones jesuíticas de los Guaranies: 2009, p. 24.

Apesar de o movimento expansionista demonstrado no mapa e das frentes de ampliação de fronteiras entre 1685 e 1718, Gutierrez e Maeder (2009) descrevem um processo de enfraquecimento do sistema missioneiro a partir de 1750, quando os reis de Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Madri, que visava substituir o Tratado de Tordesilhas, de 1494, para a divisão do território pertencente a cada Coroa. Isso porque o Tratado de Madri previa a troca da Colônia de Sacramento pelo território dos Sete Povos das Missões, constituídos naquele momento de expansão demonstrado no mapa, que passou a ser de domínio português. Essa decisão foi fundamental, segundo Custódio (2002), para o fim das Missões Jesuítico-Guarani, pois exigiu a saída dos jesuítas do então território português.

Tal decisão teria desencadeado a Guerra Guaranítica, a expulsão dos padres jesuítas e o fim da vigência do sistema reducional, ligada às decisões em relação aos jesuítas tomadas por Marquês de Pombal. Considera-se que foi a partir do fim da vigência do sistema reducional, em decorrência da Guerra Guaranítica e da expulsão dos jesuítas, que as estruturas dos povoados começaram a entrar em processo de arruinamento, intensificado, segundo Leal (1982), ao longo dos séculos XIX e início do XX em decorrência de saques, das ações do tempo e da chegada de novos imigrantes que utilizaram pedras das reduções em novas construções.

É importante ressaltar que os aspectos mencionados foram amplamente difundidos no campo do patrimônio para a caracterização histórica dos sítios missioneiros construídos como patrimônio cultural pelo Iphan a partir de 1938. Os sítios patrimonializados permitem, hoje, notar vestígios materiais e imateriais dos processos de catequização e ocupação territorial e da experiência guaranítica frente a esse modelo de vida.

Entre as reduções que permanecem em território brasileiro, São Miguel Arcanjo é a que contém as estruturas mais bem preservadas. Constitui um importante sítio histórico e arqueológico reconhecido como Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Para além de São Miguel Arcanjo, ainda é possível encontrar estruturas em ruínas de outras três reduções, São Nicolau (localizada no município de São Nicolau/RS), São Lourenço Mártir (em São Luiz Gonzaga/RS) e São João Batista (localização em Entre-Ijuís/RS), que também constituem, desde 1970, sítios históricos e arqueológicos protegidos pelo Iphan. As outras reduções em território brasileiro sofreram processos de reocupação ao longo dos séculos XIX e XX que desencadearam o desaparecimento das estruturas dos antigos povoados missionais.

1.1 Estruturas dos sítios históricos e arqueológicos missioneiros

As reduções são caracterizadas pela historiografia como centros urbanos consolidados, que subsistiram da produção pecuária, com a criação de estâncias de gados, e da agricultura, com a produção de algodão, mandioca, cereais e erva-mate (ainda hoje intensamente difundida e usada pelos gaúchos), que tornaram-se, segundo Gutierrez e Maeder (2009. p. 27), os principais recursos da economia missionária. Considera-se que a estabilidade alcançada pelas reduções no século XVIII, como apresentado anteriormente, e, consequentemente, o aumento significativo de sua população, foi fundamental para seu desenvolvimento arquitetônico, o que teria possibilitado a construção de edificações mais estáveis e de maior amplitude.

A estrutura das reduções buscava satisfazer, segundo Leal, às necessidades de uma comunidade organizada socioeconomicamente para ser autossuficiente, dimensionada para abrigar entre quatro mil e cinco mil pessoas, e desenvolvida como espaço para a doutrinação e a catequese, que regiam e na qual se desenvolvia toda a vida comunitária e suas atividades[12]. Os povoados missionais, segundo o historiador Jean Baptista (2009), tinham estruturas compostas, em geral, por igreja, praça central, casas indígenas, fontes de água, zonas de cultivo coletivo e familiar, cemitérios, oficinas, claustro/escola e *cotiguaçu* (*koty*, casa/quarto, e *guaçu*, grande; tratava-se de uma casa das recolhidas, espaço destinado a mulheres viúvas ou sem família). O mapa a seguir, datado de 1756, e as fotos recentes do sítio histórico e arqueológico de São Miguel Arcanjo, mais adiante, dão ao leitor um melhor entendimento dos efeitos da temporalidade sobre as estruturas hoje resultantes das antigas reduções.

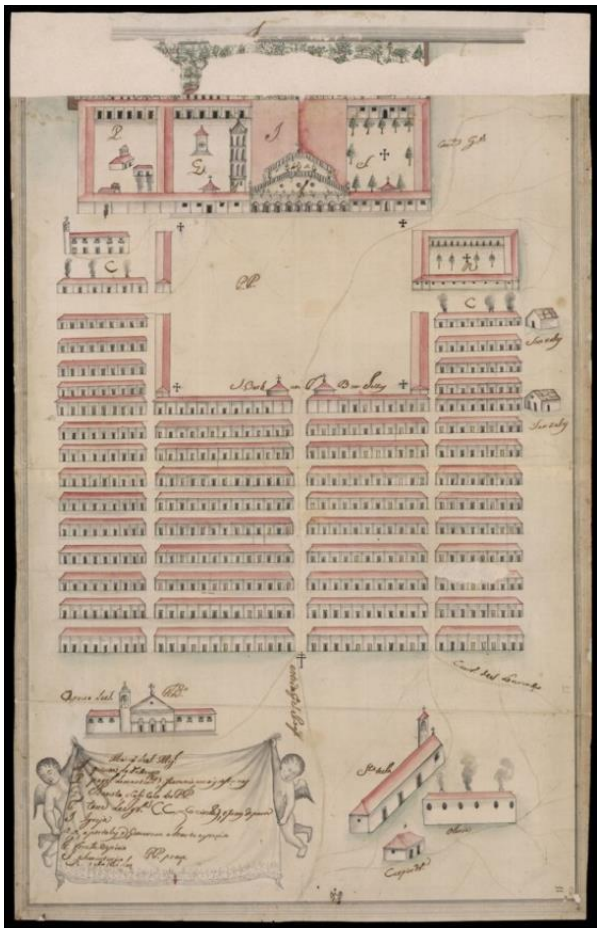


Figura 2: Planta da redução de São Miguel Arcanjo, 1756. Fonte: Arquivo digital do Escritório Técnico do Iphan em São Miguel das Missões/ Original: Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. Obra sem autoria definida.

[12] LEAL, Fernando Machado. Ruínas da Igreja de São Miguel das Missões. Sem data. Arquivo do Escritório Técnico do Iphan em São Miguel das Missões, caixa 19.

O modelo de urbanização, como podemos visualizar no mapa, foi aplicado, ainda que com pequenas variações, nos trinta povoados missionais. A igreja era o prédio mais importante e coração das reduções. Junto a ela, geralmente do lado direito, encontrava-se a residência dos padres (ou colégio, como é geralmente chamado) e as oficinas, e, do lado esquerdo, o cemitério e o *cotiguaçu*. Atrás desse complexo, havia a quinta dos padres e, à frente, ficava a praça, circundada pelas casas indígenas, o cabildo e o conselho.

Utilizam-se, aqui, os vestígios arquitetônicos das ruínas do sítio histórico e arqueológico de São Miguel Arcanjo como exemplo das estruturas missionárias por se tratar daquela em território brasileiro onde melhor podemos evidenciar sua espacialidade e materialidade; e, por ser ali, também, o local onde se destaca o trabalho realizado pelos artífices. As imagens abaixo, do atual sítio histórico e arqueológico de São Miguel Arcanjo, permitem identificar o que permaneceu estruturalmente da antiga redução.



Figura 3: Foto aérea do sítio histórico e arqueológico de São Miguel Arcanjo. Fonte: Arquivo do Escritório Técnico em São Miguel das Missões. São Miguel das Missões. Foto sem data e sem autoria.



Figura 4: Foto aérea do sítio histórico e arqueológico de São Miguel Arcanjo. Fonte: Arquivo do Escritório Técnico em São Miguel das Missões. São Miguel das Missões. Foto sem data e sem autoria.

Como é possível observar nas imagens anteriores, encontramos, ainda de pé, a frontaria da igreja, partes dos muros do cemitério, do pátio dos padres e do *cotiguaçu.* A foto, ainda, permite uma identificação dos limites do sítio arqueológico patrimonializado pelo Iphan. A seguir, serão abordados os materiais usados para a construção das estruturas reducionais, já que esses elementos são importantes para entender decisões e técnicas empregadas pelo corpo técnico do Iphan, incluindo os artífices, para a preservação dos remanescentes a partir de 1980.

1.2 Materiais usados

O uso de materiais para as construções parece estar relacionado à disponibilidade da matéria-prima no local de assentamento e ao conhecimento das propriedades do material e à disponibilidade de mão de obra para a execução. Nos povoados missionais de São Miguel Arcanjo, São Nicolau, São João Batista e São Lourenço Mártir, são encontrados predominantemente, segundo o arquiteto Custódio (2002), o arenito, empregados nas construções em trabalhos de cantaria; o itacuru, para as fundações; a argila vermelha local, nas olarias missioneiras, para a execução de tijolos, pisos cerâmicos e telhas; a tabatinga, usada como tinta para branquear as construções; e o *ñau*, tipo de barro usado para assentar telhas. Em São Miguel Arcanjo, foram localizadas duas pedreiras das quais era extraído o arenito.

No que diz respeito aos remanescentes da igreja de São Miguel Arcanjo, segundo Stello (2005), seu idealizador teria sido o arquiteto italiano Gian Battista Primoli; erguida provavelmente entre 1729 e 1735 e concluída entre 1744 e 1747. As imagens a seguir apresentam representações possíveis da igreja durante dois momentos: a primeira, de 1784, pouco depois da expulsão dos jesuítas e da Guerra Guaranítica; e a segunda, de 1846, algumas décadas depois da primeira imagem.



Figura 5: Representação possível da igreja de São Miguel Arcanjo. Cabrer, 1784.



Figura 6: Ruínas de São Miguel Arcanjo. Demersay, 1846. Fonte: Arquivo digital do Escritório Técnico do Iphan em São Miguel das Missões. Original: Mapoteca do Itamaraty.

Ao observar ambas as imagens, percebe-se a ação do tempo sobre as ruínas após o fim da vigência do sistema missioneiro na região. Quando comparadas às imagens atuais da igreja, é possível perceber o desaparecimento de diversas estruturas. A seguir, apresenta-se um mapa de sobreposição da área atual do sítio histórico e arqueológico de São Miguel Arcanjo a um plano feito em 1756 pelo exército português da redução de mesmo nome.

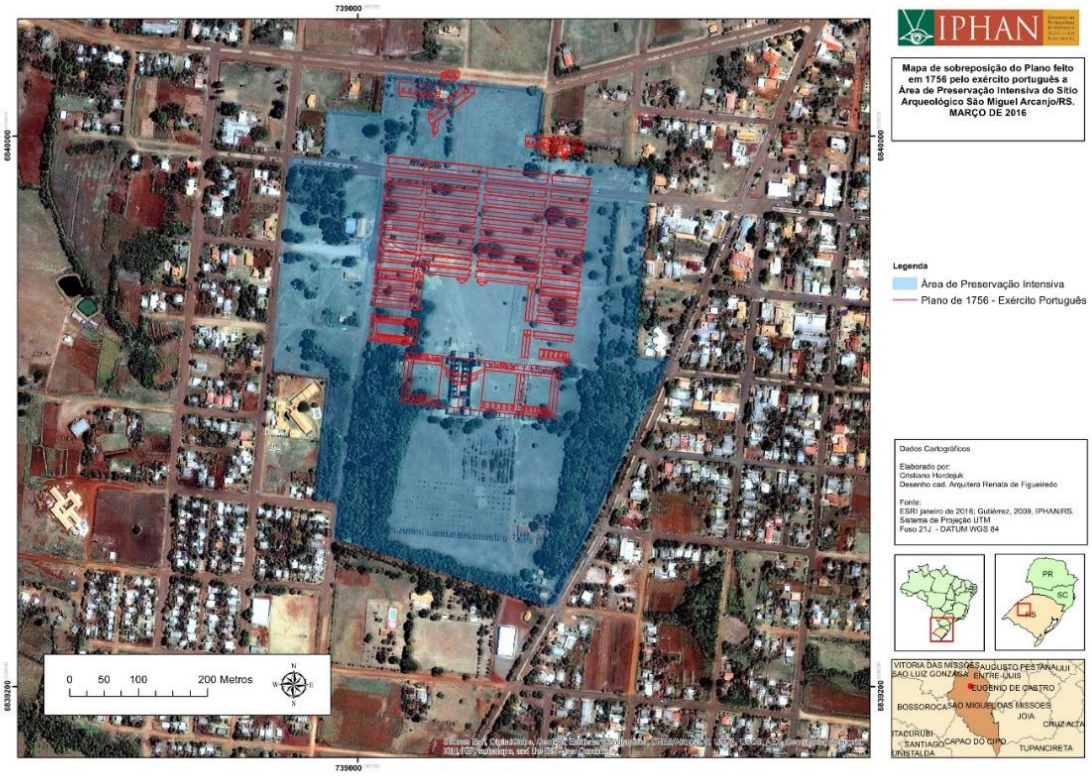


Figura 7: Mapa de sobreposição da área atual do sítio histórico e arqueológico missioneiro a um plano feito em 1756 pelo exército português da mesma área. Cristiano Hordejuk (2006).

Ao observar o mapa, percebe-se que grande parte das estruturas resultantes das reduções, apresentadas nos dois planos, encontram-se hoje protegidas dentro da área do sítio histórico e arqueológico de São Miguel Arcanjo e, portanto, são monitoradas pelo corpo técnico do Iphan em Missões e conservadas pelos esforços dos artífices de manutenção.

Com essa breve contextualização sobre a formação das missões jesuíticas, adentramos no primeiro capítulo, no qual será apresentado ao leitor como essas estruturas passaram a compor o rol dos bens patrimonializados pelo Iphan, e como esse processo demandou a presença de profissionais qualificados para a conservação do bem.

CAPÍTULO 1 – A patrimonialização de São Miguel Arcanjo

O trabalho de conservação e manutenção conduzido pelos artífices é parte fundamental dos esforços do Iphan para preservar e proteger os sítios missioneiros. Neste primeiro capítulo, antes de nos aprofundarmos de forma específica na trajetória e nas histórias compartilhadas pelos artífices, consideramos importante situar o leitor a respeito da atuação do Iphan na região das Missões Jesuítico-Guarani, no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, a partir de 1937. O objetivo deste capítulo é buscar compreender, de forma sucinta, como a experiência missioneira tornou-se parte da memória e da identidade nacional e como seus remanescentes materiais passaram a ser protegidos pelo Iphan. Consideramos fundamental acompanhar como foram construídas as diferentes abordagens patrimoniais ao redor daquele bem cultural, para que, assim, o leitor possa compreender de forma mais enfática a necessidade da presença desses profissionais responsáveis pela consolidação e pela manutenção das ruínas missioneiras no quadro de servidores do Iphan.

Para cumprir com os objetivos aqui propostos, o capítulo encontra-se dividido em quatro partes. Num primeiro momento, buscamos compreender como a experiência missioneira passou a integrar a memória e a identidade nacional e como seus remanescentes materiais no município de São Miguel das Missões passaram a fazer parte do rol de bens tombados pelo Iphan por seu valor estético e arquitetônico. Em seguida, vamos abordar o primeiro momento de ampliação dos valores culturais desse patrimônio, quando, para além de seu valor estético e arquitetônico, foram considerados os valores históricos e arqueológicos para a patrimonialização do bem cultural, o que resultou na ampliação de remanescentes protegidos e a inclusão de mais três estruturas reducionais no rol do patrimônio cultural, São Nicolau, São João Batista e São Lourenço Mártir. Num terceiro momento, vamos nos debruçar sobre a inclusão do sítio histórico e arqueológico de São Miguel Arcanjo na Lista do Patrimônio Mundial e os valores que nesse momento foram evidenciados. Por fim, vamos discorrer sobre o acréscimo de valores de natureza imaterial para a proteção do bem cultural com a patrimonialização de São Miguel Arcanjo como *Tava*, lugar de referência para o povo Guarani.

Uma vez percorrido esse caminho, esperamos que fique mais claro o cenário por trás da formação da equipe de artífices que atua até o presente momento na conservação e na consolidação dos remanescentes jesuíticos-guarani da região dos Sete Povos das Missões.

1.1 As ruínas de São Miguel Arcanjo na construção do patrimônio nacional

O início da patrimonialização das Missões Jesuítico-Guarani, em âmbito nacional, ocorreu em 1938, com o tombamento das ruínas da antiga Missão Jesuítico-Guarani de São Miguel Arcanjo, menos de um ano após a criação, no Brasil, do primeiro órgão responsável pela identificação, proteção e promoção do patrimônio cultural brasileiro, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan)[13]. Em sua dissertação, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da PUC-RS, Glaci Teresinha da Silva (2010) apresenta uma análise sobre a relação entre a consolidação do Estado Novo e a criação do Sphan[14]. A autora procura demonstrar o quanto ambos atuavam a partir dos mesmos interesses e de que modo essa relação acontecia. A pesquisa aponta a idealização e a criação do Sphan como parte de uma série de ações coordenadas pelo governo Getúlio Vargas cujo objetivo era a legitimação e a propagação ideológica do regime recém-instaurado, o Estado Novo.

Para a autora, o Estado Novo procurou se construir como uma alternativa autenticamente nacional à implementação de modelos políticos e econômicos considerados estrangeiros, como o liberalismo e o socialismo. Como modelo que privilegiava a questão do nacional em sua alteridade com outras nações, a construção de uma cultura pretensamente homogênea e de uma identidade própria, a ser descoberta e valorizada, aparecia como um desdobramento lógico do processo de construção da nação brasileira nos moldes varguistas.

Ao conectar passado, presente e futuro, essa identidade deveria ser construída de modo a reconhecer o Estado Novo como desdobramento lógico desse caráter nacional e construir seu lugar na história. Para isso, segundo a Silva (2010, p.37), "a construção da identidade e memória coletiva precisava eliminar as ambiguidades, fornecendo símbolos e bens culturais capazes de representarem a memória e identidades unificadoras e homogeneizadas", destacando assim

---

[13] Ao longo do tempo, a denominação para o órgão federal de preservação do patrimônio cultural teve várias mudanças:
Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Sphan, de 1937 a 1946;
Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Dphan, de 1946 a 1970;
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Iphan, de 1970 a 1979;
Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Sphan, de 1979 a 1990;
Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, IBPC, de 1990 a 1994;
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Iphan, desde 1994.

[14] O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Sphan (atualmente Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan) foi criado em 1936, mas somente oficializado 1937 a partir da promulgação do Decreto-Lei n.º 25 de 1937, que rege oficialmente o trabalho do órgão.

personagens ou acontecimentos históricos que pudessem representar as características mais importantes do tipo brasileiro, de acordo com os interesses do governo.

A criação desses elementos legitimadores da identidade e dos valores nacionais demandou, também, a construção de símbolos materiais e discursos históricos que os respaldassem. O patrimônio cultural parece ter sido um dos lugares onde esses elementos foram amalgamados e introduzidos oficialmente como políticas de Estado. Nesse sentido, o então Sphan e os intelectuais modernistas da época aparentemente tiveram um papel fundamental na legitimação do regime estado-novista, já que foram os responsáveis pela criação de alguns desses referentes simbólicos e de sua materialização. Não à toa, em uma publicação feita para a *Revista do Patrimônio*, a pesquisadora do campo patrimonial brasileiro Mariza Veloso utiliza a terminologia "Academia" para se referir ao Iphan. Segundo Veloso (1996, p. 77), a instituição foi capaz de institucionalizar um lugar de fala que permitiu "a emergência de uma formação discursiva específica, cuja dinâmica simbólica é dada pela permanente tematização do significado das categorias de histórico, de passado, de estético, de nacional, de exemplar, tendo como eixo articulador a ideia de patrimônio".

Para o pesquisador do modernismo Lauro Cavalcanti (1999), os intelectuais modernistas ganharam notoriedade durante o Estado Novo por serem capazes de articular um discurso que, em determinados aspectos, ia ao encontro do discurso do governo, principalmente no que diz respeito a um projeto de nação mais universal e por articularem apropriadamente o discurso da modernidade e do passado. Ao conseguirem alinhar algumas de suas premissas com as que eram amplamente implantadas no Estado Novo, esses profissionais parecem ter ganhado espaço e notoriedade no governo, já que tiveram a oportunidade de construir um passado no qual tanto o Estado Novo quanto o modernismo são um desdobramento lógico de um passado tido como verdadeiramente brasileiro. Parece ter sido no passado colonial, com contribuição dos intelectuais modernistas, que o governo se debruçou para ressaltar a formação particular e original do povo brasileiro. Como aponta o historiador Almir Oliveira (2009), em um artigo sobre o papel do Iphan na construção do patrimônio cultural brasileiro,

> os bens escolhidos para representarem o passado em forma de patrimônio vão ter que se enquadrar nessa ótica. Um passado calcado em heróis e fatos referentes a uma só raça formadora de nossa cultura. Uma prática que vai privilegiar as construções religiosas, as militares, as residenciais senhoriais e os palácios ostentatórios de um poder centralizador e oligárquico, e assim também estava definido o conceito de patrimônio que iria nortear os trabalhos do instituto até o início da década de 1970. (OLIVEIRA, 2009, p. 26).

A presença desses intelectuais se faz notar também no processo de patrimonialização das Missões, com destaque para figuras como a do escritor Augusto Meyer e do arquiteto Lucio Costa, como veremos mais adiante. Nesse sentido, é importante buscarmos compreender como as Missões passam a fazer parte do rol de bens protegidos pela instituição e como esses intelectuais contribuíram para o fortalecimento do discurso histórico ao redor das Missões.

1.1.1 São Miguel no rol do patrimônio cultural

A presença da experiência reducional, ocorrida na região dos Sete Povos das Missões, como elemento formador da identidade nacional pode parecer, num primeiro momento, algo inusitado, visto que, enquanto existiram como reduções, elas faziam parte dos domínios da Coroa Espanhola[15]. Um dos principais instrumentos usados para compreender os valores atribuídos a um bem costuma ser o seu processo de Tombamento. No entanto, se olharmos para o Processo de Tombamento das Ruínas de São Miguel, Processo n.º 141-T-38, pouca informação encontraremos sobre as possíveis razões para sua patrimonialização. Não há, no processo, qualquer tipo de documentação que nos ajude a compreender os motivos que levaram a instituição a incluir aquelas ruínas no rol do patrimônio cultural. Isso porque, no período de tombamento desse bem, não era usual fazer um estudo aprofundado para tanto. Ao invés disso, os tombamentos ocorriam por meio da autoridade dos intelectuais que atuavam no Iphan. Apesar dessa característica, considera-se que outros documentos da época, principalmente aqueles escritos por quem decidia o que era digno de patrimonialização, permitem identificar elementos que podem ajudar a compreender a presença dos vestígios da antiga redução de São Miguel Arcanjo dentro do rol de bens culturais patrimonializados no início dos trabalhos do Iphan.

Na documentação pesquisada nos arquivos do Iphan, a primeira menção a que tivemos acesso, sobre o interesse da instituição nas ruínas de São Miguel Arcanjo, é encontrada nas correspondências trocadas entre Rodrigo Mello Franco de Andrade (1898 – 1969), então Diretor do Sphan, e o escritor Augusto Meyer (1902 – 1970), convidado pelo primeiro para assumir o posto de delegado da instituição na região Sul do país. Em carta datada de 9 de março de 1937, Franco de Andrade escreve:

---

[15] A região passou a fazer parte das possessões da Coroa Portuguesa apenas a partir de 1750, quando da promulgação do Tratado de Madri, que previa a troca da Colônia de Sacramento pelo território dos Sete Povos das Missões. Esse período é considerado, de forma geral pela historiografia, como o fim da experiência reducional.

> Iniciado em maio do ano passado, mas só em janeiro deste ano criado efetivamente por lei federal, este Serviço se tem limitado aos trabalhos relacionados com sua organização administrativa e com a elaboração de projetos submetidos ao Poder Legislativo no sentido da proteção das obras de valor artístico e histórico existentes no país. [...]Dentro em breve, porém, desde que estejam à sua disposição as quantias que lhe foram atribuídas no orçamento vigente e na lei n.º 378, de 13 de janeiro, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional se empenhará por dilatar a sua ação até o Rio Grande do Sul, no propósito de inventariar os bens de valor histórico e artístico excepcional existentes no Estado e bem assim proceder aos estudos necessários para o fim de dar início às obras de conservação ou de restauração que reclamarem alguns dos monumentos aí situados, entre os quais se destacam os vestígios das construções das missões jesuíticas, em São Miguel. (ANDRADE, 1937, in: XAVIER , 2008, p. 153).

Não podemos saber ao certo as motivações que levaram Rodrigo Mello Franco de Andrade a considerar as ruínas da redução de São Miguel Arcanjo como parte do conjunto de "bens de valor histórico e artístico excepcional" que viriam a compor o rol de bens protegidos pela instituição. O arquiteto e pesquisador da atuação do Iphan na Região das Missões Vladimir Fernando Stello (2005), todavia, chama a atenção para a possibilidade de que tenha partido do Presidente Getúlio Vargas a iniciativa de incluir as ruínas no rol de patrimônios protegidos pela ação do Iphan. Para defender tal argumentação, o autor se vale de dois relatos da época. O primeiro, uma reportagem do jornal *Correio da Noite*, do Rio de Janeiro, datado de 27 de março de 1940, onde se lê:

> [...] podemos assinalar que o projeto das obras de proteção aos vestígios das Missões Orientais, no Estado do Rio Grande do Sul, foi uma das primeiras iniciativas tomadas pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Desde 1937 que, com prestigioso apoio do ministro Gustavo Capanema e sob o alto patrocínio pessoal do presidente da República, foi elaborado pelo arquiteto Lucio Costa o projeto daquelas obras. (CORREIO DA NOITE, 1940 in: STELLO, 2005, p. 85).

O segundo documento da época usado por Stello para justificar seu posicionamento foi o Ofício 963, de Rodrigo Mello Franco de Andrade para o ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, expedido em 20 de outubro de 1941:

> [...] tenho a honra de remeter, em anexo, uma coleção de fotografias, reproduzindo aspectos do antigo Povo jesuítico de São Miguel, no estado do Rio Grande do Sul. Depois dos trabalhos ali realizados por este Serviço, segundo o plano aprovado oportunamente pelos Chefe da Nação, [...] as ruínas após as obras de consolidação e estabilização que foram empreendidas para

> preservá-las, com recursos especiais concedidos pelo Presidente Getúlio Vargas. (ANDRADE, 1947 in: STELLO, 2005, p. 86).

A tese de Stello parece-nos bem fundamentada diante do fato de que Vargas nasceu na cidade de São Borja, um dos Sete Povos das Missões e o "patrocínio pessoal do Presidente da República", destacado pela reportagem, pode ter se dado por conta da profunda relação dele com a região e sua história.

1.1.2 A Missão Jesuítica-Guarani de São Miguel Arcanjo como bem de valor estético e arquitetônico

Ainda que a escolha das ruínas de São Miguel Arcanjo para compor o rol de bens representativos da nação brasileira possa ter partido de uma relação pessoal de Getúlio Vargas com a Região Missioneira, enquanto elemento simbólico, a experiência missioneira parece-nos ter sido capaz de amalgamar diversas outras características consideradas pelo governo como fundamentais para a construção da identidade nacional. Nesse sentido, a presença do arquiteto modernista Lucio Costa é essencial para compreender o processo de patrimonialização da experiência missioneira na região Sul do país. Segundo Veloso (1996), Lucio Costa foi um dos maiores articuladores dos princípios simbólicos sobre os quais se armaram as narrativas em torno do patrimônio, e suas propostas de trabalho foram tomadas como padrões orientadores de conduta. Foi no relatório escrito pelo arquiteto, em dezembro de 1937, em razão de uma viagem à região, que se firmaram não apenas as bases de como deveriam ser os trabalhos executados pela instituição a fim de efetivar a consolidação dos remanescentes das ruínas de São Miguel Arcanjo, mas os indicativos sobre o que deveria ser tombado no que concerne à experiência missioneira na região dos Sete Povos.

As primeiras menções à participação de Lucio Costa na patrimonialização das ruínas missioneiras aparecem nas correspondências de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Augusto Meyer. Em carta datada de 13 de outubro de 1937, Andrade escreve a Meyer elucidando a participação de Lucio Costa nas Missões:

> Recomendo, porém, a você a maior reserva sobre o assunto até que o projeto das obras desejadas esteja inteiramente concluído, pois consegui do Lucio Costa tomar a si o estudo da questão e espero que ele siga para aí por via aérea talvez dentro de poucos dias. Avisarei a você por telegrama da partida dele e não preciso lhe pedir que o acompanhe e lhe facilite a tarefa, pois você terá certamente um grande prazer em colaborar com um homem do valor e da

> simpatia do Lucio. Acho que ninguém no Brasil estará nas condições dele para se incumbir da tarefa que temos em vista e, se eu tiver a felicidade de obter que ele aceite tomar a si o serviço, podemos estar certos de que a restauração dos vestígios das Reduções será uma obra admirável. Mesmo, porém, que o Lucio não queira afinal aceitar pessoalmente a incumbência da direção efetiva dos trabalhos, poderemos contar com a orientação dele, porque esta ele já me prometeu. (ANDRADE, 1937, in: XAVIER , 2008, p. 90).

A carta elucida o interesse de Rodrigo Melo Franco de Andrade em que Lucio Costa seja responsável pelas obras de conservação que o Iphan tinha a intenção de conduzir para preservação das ruínas, que era considerada a primeira grande obra a ser empreendida pela instituição. Apesar de Lucio Costa dar os encaminhamentos sobre como deveriam ser executados os trabalhos de conservação, a incumbência final para a efetiva direção das obras ficou sob responsabilidade do arquiteto Lucas Mayerhofer.

Lucio Costa empreendeu, então, a pedido de Rodrigo Melo Franco de Andrade, uma viagem, em dezembro de 1937, na qual, acompanhado da esposa e de Augusto Meyer, visitou os Sete Povos das Missões para "examinar *in loco* e decidir o que fazer com as ruínas dos chamados Sete Povos da província jesuítica espanhola, que ficaram encravados do lado de cá" COSTA (1995, p.18).

Uma das primeiras recomendações de Lucio Costa foi a respeito da manutenção dos remanescentes em seu estado de ruína: "não se pode pensar em reconstruir São Miguel ou mesmo recompor qualquer de suas partes...", afirma o arquiteto, que recomenda: "...os trabalhos deverão limitar-se, tão somente, a consolidar e conservar" (COSTA apud PESSOA, 2004, p. 25-26). Sobre a decisão de Lucio Costa por não reconstruir as ruínas de São Miguel, a historiadora Letícia Bauer apresenta uma interessante interpretação a respeito da intenção do arquiteto. Segundo Bauer (2006, p.72), "assim, um primeiro dado se configura: ao não refazer nenhuma estrutura, Lucio Costa aponta para a desaceleração do tempo num momento contemporâneo. Não evoca, pois, a experiência missioneira, mas sua lembrança." O que também percebemos é que, ainda que o arquiteto faça breves menções à história das Missões em seu relatório, a importância desse bem parece residir mais em seu papel como documento para a arquitetura do que, necessariamente, por seu valor histórico. Isso pode ser evidenciado pelo fato de o autor dar grande destaque a outras construções na região que não necessariamente evocam a experiência missioneira, mas que se apropriam de elementos arquitetônicos a ela relacionados, como uma casa construída a partir de material das reduções, que chama a atenção do arquiteto: "tudo ocorre para dar a essa casa encanto especial como arquitetura e interesse de 'documento'." (PESSOA, 2004, p. 27)

É interessante notar que o interesse de Lucio Costa pela arquitetura da região, ainda que ligada às ruínas pelo uso de seus materiais, tem mais a ver com a forma como as pessoas reocuparam-na. Entretanto, apesar dos seus esforços para proteger aquele exemplar da reocupação da região, pode-se notar que a história que se construiu para a região por meio da patrimonialização das Missões acabou por ignorar outros momentos históricos que não estavam ligados diretamente à experiência missioneira. Sobre a questão da temporalidade na patrimonialização de bens culturais no Rio Grande do Sul, Bauer traz uma importante observação ao nos lembrar que o critério de tempo como limite para a seleção dos bens daquela parte do território nacional tendeu a abarcar o período entre as missões e a Revolução Farroupilha. Isso acabou por deixar pouco espaço para a valorização de elementos mais contemporâneos àquele momento: "a definição, aliás, baseava-se em eventos históricos marcantes: Missões, como o mito fundador do Rio Grande do Sul, e a Revolução Farroupilha." BAUER (2006, p.57). Além desse protagonismo das Missões na história da formação do território sul-rio-grandense, os arquitetos e pesquisadores Custódio e Vladimir (2007) apontam para o interesse por aquele território também como um troféu de guerra.

Com relação a esse destaque que Lucio Costa dá às Missões enquanto elemento estético e arquitetônico, é interessante notar como o arquiteto classifica a arquitetura daquelas reduções como de estilo barroco e destaca os jesuítas não apenas por seu papel na catequização dos indígenas, mas como arquitetos:

> Os jesuítas se revelaram nestas missões, urbanistas notáveis, e a obra deles, tanto pelo espírito da organização como pela força e pelo fôlego, faz lembrar a dos romanos nos confins do império. Apesar do atual desmantelo, ainda se adivinha, nos menores fragmentos, uma seiva, um vigor, um 'impulso', digamos assim, que os torna – estejam onde estiverem – inconfundíveis. (PESSOA, 2004, p. 30).

É interessante notar o apelo ao barroco, que parece caracterizar toda obra que vale a pena ser preservada para contar a história da nossa nação. Observamos isso acontecer, também, com as ruínas de São Miguel Arcanjo que, embora não sejam do mesmo estilo barroco português, seguem o estilo barroco. Notamos esse discurso repetido não apenas no relatório escrito por Lucio Costa, como também em relatos de outras figuras fundamentais para a construção simbólica daqueles remanescentes, como a do arquiteto Lucas Mayerhofer, responsável pela direção das primeiras obras de conservação das ruínas. Sobre o barroco nas Missões, Mayerhofer escreve:

> No caso das Missões jesuíticas, as dificuldades eram bem maiores, pois os povos indígenas não tinham senão uma organização social rudimentar e possuíam apenas indústrias primárias. Nem por isso faltou às mais rústicas realizações missioneiras a emoção característica da arte da Contra-Reforma; porque o drama da Salvação, que é a essência do barroco, em nenhuma parte se expandiu melhor que nessas Missões jesuíticas, onde tudo era criado tendo-se em vista esse ideal religioso. (MAYERHOFER, 1969, p. 19).

Segundo Mayerhofer (1969, p. 18-19), o barroco "foi o primeiro período, depois do romano, em que se planejaram edificações com intenção estética visando ao proveito coletivo: cidades, ruas, praças." O autor acredita que o plano arquitetônico das Missões provavelmente obedecia ao plano geral estabelecido nas *Leyes de Indias, Libro IV, Titulo Siete: "De la población de las ciudades, villas y pueblos".* Essas observações trazem alguma claridade às razões pelas quais as Missões acabaram inscritas no *Livro do Tombo de Belas Artes*, no qual vemos um grande número de bens tombados por seu valor estético e arquitetônico, e não no *Livro do Tombo Histórico*. Isso fica ainda mais evidente quando percebemos que Lucio Costa destacou São Miguel como a única redução que apresentava interesse como conjunto arquitetônico e não considerou nenhum dos vestígios de outras reduções para o tombamento.

1.1.3 A retórica da perda na construção do patrimônio missioneiro

Conforme as tratativas para o tombamento se aprofundam, percebemos que outros fatores contribuem para a consolidação da patrimonialização dos bens culturais missioneiros. Um desses fatores é o que o pesquisador contemporâneo do Patrimônio Cultural José Reginaldo dos Santos Gonçalves (1996) denominou de "a retórica da perda". A carta de Rodrigo Mello Franco de Andrade a Augusto Meyer, datada de 4 de junho de 1937, exemplifica bem a questão:

> A demolição do antigo Colégio de São Luís, precisamente no instante em que dávamos início à nossa atividade nessa Região, constituiu um atentado inqualificável que nos deveria desalentar para a execução da tarefa a que nos propomos, se não fora a certeza que podemos ter da impossibilidade da reprodução de semelhante vandalismo desde que seja promulgada a lei já aprovada pela Câmara, organizando efetivamente a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e outorgando poderes a esta repartição para intervir nesse sentido quer junto aos particulares, quer junto às autoridades federais, estaduais e municipais. (ANDRADE, 1937 apud BAUER, 2006, p. 57).

A carta refere-se à demolição, ocorrida em 1932, das estruturas do antigo Colégio de São Luiz, uma das poucas estruturas que haviam sobrado da experiência jesuítica missioneira na cidade de São Luiz Gonzaga. A demolição, que ocorreu poucos anos antes de o Iphan poder fazer uso do Decreto-Lei n.º 25/1937 para a sua proteção, parece reafirmar, para Rodrigo Melo Franco de Andrade, a necessidade de proteção por meio do tombamento dos outros elementos remanescentes da experiência missioneira como uma das poucas formas de evitar o total desaparecimento material da presença jesuítica na região.

Assim, a visão apresentada acerca da demolição do Colégio de São Luiz demonstra a pretensão de fortalecer o discurso sobre a necessidade da intervenção da instituição em São Miguel ao evidenciar o risco de perda do bem. Como bem pontua a historiadora Letícia Bauer (2006), em sua dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,

> Rodrigo, quando comunicado, utilizou-se deste fato para reafirmar a proteção oferecida pelo tombamento e acenar com o interesse pela reunião de todos os dados possíveis sobre a edificação demolida, bem como fotografias. Ao que tudo indica, mais que uma tentativa de tornar o bem exemplar, havia a intenção de fazê-lo perdurar, ainda que como imagem. (BAUER, 2006, p.57).

A preocupação com a iminência do desaparecimento foi, para além de um dos principais argumentos para o tombamento das ruínas de São Miguel Arcanjo, uma das principais justificativas para as obras de intervenção executadas no bem cultural. O artigo escrito pelo arquiteto Lucas Mayerhofer, responsável pelas primeiras obras de conservação do patrimônio missioneiro, empreendidas pelo Iphan entre 1938 e 1940, é um dos principais documentos sobre o trabalho[16]. No dito artigo, o autor apresenta o risco de desaparecimento do bem como uma das questões que fundamentaram as primeiras intervenções do Iphan em São Miguel:

> Logo de sua formação, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dirigido pelo eminente brasileiro Rodrigo Melo Franco de Andrade, esforçou-se por preservar da destruição essas ruínas e recolher sob sua proteção grande número de imagens de madeira e pedra, conservadas na região e que se pode, sem favor, comparar à mais expressiva escultura do tempo. (MAYERHOFER, 1969, p. 9).

[16] Não foram encontrados nos arquivos do Iphan relatórios sobre as obras executadas em São Miguel entre 1938 e 1940. A documentação relativa às obras compõe-se de fotos da sua execução e do Ofício n.º 963, de 20 de outubro de 1941, de Rodrigo Melo Franco de Andrade, então diretor do Iphan, para o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. O artigo usado nesta pesquisa, publicado na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* (USP) 6, em 1969, foi originalmente objeto de tese de concurso para a cadeira de Arquitetura Analítica da Universidade do Brasil, escrita em 1947.

Continua ele:

> Do grande pórtico da fachada principal restavam apenas as colunas e arcadas laterais, muito tombadas devido à deficiência das fundações, e ainda assim incompletas. Colunas, arcadas de frente, frontão e até as pedras do piso haviam sido carregadas, à medida que se ia desmoronando o edifício. O escoramento anteriormente feito, com trilhos de ferro, não impediria com o correr do tempo o seu total desmoronamento. Demolição e reconstrução sobre novas fundações impunham-se para conservá-la. (MAYERHOFER, 1969, p.10).

Como pontua Gonçalves (1996), as práticas de preservação que tiveram lugar nas modernas sociedades configuram-se, para além de seu caráter formador da identidade brasileira, como resposta a um risco iminente de desaparecimento dos bens culturais. Para o autor, a retórica da perda aparece como parte das próprias estratégias discursivas de apropriação da cultura nacional, e é dela que o Iphan se vale, muitas vezes, para justificar sua atuação diante da necessidade urgente de resgate do patrimônio.

Nesse sentido, por meio das falas de Mayerhofer, nota-se que o discurso da perda esteve presente desde o início da patrimonialização das ruínas das Missões. Dito de outro modo, importa salientar que o fato de o bem patrimonializado estar em estado de ruína e em risco de perda determinou não somente sua patrimonialização, mas o tipo de intervenção feita no bem cultural, isto é: a conservação para evitar o desaparecimento. Portanto, não é de se estranhar a necessidade de contratação de artífices.

1.1.4 A construção discursiva das Missões

Ainda que a patrimonialização das Ruínas de São Miguel esteja diretamente relacionada ao seu valor estético e arquitetônico, enquanto elemento simbólico, a experiência missioneira foi capaz de amalgamar, em sua construção discursiva histórica, algumas características consideradas pelo governo como fundamentais para a constituição da identidade nacional. Não é nosso objetivo, neste momento, discorrer sobre todas essas características; procuramos apenas apontar as mais evidentes, suficientes para elucidar a presença desse bem cultural no rol do patrimônio cultural brasileiro.

Como mencionamos anteriormente, o Processo de Tombamento das Ruínas de São Miguel Arcanjo, Processo n.º 141-T-38, fornece pouca informação sobre o histórico do bem cultural, o que nos leva necessariamente a tentar compreender sua importância simbólica por meio de outros documentos da época. Nesse sentido, destacamos a importância da *Revista do*

Patrimônio nesse processo, já que era por meio dela que o Iphan divulgava para o público seu trabalho. Como aponta a pesquisadora Welbia Carla Dias (2012), em sua dissertação de mestrado, as linhas editoriais produzidas pela instituição funcionavam:

> como instrumentos para o registro e a preservação do passado nacional e para a consolidação de uma memória oficial do país. Mais do que a divulgação de informações e do conhecimento produzido, tais instrumentos foram utilizados pelos 'gestores do patrimônio' para refletir suas estratégias e legitimar suas ações diante de determinados setores da sociedade. (DIAS, 2012, p. 58).

A *Revista do Patrimônio* torna-se, portanto, um importante documento para compreendermos como o Sphan articulou a história missioneira com a construção da identidade nacional. Encontramos a primeira menção à região missioneira nas publicações da instituição em 1940, na 4.ª edição, em artigo intitulado "Os Sete Povos das Missões", de autoria de Alberto Lamego (1940). Na publicação, é possível se deparar com a construção de alguns elementos simbólicos, os quais Silva (2010), em sua dissertação de mestrado, aponta como aqueles evidenciados pelo Estado Novo para a construção da identidade nacional e para sua atuação e legitimação.

Um dos elementos destacados por Silva para a legitimação simbólica do Estado Novo era a construção de um sentimento de pertencimento e lealdade à pátria. Na obra de Lamego (1940), podemos encontrar uma referência a esse aspecto quando é salientada a lealdade tanto dos indígenas ao território onde haviam estado seus antepassados quanto dos jesuítas no momento da promulgação do Tratado de Madri de 1750[17]. O trecho a seguir exemplifica a questão:

> Os índios recusaram-se a sair das suas terras, não podendo os comissários levar a termo a sua missão. Logo que a Corte de Madri teve conhecimento dessa obstinada resistência, mandou abrir uma devassa, para apurar se aquela era aconselhada pelos jesuítas, como se dizia, e, feita todas as diligências, já tomando-se os depoimentos de testemunhas, já ouvindo-se as partes, ficou provado que a relutância dos índios era unicamente devida a não quererem largas as terras onde tinham nascido e onde se achavam sepultados os seus antepassados (Devassa de 7 de Fevereiro de 1753).
> 'Com que direito', diziam eles, 'os hespanhóis e portugueses pretendem nos expulsar dessas terras cultivadas por nossas mãos e regadas com o nosso suor; dessas terras que não recebemos deles, mas de nossos antepassados que sempre a possuíram. Se nós abraçamos o cristianismo e consentimos tornar

[17] O Tratado de Madri previa a troca do Território dos Sete Povos pela Colônia de Sacramento. No contexto da sua promulgação, foi exigido que padres e indígenas missioneiros deixassem suas terras e transferissem suas missões para o outro lado do Rio Uruguai, fato usado como uma das razões para o início do que se convencionou chamar Guerra Guaranítica.

> vassalos do rei de Espanha, foi para que ele nos deixasse viver tranquilamente em nossa pátria e nos defendesse dos inimigos. (LAMÊGO, 1940, p.77).

A lealdade destacada por Lamego (1940), tanto por parte dos indígenas quanto dos jesuítas pelas terras cultivadas pelos seus antepassados e durante o projeto missioneiro, pode ser considerada como um exemplo das características admiradas pelo governo e do patriotismo e da lealdade à nação.

A legitimação do Estado Novo passava, ainda, segundo Silva (2010), pela construção de um novo homem moldado aos princípios do regime. Diante disso, qual a melhor analogia do que o esforço dos jesuítas para a criação de um *novo* indígena, construído aos moldes da civilização europeia? As Missões tornam-se, de certa forma, o reflexo dos interesses do Estado Novo, já que a estrutura jesuítica nas missões buscava construir não apenas um *novo* homem, mas também uma *nova* ordem e uma *nova* organização urbanística.

Além disso, Silva (2010) destaca que o Estado Novo buscou apoiar-se em imagens religiosas para sua consolidação. Para o pesquisador Lenharo (1986), a fala do Estado esteve, por diversas vezes, mediada pela moral, cristã em busca de construir uma imagem de si mesmo como o redentor, capaz de mediar os conflitos sociais e proporcionar a pacificação dos trabalhadores por meio dos atributos que a Igreja emprestava a ele. Nesse sentido, o regime estado-novista empregava a imagem de salvador, como nos diz o autor, com a finalidade política de disseminar uma "carga emotiva e sensorial, de modo a atingir facilmente o público receptor, detonando respostas emotivas que significassem, politicamente, estados de aceitação, contentamento, satisfação — reações passivas e não críticas" (1986, p.55). Com essa intenção, a arquitetura colonial e o barroco eram utilizados para ressaltar a unidade ou a espiritualidade, ambos importantes para o regime vigente, que valorizava os princípios cristãos e que se utilizava de símbolos sacros para se comunicar com a população.

A construção de um Estado pautado por uma ética cristã, responsável por coordenar e distribuir a riqueza da nação, também é possível de ser visualizada nos discursos históricos missioneiros, já que, naqueles espaços, ocorria um intercâmbio entre política e teologia. Nesse sentido, como aponta o historiador Cristiano Hordejuk (2019), em sua dissertação de mestrado defendida no Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan, as ruínas de São Miguel Arcanjo corresponderiam àquilo que Rodrigo Melo Franco de Andrade se referiria, anos mais tarde, como "testemunhos sublimados" e "fervor religioso" do brasileiro:

> O que se denomina patrimônio histórico e artístico nacional representa parte muito relevante e expressiva do acervo aludido por ser o espólio dos bens

> materiais móveis e imóveis aqui produzidos por nossos antepassados, com valor de obras de arte erudita e popular, ou vinculado a personagens e fatos memoráveis da história do país. A subsistência deles é que comprova, melhor que qualquer outra coisa, nosso direito de propriedade sobre o território que habitamos. [...] Da decisão e da capacidade de nosso povo de assegurar a defesa da integridade nacional, as provas mais convincentes e emocionantes são as fortificações. [...] Do ideal e do fervor religioso que inspiraram nossas antigas populações, contribuindo notavelmente para firmar o sentimento de solidariedade entre os habitantes de imenso país, as igrejas levantadas nos sítios mais diversos e distantes, em número prodigioso, perduram como testemunhos sublimados. As formas de governo e as instituições políticas e administrativas estabelecidas no Brasil através dos tempos, ficaram bem definidas e assinaladas para a posteridade nos palácios reais e imperiais...". (ANDRADE, 1987, p. 57 apud HORDEJUK, 2019).

É interessante notar, ainda, que a construção discursiva histórica das ruínas de São Miguel Arcanjo se reduz a dois momentos-chave: o primeiro, relacionado à história daquele bem cultural enquanto redução jesuítica, da ocupação do território pelos jesuítas e guaranis à Guerra Guaranítica; e o segundo, relacionado à história da ação institucional do Iphan nas Missões. Todo o período que abarca os anos entre 1756 e 1937 aparece apenas em menção a viajantes que por ali passaram e relataram o estado no qual se encontravam as ruínas. Pouco ou quase nada se fala sobre a reapropriação daqueles espaços reducionais pelos novos colonos que habitaram a região e a relação ou a falta de relação construída com as ruínas. Não se menciona a importância das reduções para o desenvolvimento da região durante o século XIX, por exemplo. Sua importância, portanto, parece residir em sua história reducional ou patrimonial, e não como elemento vivo e presente na cotidianidade das pessoas que continuaram a ocupar aquele território.

Até aqui, pudemos observar alguns elementos significativos para a patrimonialização das ruínas da antiga redução de São Miguel Arcanjo, em 1938, que levaram em consideração valores estéticos e arquitetônicos alinhados à forma como era pensada a questão do patrimônio nas primeiras décadas do século XX. A seguir, vamos nos debruçar brevemente sobre um segundo momento da valorização das ruínas missioneiras, quando novos valores entram em pauta, o que resulta na inclusão de outros remanescentes daquela experiência reducional no rol de bens protegidos pela ação institucional do Iphan.

1.2 As ruínas da antiga redução de São Miguel Arcanjo como bens arqueológicos

A partir da década de 1960, o patrimônio cultural passou a ter uma relação de maior proximidade com o segmento turístico, o que a historiadora do campo patrimonial Françoise Choay (2006) chama de operações destinadas à valorização do monumento como produto econômico. Essa aproximação também é evidenciada pela socióloga Maria Cecília Londres Fonseca (2005), que destaca que, a partir da década de 1960, a preservação do patrimônio brasileiro passou a:

> [...] demonstrar a relação entre valor cultural e valor econômico, e não apenas procurar convencer autoridades e sociedade do interesse público de preservar valores culturais, como ocorrera nas décadas anteriores. Essa articulação foi feita em duas direções: seja considerando os bens culturais enquanto mercadorias de potencial turístico, seja buscando nesses bens os indicadores culturais para um desenvolvimento apropriado. (FONSECA, 2005, p. 142).

Essa percepção parece ter impactado diretamente a relação do então nomeado Dphan[18] com os bens culturais missioneiros. Em ofício datado de 14 de janeiro de 1969, sobre a realização de novas obras de conservação nas ruínas de São Miguel Arcanjo, Luis Saia, então representante do Dphan em São Paulo, comenta:

> Foi em função dessa colaboração que se pode levar tais obras a um plano de trabalho que acabou por revelar o interesse enorme que adveio das escavações ali procedidas e que vieram pôr à mostra aspectos novos dessas ruínas, elevando a sua importância e interesse turístico e artístico. Por causa dos positivos resultados já obtidos, estou autorizado a prosseguir nossas escavações e certamente se chegará a um resultado de conjunto incluído o total das instalações centrais da antiga aldeia de São Miguel. Anteriormente, todo o interesse estava apenas concentrado nas ruínas da Igreja. (SAIA, 1969).

O trecho em destaque demonstra como, a partir de obras de conservação executadas em São Miguel Arcanjo, entre 1967 e 1970, e alinhado às mudanças no campo patrimonial, o Iphan buscou ampliar os valores simbólicos ao redor da experiência missioneira. Se, na década de 1930, as ruínas da antiga redução de São Miguel Arcanjo foram valorizadas enquanto conjunto arquitetônico, na década de 1960, aspectos históricos e arqueológicos passam a ser considerados. Isso acarretou, como destaca Saia, numa expansão do interesse da instituição por outros elementos não ligados apenas à experiência reducional em São Miguel Arcanjo. A ampliação dos valores patrimoniais, além de trazer novas possibilidades de valorização dos remanescentes missioneiros de São Miguel Arcanjo, acabou por contribuir para a inclusão de mais três remanescentes no rol do patrimônio cultural brasileiro, a saber: as ruínas de São João

[18] Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi o nome dado ao atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) entre 1946 e 1970.

Batista, São Lourenço Mártir e São Nicolau. As fotos a seguir permitem um entendimento maior acerca das áreas patrimonializadas pelo Iphan, a partir de 1970, referente ao conjunto de vestígios do antigo sistema missioneiro no Brasil.



Figura 8: São Lourenço Mártir (década de 1990). Fonte: Arquivo do Escritório Técnico em São Miguel das Missões – pasta de fotos.



Figura 9: São João Batista – primeira foto sem data/segunda foto 1994 – autores desconhecidos. Fonte: Arquivo do Escritório Técnico em São Miguel das Missões – pasta de fotos.



Figura 10: Sítio histórico e arqueológico de São Nicolau – Autor desconhecido – Publicado em 2017. Fonte: Site da Prefeitura de São Nicolau. Disponível em: <https://www.saonicolau.rs.gov.br/site/conteudos/1024-sitio-arqueologico-da-reducao-de-sao-nicolau#fotos[0]/

O processo de tombamento desses sítios acabou por evidenciar o interesse turístico como uma das justificativas para sua patrimonialização: "Vale também considerar o interesse turístico e cultural de sua proteção e consolidação; todas se encontram na imediação de estradas de fácil acesso e numa eventual linha-tronco que interligaria o miolo da região missioneira" (PROCESSO 913-T-69, 1968). O trecho a seguir, também retirado do Processo de Tombamento das outras três reduções, exemplifica essa mudança discursiva sobre os valores patrimoniais em destaque nesse momento:

> Se o caminho a percorrer é aquele de um plano de conjunto para a proteção das ruínas missioneiras, não há como contornar este problema do tombamento destes 'restos'. Na verdade, porém, eles ultrapassam o nível de uma pura indicação do local onde existiram as aldeias missioneiras: ainda há paredes, peças de cantaria, restos de portais e colunas e, especialmente, o desenho no chão das edificações ali erguidas. A considerar o resultado dos desmontes e escavações até agora procedidas em São Miguel, excelentes resultados poderão render os trabalhos equivalentes nessas ruínas. (PROCESSO 913-T-69, 1968).

Como caminho para um olhar arqueológico, é interessante notar que, em alguma medida, houve um retorno a alguns princípios já destacados por Lucio Costa, mas que acabaram não implementados no momento do tombamento de São Miguel Arcanjo, ou seja, uma visão das reduções como conjunto e não como bem individual. Esse novo olhar permitiu uma mudança fundamental no tombamento – a inclusão de todos os seus remanescentes ou "restos": "parece também aconselhável o estudo de uma fórmula que propicie o tombamento de tais 'restos', incluindo os eventuais remanescentes estejam eles onde estiverem" (PROCESSO 913-T-69, 1968). A inclusão desse trecho no processo de tombamento também fortalece outro princípio já destacado por Lucio Costa: a ampliação do tombamento para todos os restos que futuramente possam vir a ser encontrados, independentemente de estarem ou não dentro da área delimitada pelo tombamento, como foi o caso da Fonte Missioneira[19], estrutura localizada a aproximadamente um quilômetro da área delimitada pelo tombamento de São Miguel Arcanjo

[19] Para mais informações sobre a Fonte Missioneira e o sistema de abastecimento hídrico nas reduções missioneiras ler: ARANDT, Ingrid. **O sistema de captação e abastecimento de água nas Reduções Jesuíticas dos *Guarani:*** O caso de São Miguel Arcanjo**.** Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Iphan, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dissertacao_Ingrid_Arandt.pdf.

e descoberta[20] em 1983. Ainda que não haja um tombamento específico para a área da fonte[21], a ampliação do entendimento sobre o que constitui parte dos bens culturais da experiência missioneira permitiu uma atuação bastante presente do Iphan na preservação e proteção daquela área.

O tombamento das outras reduções foi fundamental naquele momento não apenas para a ampliação dos valores patrimoniais ao redor da experiência missioneira, mas para a execução de obras para sua proteção e promoção turística. Como apontado no Processo 913-T-69:

> De outra parte é preciso considerar dois aspectos: a) o seu tombamento proporcionará os meios indispensáveis para as necessárias operações de limpeza, desmonte e pesquisa; b) parece que se afiguraria imperdoável o não tombamento de 'restos' intimamente ligados ao grupo principal das mais antigas explorações de ferro do Brasil. (casos de São João e São Nicolau).

A partir da leitura desse trecho, pode-se perceber que o tombamento, além da titulação de um bem enquanto patrimônio cultural, abarca em si ações práticas para sua conservação, algo fundamental não apenas para a garantia das escavações arqueológicas, mas para a garantia do devido usufruto desse bem por visitantes.

Esse período foi marcado, também, por uma maior aproximação entre o Iphan e a Unesco, relação que, anos mais tarde, na década de 1980, seria fortalecida pela inclusão do sítio histórico e arqueológico de São Miguel Arcanjo na lista do Patrimônio Mundial e nas obras de consolidação das ruínas, como veremos a seguir.

1.3 As ruínas de São Miguel Arcanjo como Patrimônio Mundial

No que diz respeito à história da patrimonialização das Missões Jesuítico-Guarani, a década de 1980 é caracterizada como um momento de amplitude das políticas para o patrimônio missioneiro, no qual se destaca a atenção internacional crescente em torno das ruínas. Nesse caso em específico, as políticas preservacionistas, que começaram a ser formuladas entre a

---

[20] Segundo a arquiteta e pesquisadora Ingrid Arandt (2016, p.52): "a 'descoberta' da fonte jesuítica ocorreu quando a Prefeitura de Santo Ângelo fazia trabalhos de limpeza na área com o objetivo de adequar o local para a festa de aniversário de 300 anos de São Miguel. Segundo depoimento de Nery Bedates, o prefeito de Santo Ângelo havia solicitado a ele e ao subprefeito da época, Neri Castanho, que encontrasse uma área para realizar a festa: 'A nossa função ali era achar um lugar para fazer uma festa de aniversário de 300 anos de São Miguel! Então, a gente levou para ele a informação, e ele veio ali reconhecer, trouxe os engenheiros dele, fizeram a pesquisa e com aquilo eles descobriram os anjinhos!' (Depoimento prestado à pesquisadora em 22/07/2015)."

[21] Ainda que não estejam protegidas pelo instrumento do tombamento, as estruturas físicas da Fonte Missioneira encontram-se duplamente protegidas: pela Lei de Arqueologia (Lei n.º 3.924, de 26 de julho de 1961), que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos e pelo Código Florestal Federal (Lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012), pela existência de nascentes, arroios e mata nativa.

então Sphan e a Unesco, foram fundamentais para a formação da equipe de artífices. Vejamos por quê.

Em Missões, a intensa aproximação entre o órgão de preservação nacional e a Unesco, que se inicia ainda na década de 1960, parece ditar diretamente as políticas de patrimônio para a região e o início das grandes obras de consolidação dessa ruína. Em 1980, como chama a atenção Júlio Nicolau Barros de Curtis (1982), então superintendente da Sphan no Rio Grande do Sul:

> A Secretaria, apoiada pela recém-criada Fundação Nacional Pró-Memória e assessorada por técnico designado pela Unesco, Roberto Di Stefano, realizou o maior conjunto de exames e levantamentos de que já foi realizado no monumento. Coordenados pelo experimentado restaurador brasileiro, o arquiteto Fernando Leal, aqueles exames foram procedidos com a minudência que impunham a importância do bem cultural, a formação europeia do técnico da Unesco que os solicitou e a responsabilidade da Repartição que já possui crédito internacional. (CURTIS, 1982).

As primeiras aproximações entre a instituição e a Unesco tiveram como objetivo "o estudo e execução de um programa com vistas à aceleração do movimento turístico para a proteção e a valorização do patrimônio cultural e dos sítios naturais" (LEAL, 2008, p. 28.). Para além dessa aproximação diretamente ligada às questões do turismo cultural, é possível perceber que na região das Missões, os contatos entre a Secretaria e a Unesco também ocorreram num viés de auxílio especializado e cooperação técnica com ênfase no interesse da Sphan em buscar diretrizes para reformular e reforçar a sua atuação. Segundo a historiadora Cláudia Leal (2008), referente às relações entre o Iphan e a Unesco em âmbito nacional, os documentos:

> sugerem um maior interesse, por parte desta Diretoria, pela assistência financeira e técnica envolvida no plano de incentivo e que poderia ser utilizada em prol da 'conservação e recuperação de monumentos e proteção da natureza' do que propriamente pela criação de relações mais íntimas entre o turismo e o patrimônio cultural brasileiro. (LEAL, 2008, p.19).

A preocupação com a conservação e a recuperação do monumento foi determinante para a contratação de mão de obra a ser qualificada para a conservação do sítio. Foi, aliás, a partir da percepção da necessidade de um grupo qualificado permanentemente responsável pela manutenção do bem cultural que se formaram as primeiras equipes de mestres artífices de manutenção, como veremos melhor no segundo capítulo.

Para atender às demandas de pesquisa e obras nas ruínas de São Miguel Arcanjo, a partir da década de 1980, foi criado um escritório técnico da Sphan com o objetivo de acompanhar *in situ* o desenvolvimento dos diversos projetos ali conduzidos. Em outubro de 1982, as obras foram iniciadas com a estabilização básica dos maciços (torre, frontaria, sacristia velha e trechos de paredes externas) sob responsabilidade da empresa Restauração e Construção Ltda. (Rescon) e fundos da Unesco (Iphan/Unesco, 1983).

Em 1983, os remanescentes das Missões Jesuítico-Guarani no município de São Miguel das Missões foram declarados Patrimônio Mundial. É interessante nos atentarmos para a justificativa apresentada para a solicitação de inscrição dos remanescentes da antiga redução de São Miguel Arcanjo na lista do Patrimônio Mundial, assinada em de 16 de dezembro de 1982, pelo então secretário de Cultura/Ministério de Educação e Cultura Marcos Vinícius Vilaça, na qual consta o seguinte:

> Os remanescentes do antigo Povo de São Miguel, nas reduções do Tape, destacam-se pela beleza e valor arquitetônico de suas ruínas e por representar nas florestas do Novo Mundo um sinal precioso da civilização europeia: a educação. O objetivo catequético dos padres jesuítas se expressa duplamente pela cristianização e pela educação dos primitivos habitantes do novo continente denominado América. Essa ação civilizatória dos discípulos de Santo Inácio de Loyola marcou profundamente durante séculos a vida social e cultural das populações do antigo Estado Jesuítico do Paraguai, agora dividido em três partes. (UNESCO, 1982, p. 4).

Continua:

> As ruínas de São Miguel guardam exemplares extremamente raros dessa arquitetura que os 100 jesuítas desenvolveram em seus povos ou reduções que as intempéries ou a ação humana destruíram. Essa raridade pode ser contemplada em São Miguel, que é a única igreja jesuítica dessas reduções a mostrar um exemplo completo do frontispício e da torre. A construção da Igreja de São Miguel mostra a aptidão criadora da arquitetura da época, sua faculdade plástica de adaptação às novas condições geográficas e sua capacidade de eludir as dificuldades, dando soluções racionais às técnicas construtivas e sabendo reutilizar os materiais disponíveis na falta dos mais conhecidos. O Povo de São Miguel das Missões se distingue como uma das marcas mais importantes da civilização na conquista e valorização das terras sul-americanas denominadas por alguns de Cone Sul. (UNESCO, 1982, p. 4).

Ao nos determos sobre a candidatura de São Miguel percebemos, como pontua o pesquisador Cristiano Hordejuk (2019, p.100), que prevalecem “a representatividade

arquitetônica, bem como a monumentalidade e a excepcionalidade como valores essenciais para a aquisição desse *status* protetivo, da mesma forma que reconhece como *doxa* o discurso do colonizador, educador, civilizador europeu". A candidatura e posterior inscrição das ruínas de São Miguel Arcanjo na Lista do Patrimônio Mundial acabaram por reforçar o discurso histórico construído pela instituição desde a década de 1930, que exclui outras narrativas desse processo. Foi apenas a partir do ano 2000, com mudanças significativas dentro do campo patrimonial, que a experiência missioneira pôde ser apreciada não apenas do olhar dos jesuítas, mas também por meio da experiência dos grupos Guarani que carregam consigo a memória de seus antepassados sobre esse mesmo processo reducional.

1.4 São Miguel Arcanjo como bem cultural de natureza imaterial

O Registro[22] de São Miguel Arcanjo como Tava[23], Lugar de Referência para o Povo Guarani, em 2014, é significativo na história da patrimonialização das Missões por ampliar, de forma expressiva, a narrativa histórica do bem cultural, que passou a incorporar o discurso Guarani sobre o período reducional e, introduziu, assim, a noção de continuidade histórica. Também ampliou o reconhecimento dos usos do passado no presente como elementos para a sua patrimonialização, além de ampliar simbolicamente os aspectos materiais das ruínas.

Como apresentado no começo deste capítulo, o modelo interpretativo adotado pelo Iphan durante as primeiras décadas de sua atuação nas Missões foi voltado ao processo de consolidação simbólica da identidade nacional, que tinha por objetivo enaltecer aspectos que pudessem colocar o país no patamar das grandes nações desenvolvidas e "civilizadas". E, para tanto, enalteceu o discurso jesuítico e a visão eurocêntrica sobre o processo reducional. Nesse sentido, a narrativa construída ao redor das ruínas missioneiras pouca atenção dedicou à

---

[22] Em 4 de agosto de 2000, foi publicado o Decreto n.º 3.551, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e definiu um programa voltado especialmente para esses patrimônios. O registro é um instrumento legal de preservação, reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial do Brasil, composto por bens que contribuíram para a formação da sociedade brasileira. Esse instrumento é aplicado àqueles bens que obedecem às categorias estabelecidas pelo Decreto: celebrações, lugares, formas de expressão e saberes, ou seja, práticas, representações, expressões, lugares, conhecimentos e técnicas que os grupos sociais reconhecem como parte integrante do seu patrimônio cultural. Ao serem registrados, os bens recebem o título de Patrimônio Cultural Brasileiro e são inscritos em um dos quatro Livros de Registro, de acordo com a categoria correspondente. Os pedidos de registro de bens culturais imateriais devem ser feitos de acordo com os artigos 2.º a 4.º da Resolução N.º 001, de 3 de agosto de 2006. Fonte: http://portal.Iphan.gov.br/pagina/detalhes/234
Para mais informações sobre o Registro, consultar: FONSECA, Maria C. L. Registro. **Dicionário do Patrimônio Cultural.** Iphan. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/47/registro

[23] A palavra *tava* é formada pela junção de *ita* (pedra) + *avá* (gente, humanidade).

experiência indígena durante o processo reducional, delegando aos Guarani um papel secundário na constituição desses espaços, o que contribuiu para a construção de uma imagem de postura passiva dos indígenas no processo de constituição e perpetuação do sistema missioneiro.

A partir da implementação de políticas referentes ao patrimônio de natureza imaterial, o Iphan se apropriou de um novo modelo discursivo, que fundamentou a construção de uma outra narrativa pautada pela experiência Guarani-Mbya nas Missões. O processo que deu origem à solicitação de Registro aconteceu a partir da combinação de demandas Guarani, referentes à sua presença diária no sítio histórico e arqueológico de São Miguel Arcanjo, com o interesse do Iphan em iniciar a execução de uma nova política no sentido de requalificar o discurso do Museu das Missões[24], se aproximar dos Guarani que ali vendiam seu artesanato e entender os sentidos da presença diária deles naquele local. Essa política se baseou no conceito de patrimônio imaterial que há pouco havia sido introduzido oficialmente[25] pelo Iphan como parte de suas políticas para a proteção e promoção de bens culturais. O Registro da Tava refere-se ao reconhecimento como patrimônio cultural do lugar conhecido como ruínas do Antigo Povoado de São Miguel Arcanjo. Segundo a Ata da 77.ª reunião do Conselho Consultivo do Iphan,

> a atribuição de sentidos especiais ao sítio de São Miguel Arcanjo, referido como Tava, apareceu nas narrativas que afirmavam que os 'antigos *Guarani*' já construíam moradias em pedras antes da chegada dos conquistadores e que as estruturas do antigo aldeamento foram construídas a pedido de Nhande Ru (Nosso Pai), e não dos jesuítas. (77ª ATA DO CONSELHO CONSULTIVO DO Iphan, 2014, p. 61).

A partir do registro, percebemos uma ampliação dos valores patrimoniais desse local e um olhar mais atento para a experiência do povo Guarani nas Missões, agora inseridos como como protagonistas do processo histórico de construção do que um dia foram as reduções missionais e dos seus significados atribuídos no presente.

---

[24] Na época de sua edificação, 1940, o museu pertencia ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Mas, em 2004, foi alçado à condição de Unidade Museológica, com sua diretoria separada do escritório técnico do Iphan em São Miguel das Missões. Dois anos depois, passou a ser vinculado diretamente ao Departamento de Museus e Centros Culturais (DENU-Iphan). A partir da criação do Instituto Brasileiro de Museus, em 2009, o museu passou a ser administrado diretamente pelo Ibram. Fonte: http://museudasmissoes.museus.gov.br

[25] Quando falamos sobre patrimônio imaterial oficialmente introduzido pelo Iphan, estamos falando na promulgação do Decreto n.º 3551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, que permitiu à instituição reconhecer e promover bens culturais imateriais como patrimônio a ser preservado e protegido pela ação do Estado.

Segundo o Dossiê (2017), a Tava é elemento fundamental da identidade Guarani, já que aciona dimensões estruturantes e afetivas de sua vida social e concretiza valores fundamentais para que possam viver de acordo com seus princípios étnicos, que, por sua vez, permite a eles tornarem-se imortais e alcançarem a Terra sem Mal. Nessa visão, a Tava é capaz de articular uma continuidade entre passado, presente e futuro para esse povo. Como passado, ela evoca a experiência e a jornada de seus antepassados, que construíram aquele lugar e o deixaram para auxiliar na caminhada de seus descendentes em busca da terra dos imortais. No presente, ela organiza as experiências e vivências sociais atuais e evoca narrativas sobre práticas e ritos que permitem aos Guarani contemporâneos aproximarem-se de suas divindades em busca da transfiguração futura da pessoa em ser imortal. Ela também é local de grande importância para o futuro, pois evocaria ensinamentos do bem viver, fundamentos da identidade Guarani Mbya imprescindíveis para a continuidade desse povo. Essa narrativa orienta toda a vida social desse grupo em busca de superar sua condição mortal, a partir de práticas cotidianas e extraordinárias que encarnam o modo de ser Guarani-Mbya. A Tava, assim, é entendida como um patrimônio cultural que faz sentido na sociocosmologia Guarani e tem valor no processo de construção de sua identidade, pautada pela jornada desse povo em busca da Terra Sem Mal.

Outro elemento fundamental para compreender o papel da Tava dentro da sociocosmologia Guarani é a relação dela com os territórios desse povo. O território aparece no Dossiê como elemento fundamental para a garantia do modo de vida Guarani, já que é na relação desses com a terra, os caminhos e os lugares pelos quais seus antepassados passaram, que os *Guarani* organizam sua vida espiritual e mundana. Segundo o Dossiê, o espaço social dessa etnia contempla uma região que engloba o Paraguai, o norte da Argentina, as regiões Sul e Sudeste do Brasil e a costa brasileira. Como mencionamos anteriormente, a narrativa da Tava está pautada pela jornada desse povo em busca da Terra Sem Mal. Essa jornada é marcada pelo trânsito pelo seu território, necessário para garantir o aperfeiçoamento da condição humana e fundamental para alcançar a Terra Sem Mal. Esse trânsito, por sua vez, é marcado por "duas formas de deslocamento: uma ritual, em busca da morada celeste e outra prosaica, quando caminham entre as diversas aldeias *Mbya*, constituindo uma rede de reciprocidade" (GUIMARÃES, 2004 *apud* IPHAN, 2017, p. 18). Nesse sentido, a vida cotidiana e o rito de busca pela morada dos imortais não devem ser vistas como realidades ou movimentos distintos, mas como uma única realidade que pauta toda a existência/identidade desse povo. A territorialidade e a mobilidade aparecem como elementos centrais na cosmovisão Guarani e pautam dimensões materiais e imateriais. Assim, a territorialidade é tratada pelo Dossiê dentro de um discurso de pertencimento e ancestralidade e é usada como elemento capaz de articular

a narrativa de continuidade entre passado, presente e futuro, já que as caminhadas são determinadas e fluem por um território conhecido, no qual viveram os antepassados.

As políticas para o patrimônio cultural de natureza imaterial permitiram incluir essa outra narrativa da experiência das reduções. Elas partiram da cosmologia Guarani e associaram a experiência de construção material das reduções não como uma imposição de fora, mas como uma realização Guarani a pedido de Nhande Ru[26]. A própria relação com os jesuítas é apreendida a partir do olhar Guarani, que os assimila não como padres católicos, mas como Nhande Ru Miri, ou seja, homens Guarani que alcançaram o estado de *agudjé*, a imperecibilidade, e tornaram-se imortais (DOSSIÊ TAVA, 2017).

Dentro de sua cosmologia, as *tavas* são percebidas e identificadas pelos *Karaí* ou pelas *Kunhã-Karaí* (lideranças indígenas). Apesar de o nome referir-se a uma casa de pedra, nem todas as *tavas*, segundo o Dossiê, são construções em pedras, ou mesmo visíveis. Nesse sentido, o que haveria de singular na *tava* em São Miguel Arcanjo seria o fato de ela ser visível a todos, inclusive aos *juruá* (não indígenas) e, por isso, ela seria um lugar especial, por contar a história dos Guarani, não apenas aos jovens Mbya, mas a todos seus visitantes.

> As ruínas da igreja e de outras estruturas do antigo aldeamento missioneiro concedem a essa tava uma condição de singularidade, por tornar visíveis a todos, certas concepções de vida dos Guarani e aspectos de sua relação com o sagrado. As marcas dos passos dos antigos, seus antepassados, estão gravadas nas pedras, nas imagens, no lugar[...] As estruturas, por estarem em ruínas, dão testemunho de que o mundo terreno é marcado pela imperfeição e pela finitude. Ao mesmo tempo, por serem marcos da caminhada dos 'antigos', indicam aos Guarani o caminho a ser seguido, nos dias de hoje. Razão pela qual elas não devem jamais ser reconstruídas. Precisam permanecer como ruínas, como testemunhos de uma 'mensagem verdadeira'. (ATA DA 77ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO, 2014, p.55).

Nesse trecho, podemos identificar uma nova narrativa para justificar o estado de ruína, não apenas por apresentar uma concepção de restauração, mas por ter um significado atribuído pelos detentores. Se, na década de 1930, a manutenção dos remanescentes em estado de ruína estava vinculada a uma concepção de autenticidade do bem cultural, a partir do Registro, esse aspecto passa a ser evidenciado também pelas formas de apropriação pelos grupos detentores do patrimônio no presente. Nessa narrativa, as ruínas de São Miguel Arcanjo contêm as marcas daqueles que construíram as edificações a pedido de Nhande Ru, que fez as pedras ficarem leves para os Guarani pudessem construí-las. Dessa maneira, o novo discurso patrimonial para

[26] Entidade divina da cosmologia Guarani.

as Missões incluiu a narrativa da *tava* e sua importância para a construção da identidade Guarani, elementos que até a efetivação do Registro não eram considerados como componentes da história desse bem cultural.

Além da introdução de uma nova narrativa relacionada ao aspecto histórico do bem cultural, o novo discurso patrimonial missioneiro passou a incluir os usos desse bem no presente pelas comunidades Guarani como elemento fundamental para a sua proteção e fez uso, principalmente, do discurso de continuidade histórica entre o processo missioneiro e as práticas atuais dos Guarani que envolvem as ruínas. Essa novidade discursiva, própria da política do patrimônio imaterial, apresenta um momento importante na história da patrimonialização desse bem cultural, visto que, até então, sua importância simbólica estava atrelada às suas vivências no passado, e não no presente.

Nesse sentido, é interessante notar como até mesmo o trabalho dos artífices e a preocupação com a continuidade dessa profissão ganham novos significados. Se, antes, a presença desses profissionais estava atrelada apenas à manutenção material do bem cultural, agora, seu trabalho pode ser ressignificado, já que suas próprias vivências diárias naquele lugar podem ser interpretadas como parte desse patrimônio vivo, como veremos a seguir.

CAPÍTULO 2 - A formação de artífices missioneiros no Iphan

Com o objetivo de difundir a importância dos ofícios relacionados à conservação das ruínas missioneiras do sítio histórico e arqueológico de São Miguel Arcanjo, no primeiro capítulo, debruçamo-nos de forma mais contextual sobre a construção das missões jesuíticas enquanto patrimônio cultural brasileiro. Decidimos percorrer esse caminho já que entendemos que o trabalho de conservação desse bem cultural só faz sentido a partir do momento em que o consideramos como um patrimônio cultural. Portanto, entender como as Missões foram consagradas patrimônio e os valores que lhe foram atribuídos tornam-se imperativos para compreender as escolhas institucionais relacionadas à sua preservação e, portanto, a formação da equipe de artífices e sua permanência enquanto parte do quadro fixo de servidores do Iphan. Para percorrer esse caminho, nos amparamos, principalmente, em documentos da década de 1930 e 1940, período em que foram iniciadas as tratativas para transformar as ruínas de São Miguel Arcanjo em patrimônio cultural. Para isso, recorremos a correspondências institucionais, missivas trocadas entre figuras consideradas centrais no processo de patrimonialização das ruínas missioneiras e obras escritas por pesquisadores do campo patrimonial brasileiro.

Para continuar esse percurso e atingir nosso objetivo nesta dissertação, o de dar visibilidade às histórias dos artífices e aos conhecimentos por eles construídos para a permanência da tangibilidade do bem, neste segundo capítulo, vamos nos dedicar a entender um pouco sobre a formação, na década de 1980, da equipe de profissionais que atuam, até hoje, diariamente na conservação das ruínas missioneiras. Faz-se necessário, no entanto, antes de adentrarmos nos aspectos mais pessoais de formação dessa equipe, entender o contexto no qual surgiram as condições favoráveis para que essa equipe não apenas se formasse, mas permanecesse atuante até a atualidade. Para compreender esse contexto, serão analisados alguns documentos produzidos pelo Iphan, tais como correspondências e publicações sobre as atividades que tomaram lugar em São Miguel durante o início dos anos 1980, e entrevistas conduzidas por esta autora com alguns dos arquitetos que atuaram de forma direta nessas atividades e projetos. Com esses documentos em mãos, esperamos apresentar um panorama que permita compreender aspectos fundamentais que possibilitaram a ocorrência da formação de uma equipe permanente de artífices dentro dos quadros de servidores do Iphan.

A permanência desses profissionais, ao longo de mais de 40 anos, demonstra a relevância de sua atuação na conservação e consolidação desses remanescentes, já que

adquiriram conhecimentos aprofundados sobre esse patrimônio e sua conservação e se tornaram memória viva da atuação do Iphan na região e parte do saber-fazer da instituição. A atuação desses profissionais construiu e fortaleceu laços entre o trabalho de preservação do Iphan e a comunidade local, motivo pelo qual entendemos que trazer à tona a história desses profissionais nos permite compreender, com mais afinco, a relevância de sua atuação não apenas para a manutenção física do bem cultural, mas como amálgama do trabalho do Iphan e dos anseios da população local.

Assim, ao fim deste capítulo, esperamos construir uma base sólida por meio da qual poderemos adentrar de modo mais assertivo nas memórias compartilhadas pelos artífices. Para tanto, importa, aqui, compreender como se configurou a formação da equipe de artífices responsável pela preservação das ruínas da Missão Jesuítico-Guarani de São Miguel Arcanjo e o caminho institucional que permitiu a permanência desses profissionais indispensáveis à conservação delas há quase quatro décadas.

2.1 Os artífices no Iphan

A preocupação com a inserção de profissionais capacitados para atuar no patrimônio cultural brasileiro foi uma constante no Iphan. Desde o início de seu trabalho, a instituição buscou reunir profissionais com intensa atuação no cenário cultural brasileiro, como bem analisado por Mariza Veloso Motta Santos (1996). Para além de arquitetos e intelectuais representativos da área do conhecimento cultural brasileira, o trabalho de campo do patrimônio, ou seja, aquele executado nos canteiros de obras de consolidação e restauração demandavam, em muitas ocasiões, a presença de artífices com conhecimentos de técnicas construtivas bastante específicas, como aponta Márcia Chuva:

> Para fabricação de materiais novos semelhantes aos "primitivos", era necessário recorrer à mão-de-obra local que dominasse as técnicas antigas, como no caso dos carpinteiros empregados nessa obra [rua do Amparo n.º 28, em Olinda], agregando, assim, trabalhadores cujas funções, ofícios, conhecimentos e serviços não encontravam mais demanda, substituídos por produtos industrializados. Eles tornaram-se fundamentais nas restaurações, que necessitavam da produção artesanal de peças de carpintaria, serralheria, cantaria, por exemplo e, desse modo, populações desconectadas das malhas de controle do Estado por se encontrarem isoladas em suas próprias localidades foram sendo paulatinamente integradas. Essas pessoas foram identificadas e integradas como trabalhadores ou como fornecedores de peças de produção artesanal, inacessíveis por estarem fora do circuito comercial e produtivo. (CHUVA, 2010, p. 3).

Ainda que a presença desse tipo de profissional, nas primeiras obras comandadas pelo Iphan entre as décadas de 1930 e 1940, fosse perceptível, o que se nota é que se tratava de incursões pontuais, principalmente naquelas localidades onde esse tipo de profissional já estivesse à disposição[27]. Em casos como o das obras de consolidação conduzidas pelo Iphan em 1937, nas ruínas da antiga redução de São Miguel Arcanjo, não há relatos de qualquer tipo de contratação de profissionais com conhecimentos práticos e específicos desse tipo. Para além disso, não encontramos, no decorrer desta pesquisa, nenhum tipo de documento ou estudo que aponte para uma preocupação com a formação desse tipo de profissional artífice e muito menos sua inclusão como parte do corpo técnico do Iphan naquele momento.

Nesse sentido, parece-nos que a década de 1970 apresenta-se como um momento bastante significativo na trajetória de formação de profissionais capacitados para atuar no patrimônio, o que passa a incluir, para além dos arquitetos, a formação técnica de outros profissionais, como artífices com conhecimentos especializados para o trabalho com patrimônios culturais.

Ainda que a preocupação com a formação de recursos humanos qualificados para o trabalho com o patrimônio fosse algo sempre presente no Iphan, parece-nos haver ocorrido uma ampliação do escopo da formação profissional para essa atuação a partir do Programa Cidades Históricas (PCH), que previa a formação e a capacitação de profissionais especializados, em nível superior, intermediário e operário, o que aponta para um entendimento ampliado sobre o trabalho de preservação, que passa, então, a incluir outros profissionais para além daqueles de nível universitário.

O Programa de Cidades Históricas, implementado, entre 1973 e 1987, pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (Miniplan), foi uma iniciativa federal que teve como objetivo a recuperação do patrimônio cultural urbano, com foco principal na região Nordeste do Brasil. Segundo Sandra Correa (2012), o programa buscava o desenvolvimento econômico das cidades históricas e dialogava com outros assuntos em pauta na década de 1970, como o desenvolvimento urbano, regional e econômico em um contexto de reconhecimento das consequências do crescimento urbano acelerado e concentrado, que espelhava territorialmente a má distribuição de renda existente no país.

Assim, o principal objetivo do Programa era a preservação de monumentos tombados, com o intuito de torná-los economicamente viáveis por meio de seu uso relacionado ao turismo

[27] Cabe lembrar que houve casos isolados em que atividades pontuais resultaram na incorporação permanente de profissionais ao Iphan. No entanto, ainda faltam pesquisas a esse respeito para compreender melhor esse processo.

cultural. Para Correa (2016), o programa tinha em sua concepção uma mudança na maneira de abordar as cidades históricas no sentido de entendê-las como produtoras de capital, capazes de gerar desenvolvimento econômico por meio da atividade turística. A ideia, portanto, era criar um círculo virtuoso de autossustentação econômica. Após os investimentos iniciais do Programa, a economia do turismo local deveria financiar a conservação dos monumentos (CORREA, 2012).

A preocupação com a formação e a qualificação de recursos humanos para restauração e conservação de bens móveis e imóveis esteve presente desde o início do Programa, já na Exposição de Motivos 076- B/73:

> IV - A formação de recursos humanos para a restauração e preservação de monumentos e obras históricas ou artísticas, a nível universitário, a nível intermediário e operário.
> V - A formação de pessoal especializado na criação artística e artesanal. Esse pessoal complementará os trabalhos de restauração de monumentos e objetos artísticos, como também contribuirá com a atividade turística na oferta de artigos regionais. (BRASIL, 1973, *apud* CORREA, 2012, p. 130).

Cabe destacar que essas premissas já constavam no Compromisso de Brasília, de 1970, no qual estava prevista a formação de recursos humanos tanto a nível superior, médio e artesanal, para a restauração e preservação de monumentos e obras históricas ou artísticas, quanto a nível federal, além de estadual e municipal. Ainda que o Compromisso de Brasília seja o documento norteador, a partir do qual tornou-se evidente a preocupação com a formação de mão de obra como parte das práticas de preservação do patrimônio para o desenvolvimento regional, o Programa Cidades Históricas teve um papel muito relevante como instrumento para a implantação de uma nova política de proteção do patrimônio cultural.

A necessidade de formação de mão de obra qualificada para atuar no patrimônio cultural também é apontada nos relatórios elaborados pela Delegacia Regional da Seplan/PR, que atribuíam à falta de mão de obra especializada o atraso e a inviabilidade da elaboração de projetos e execução de obras. Assim, percebemos o quanto a política para formação de recursos humanos era necessária em nível operário e intermediário, para trabalhos nas obras de consolidação e restauração, na construção civil, na restauração de obras de arte integradas aos monumentos e em nível universitário.

A leitura desses documentos permite identificar que a preocupação com a formação de mão de obra a nível operário tornou-se uma questão bastante debatida no campo patrimonial a

partir da década de 1970. A nosso ver, isso impactou diretamente não apenas o entendimento da necessidade de formação de artífices para trabalhar nas obras de consolidação das ruínas de São Miguel Arcanjo, a partir da década de 1980, mas lançou luz sobre a necessidade de incorporar esses profissionais ao quadro de funcionários da instituição. Desse modo, apesar de a preocupação com formação de profissionais para atuar no patrimônio cultural ser uma constante dentro do Iphan, o que podemos notar é uma efetiva formação de artífices historicamente marcada a partir da construção do Programa Cidades Históricas.

Para além do Programa Cidades Históricas, o que percebemos é que se amplia a preocupação com a formação de pessoal qualificado para trabalhar nos canteiros de obras de restauração e conservação do patrimônio cultural. O artigo escrito pelo arquiteto Américo Simas Filho (1975) ilustra bem essa questão. Ao ser convidado por Renato Soeiro, então diretor do Iphan, para preparar um relatório referente ao ensino e à pesquisa na defesa do patrimônio cultural, Simas Filho se debruça sobre a formação de recursos humanos como um elemento fundamental, sem o qual qualquer tipo de programa ou política em defesa do patrimônio seria impraticável. Em suas palavras:

> Qualquer que seja a diretriz que se venha a adotar para resguardar o legado recebido das gerações precedentes, sempre deverá figurar, como objetivo prioritário, a obtenção de recursos humanos, em qualidade e quantidade compatíveis com as altas responsabilidades inerentes a tais tarefas. (FILHO, 1975, p. 87).

O que podemos extrair da fala de Simas Filho é um cenário generalizado, em nível nacional, de dificuldades para capacitar e reter profissionais aptos para trabalhar com o patrimônio em todos os níveis de atuação. Para além da constatação acurada do cenário patrimonial brasileiro, o que gostaríamos de ressaltar aqui é a percepção que o autor oferece das formas de minimizar esse problema que, como veremos a seguir, foram ao encontro daquilo que se praticou na região das Missões.

A partir da percepção sobre a necessidade de recursos humanos para a proteção eficaz do patrimônio cultural brasileiro, em especial para trabalhos de conservação e restauração, o autor apresenta como sugestão a formação de mão de obra consoante um sistema tradicional, isto é, a transmissão direta de conhecimento do mestre ao discípulo. Segundo o autor, essa seria, com suas indispensáveis adaptações, a forma mais rápida e eficaz de capacitar pessoas para o trabalho com o patrimônio, com condições reais de trabalho, inclusive no próprio canteiro de obra. Segundo ele,

> Recrutando-se operários dos diversos ofícios, e especializando-os segundo o sistema apontado, desde que o aperfeiçoamento se fizesse sob a orientação de Mestre competente, teríamos preparado, em tempo relativamente breve, quadro profissional devidamente adestrado nas diversas profissões envolvidas no sistema de proteção do nosso acervo monumental, capaz de arcar, satisfatoriamente, com as suas atribuições, sob adequada orientação, supervisão e controle dos profissionais de nível superior responsáveis pela direção de tais obras e serviços. (FILHO, 1975, p. 87).

Para além de formação e capacitação desses profissionais, Simas Filho aponta ainda para a importância da estabilidade funcional para esses cargos de modo a garantir a continuidade dos trabalhos de proteção. Para o autor,

> sendo a mencionada atividade de um tipo que não conta mais com demanda no mercado de trabalho atual na indústria de construção civil, seria indispensável que se assegurassem condições de estabilidade funcional a esses oficiais, sem o que não encontrariam os mesmos motivação suficiente para se dedicarem a tal especialização, digamos assim, pois é, realmente, o que significa semelhante processo nos dias presentes. […] Pensamos que somente adotando medidas que possibilitem a organização de quadros técnicos estáveis e competentes, é que estaremos, com efeito, partindo para um trabalho contínuo e eficaz no setor. (FILHO, 1975, p. 88 - 89).

A partir da defesa de seus argumentos, Simas Filho apresenta como embasamento o trabalho então desenvolvido pela Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia no Pelourinho, cujo projeto esteve à frente o arquiteto Fernando Machado Leal que, a partir de 1982, tornou-se o arquiteto responsável pelas obras de consolidação das ruínas de São Miguel Arcanjo. Segundo Simas Filho (1975, p. 88), “com algumas variantes, vem o mesmo sendo testado nos canteiros de obras do Projeto Pelourinho, em Salvador, a cargo da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, sob a supervisão competente do arquiteto Fernando Machado Leal”.

Assim, não parece à toa que, quando do início das obras nas ruínas de São Miguel Arcanjo, o arquiteto Fernando Machado Leal tenha desenvolvido a mesma estratégia para a capacitação de recursos humanos para trabalhar nas obras de consolidação, já que, independentemente da localidade, a dificuldade de formação de profissionais aptos em tempo relativamente curto parece ter sido uma constante. Por meio dessa prática foi possível não apenas capacitar artífices para o trabalho com a conservação do patrimônio, mas perceber o embasamento para a manutenção desses profissionais como parte dos quadros permanentes do Iphan.

A nível internacional, também percebemos, nesse momento, um movimento de ênfase na necessidade de capacitação de profissionais locais para o trabalho com o patrimônio cultural. No que se refere aos bens culturais da experiência jesuítica-guarani na América Latina, destacamos a reunião ocorrida em 1979, na Argentina, com representantes de três países com vestígios da experiência missioneira. Nesse encontro, foram tratados, entre outros temas, a necessidade de publicações sobre os aspectos técnicos-científicos de restauração e revitalização que servissem como normas de aplicação em novas intervenções, para, assim, possibilitar futuros estudos da temática em questão e que fossem apropriados ao trabalho em ruínas (BOLETIM SPHAN/Pró-Memória, 1979).

Nota-se, nesse sentido, um olhar cada vez mais preocupado com a preservação das ruínas e a construção de conhecimentos técnicos que assegurassem a continuidade e a fruição técnica desses bens. Isso proporcionou a apresentação de uma série de recomendações durante a reunião, entre as quais destacamos a enfatização da necessidade de que os projetos de preservação de integrantes do Circuito Turístico utilizassem mão de obra regional para obras de infraestrutura ou para serviços (BOLETIM SPHAN/pró-memória, 1979).

Parece-nos, dessa forma, que, a partir da década de 1970, começou-se a construir um cenário no qual a instituição passou a incluir novos horizontes de formação de profissionais para trabalhar com o patrimônio em todos os níveis de especialização. Esse movimento, para além de permitir a formação de profissionais para o campo patrimonial, permitiu a construção de uma relação de proximidade com as comunidades do entorno ao garantir novas oportunidades de trabalho para elas, como veremos com mais claridade quando nos debruçarmos sobre as histórias dos artífices que atuaram nas ruínas do sítio histórico e arqueológico de São Miguel Arcanjo.

2.2 A formação de artífices nas Missões

A formação da equipe de artífices para atuar no sítio histórico e arqueológico de São Miguel Arcanjo, no município de São Miguel das Missões, esteve diretamente atrelada às obras de conservação conduzidas entre 1982 e 1987. Até aquele momento, as ruínas missioneiras já haviam passado por diversas obras que buscavam, de maneira pontual, garantir a continuidade do bem, mas nenhuma delas havia garantido a permanência de uma equipe de especialistas no

local, a não ser pela presença de um zelador[28]. Nesse sentido, entendemos que as discussões que afloraram no campo patrimonial a respeito da necessidade de formação de profissionais para atuar nos canteiros de obras de conservação foram um elemento-chave para garantir a formação e a permanência desses profissionais. Esse novo discurso é perceptível na fala de diversas figuras centrais do processo que culminou nas obras mais completas já executadas em Missões.

No entanto, para entendermos melhor esse processo, vale recordamos, ainda que de maneira bastante breve, o contexto no qual tais obras foram executadas. Como apontado no capítulo anterior, desde a década de 1930, diversas obras de conservação foram conduzidas pelo Iphan nos remanescentes da redução de São Miguel Arcanjo com o intuito de consolidar e evitar o desmoronamento das ruínas que constituíam esse bem cultural. No entanto, as obras foram, em sua grande maioria, localizadas em determinadas partes do monumento, o que, apesar de todo o esforço despendido, não assegurava por demasiado tempo a preservação como um todo. Mas o interesse crescente pelas Missões, em âmbitos nacional como internacional, parece ter possibilitado que novas obras de preservação fossem empreendidas com o intuito não apenas de assegurar a continuidade física do bem cultural, mas a sua fruição por turistas e visitantes em geral.

Desde a década de 1960, com um olhar crescente para os patrimônios culturais como bens também de valor econômico e turístico, organismos internacionais começaram a olhar com mais atenção para o patrimônio das Missões Jesuítico-Guarani, e não apenas as missões no território brasileiro, mas também aquelas na Argentina e no Paraguai. Em 1966, iniciou-se um projeto multinacional, patrocinado pela OEA, com o objetivo de revalorizar a zona missioneira, com seu aproveitamento cultural e turístico[29]. Pouco tempo depois, a Unesco passou a colaborar, o que permitiu ao Iphan contar com o apoio de técnicos especializados para acompanhar os andamentos de diversos projetos de preservação do patrimônio brasileiro. No caso do sítio histórico e arqueológico de São Miguel Arcanjo, essa colaboração internacional com a Unesco parece ter sido fundamental para dar início às obras de consolidação das ruínas, iniciadas na década de 1980, e que marcam o início do trabalho da equipe de artífices que hoje faz parte do quadro de servidores permanentes da instituição.

---

[28] Para conhecer a história dessa importante personagem na proteção do patrimônio cultural em Missões, consulte a obra: BAUER, Leticia. **O arquiteto e o zelador:** Patrimônio Cultural, História e Memória São Miguel das Missões (1937-1950). Dissertação (mestrado), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. 2006. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/11112

[29] Renato Soeiro – ao ministro – Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1975.

Segundo o arquiteto Fernando Machado Leal (1984), responsável pelas obras que tiveram lugar em São Miguel Arcanjo durante a década de 1980, foi graças a um incidente localizado de grande repercussão em diversos jornais à época, a saber o desmoronamento parcial de parte da parede lateral da estrutura da sacristia nova, em 1978, que se criaram as condições que permitiram não apenas a execução das obras, iniciadas a partir de 1982, como a possibilidade concreta de as ruínas do sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo ingressarem na lista representativa do Patrimônio Mundial da Unesco.

A partir do desmoronamento de parte da parede lateral da igreja, teve lugar uma série de medições que buscavam aferir a situação real da estrutura das ruínas e suas condições de preservação. Numa dessas medições, feitas sobre a frontaria da igreja, constatou-se um desaprumo preocupante, que colocava em risco de desmoronamento a fachada da igreja. Ainda que essa medição inicial estivesse defasada, já que não levou em consideração um desaprumo natural existente, segundo Leal (1984), teria sido graças a esse fato que foi deflagrado o processo que resultou nas obras iniciadas em 1982 e executadas após minuciosos estudos e consultas a diversos técnicos, firmas e entidades.

O relato do arquiteto Luiz Antônio Bolcato Custódio, presente nos primeiros estudos que basearam o andamento das obras de conservação, ocorridas naquela mesma década, em entrevista concedida a esta autora, corrobora essa percepção e nos ajuda a entender um pouco mais sobre esse episódio:

> Logo depois, em 1979, 1980, houve uma medição equivocada do desaprumo da igreja provocada já que existia um desaprumo natural desta frontaria que é de 68 cm. Quando foi feita essa medição, não foi descontada a largura da parede em cima, então somando a largura da parede, deu um 1,26m de desaprumo. Quando viu essa medição, o professor Curtis[30] disse: "Vai cair! Com esse desaprumo vai cair!". E certamente iria cair, mas não era aquele desaprumo. Depois se descobriu que a fachada da igreja, ela é um tanto quanto inclinada como correção de perspectiva, mas um pouco tinha de desaprumo. Pouco, mas tinha! Com isso, foi acionada a Unesco pelo professor Augusto Carlos da Silva Teles, que era o diretor de proteção do Iphan. E veio um técnico de Napoli, um engenheiro chamado Roberto Di Stefano, que veio a São Miguel junto com o Aloisio Magalhães[31] e aqui decidiram um rol de providências necessárias. E, nisso, o professor Di Stefano disse que isso aqui era muito importante, que merecia ser Patrimônio Mundial! A partir daí, o Iphan começou a montar o Dossiê para apresentar São Miguel como Patrimônio Mundial. E uma das referências foi o plano diretor, porque o plano diretor era uma das exigências de ter proteção urbana do seu entorno. (CUSTÓDIO, Luiz A.B. Entrevista concedida à autora em 2019).

[30] Júlio Nicolau Barros de Curtis foi diretor regional do Iphan no Rio Grande do Sul entre 1978 e 1987.
[31] Aloísio Sérgio Barbosa Magalhães, presidente do Iphan entre os anos de 1979 e 1981.

A partir do episódio relatado por Custódio, teria a então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, apoiada pela recém-criada Fundação Nacional Pró-Memória e assessorada pelo técnico designado pela Unesco, Roberto Di Stefano, feito o maior conjunto de exames e levantamentos até então produzidos em São Miguel Arcanjo (CURTIS, 1982). Como apontam Custódio e Stello em um artigo sobre a trajetória de preservação nas Missões:

> As orientações demandaram uma avaliação do edifício que abarcava aspectos históricos, sistema construtivo, materiais constituintes, lesões, deformações e intervenções anteriores. Nestes estudos começaram a participar técnicos de diferentes áreas profissionais e instituições, e o resultado foi a definição de diretrizes conceituais e técnicas para a obra, segundo os princípios da restauração científica contemporânea. (CUSTÓDIO; STELLO, 2007, p. 46).

Dessa forma, foi criado um Termo de Referência, datado de 7 de agosto de 1980, elaborado com a assessoria do professor Roberto Di Stefano, que teria sido tomado como roteiro básico para a condução dos estudos, o que demandou cerca de um ano e meio de trabalho. Esse documento deu origem a diversas ações, entre as quais:

- a análise histórica do bem cultural, com a finalidade de conhecer a vida pregressa do monumento, principalmente no que se refere à sucessão de fases construtivas e de acréscimos, modificações e transformações nele ocorridas;
- o levantamento gráfico, feito pelos arquitetos Odair Carlo de Almeida e Luiz Antonio Bolcato Custódio, a fim de se obter melhor compreensão das causas que concorriam para a ruína do monumento;
- o levantamento fotográfico que abrangeu as partes mais significativas;
- o levantamento fotogramétrico da frontaria e da torre, com a finalidade de se obter maior precisão nas medidas e nos elementos gráficos para eventual desmontagem e remontagem de suas partes face às condições de estabilidade;
- a análise dos materiais constitutivos dos maciços das paredes, para identificação do material, do grau e do mecanismo de alteração das rochas e processos de degradação dos materiais;
- a análise dos caracteres construtivos que resultou nas seguintes constatações: existência de dois tipos de alvenaria, de tijolo com argamassa de cal e de pedra argamassada com barro;

- o exame estático sólido da fachada principal para verificação do desaprumo da frontaria face à sua estabilidade;
- o exame estático da situação das obras de consolidação executadas em 1938 na torre e no pórtico;
- o controle sistemático e contínuo da progressão deformativa da fachada principal, a partir dos pontos de retícula marcados previamente; e
- o exame estático da situação das obras de consolidação feitas em 1968 na frontaria da igreja.

Essa série de estudos e levantamentos permitiu chegar a um diagnóstico sobre as causas da deterioração do monumento, produzir ampla documentação sobre o bem cultural e garantir os encaminhamentos adequados para a sua conservação. Uma vez diagnosticada a necessidade urgente de obras para consolidação e conservação do bem cultural, a preocupação com a formação da equipe que iria acompanhar as obras trouxe à tona novamente o debate sobre a formação de mão de obra para o trabalho com o patrimônio. Uma das principais preocupações, nesse sentido, era quanto à garantia da continuidade do processo de preservação nas Missões a partir do momento que a obra fosse concluída. A história já havia mostrado que a incursão esporádica de obras de conservação em São Miguel Arcanjo, ainda que garantisse a sobrevivência do bem cultural, não era a medida mais efetiva para sua real preservação. A preocupação com a continuidade do processo de conservação tornou-se, então, foco central. O relato do arquiteto Custódio exemplifica bem essa preocupação, segundo nos conta:

> Em 1980, foi armada uma equipe que iria conduzir os trabalhos necessários à estabilização das ruínas da igreja, a gente passou depois a chamar de remanescentes, e, nesse processo, foi convidado um arquiteto de Salvador, que tem uma empresa chamada Rescon - Restauração e Conservação, Fernando Leal, que convidou um arquiteto com especialização em restauro, chamado Odair Carlos de Almeida, de São Paulo, que viria para cá. [...] O Curtis, que era o diretor do Iphan [no Rio Grande do Sul], ficou muito contrariado pelo fato e disse "Não, vem todo mundo de fora, depois vão todos embora, não fica ninguém com conhecimento no lugar para dar continuidade ao processo. É preciso dar continuidade ao processo!". Ele solicitou que alguém daqui fosse contratado e foram buscar alguém, que era o alguém que tinha trabalhado em São Miguel recentemente, era jovem e disponível para isso. Então caiu eu! (CUSTÓDIO, Luiz A.B. Entrevista concedida à autora em 2019).

Apesar de não ser originalmente natural do município de São Miguel das Missões, Custódio já havia atuado na então vila e foi o arquiteto responsável pelo seu planejamento

urbano. Por esses motivos, foi escolhido por Júlio Nicolau Barros de Curtis, então diretor do Iphan no Rio Grande do Sul, para atuar à frente dos estudos prévios à obra que seria executada. A contratação de Custódio exemplifica bem a preocupação relatada sobre a presença de profissionais que garantissem não apenas a continuidade do processo, mas a permanência dos conhecimentos desenvolvidos no local. Nesse sentido, parece-nos que, não apenas a presença de um arquiteto da região, mas a de artífices da localidade foi a forma encontrada para garantir a continuidade dos trabalhos desenvolvidos com o intuito de evitar incursões esporádicas pois, como relata Custódio, esse tipo de gestão não era capaz de garantir a preservação integral do bem cultural:

> Uma ruína é, necessariamente, algo em decomposição, e o nosso trabalho é atrapalhar esse processo. Fazer com que ela dure mais tempo, para que mais gerações possam ver o que sobrou desse processo. Então, para isso, a gente precisa que ter gente, sempre! Ao lado! Não é por empreitada: "Agora nós vamos fazer isso", e daqui a dois anos: "agora nós vamos", e daqui a dez anos: "agora nós vamos". Não. Tem que ter gente arrumando no cotidiano. A natureza se impõe, ela cria vegetação sobre as juntas, as formigas, os cupins, tudo entra em funcionamento e acelera o processo [de ruína] e a gente vai tentando impedir isso. (CUSTÓDIO, Luiz A.B. Entrevista concedida à autora em 2019).

A nosso ver, esse foi o entendimento que esteve por trás dos novos encaminhamentos dados quanto à preservação do patrimônio cultural na região das Missões. A partir de então, o que percebemos é que se decidiu seguir com o olhar experiente dos arquitetos Fernando Machado Leal e Odair Carlos de Almeida, mas com atenção à formação de mão de obra local em todos os níveis de atuação, de forma a garantir a perpetuação do processo de preservação das ruínas devido ao seu caráter específico. Formou-se, assim, a primeira equipe do escritório técnico do Iphan no município de São Miguel das Missões composta pelo mestre de obras Agostinho Silva, pelos arquitetos Fernando Machado Leal, Luis Antônio Bolcato Custódio, Ana Lúcia Meira, Odair Carlos de Almeida, além de operários que chegaram a ser mais de 50 pessoas durante alguns momentos da obra.

A formação de profissionais locais para trabalhar nas obras em São Miguel Arcanjo, por necessidade operacional ou por visão de futuro, parece ter sido parte integrante do projeto de conservação das ruínas missioneiras. No entanto, capacitar pessoal para trabalhar com preservação patrimonial em uma região predominantemente agrícola tornou-se uma tarefa bastante complicada. Em entrevista concedida ao *Boletim Sphan* n.º 27 (1983), Fernando Machado Leal, então responsável pelas obras em São Miguel Arcanjo, ao relatar sobre o

andamento das obras, apresenta alguns percalços enfrentados por ele e sua equipe para a execução das obras. Segundo a reportagem do *Boletim Sphan*, uma das grandes dificuldades foi justamente a formação de mão de obra.

> Devido às condições de localização das ruínas em São Miguel, em região agrícola por excelência, o primeiro problema enfrentado quando do início dos serviços de consolidação do monumento, foi a da formação de mão de obra. O problema foi solucionado com a vinda do Mestre Augusto da Silva, de Salvador (BA), que já trabalhava há cerca de 12 anos na empresa RESCON e tinha sido testado na formação de pessoal em obras anteriores, algumas delas realizadas no interior, em condições semelhantes às encontradas em São Miguel. (SPHAN, 1983, p. 3).

Esse trecho da reportagem apresenta um aspecto bastante interessante que marcou a formação da equipe de artífices. Nele, é interessante notar a aparente dificuldade enfrentada com a formação de profissionais para trabalhar na obra. Qualquer profissão apresenta suas especificidades, e o trabalho com o patrimônio não é diferente. No caso das ruínas localizadas em São Miguel das Missões, encontrar profissionais com esse tipo de conhecimento era uma raridade. Ainda que, em momentos pontuais, tenham sido contratadas pessoas locais que já haviam trabalhado em obras anteriores feitas nas ruínas, a grande maioria dos profissionais recém-contratados eram oriundos de outras profissões e não tinham qualquer contato com o patrimônio. Nesse sentido, a história do mestre Paulo Amauri Oliveira Souza é bem ilustrativa. Ele nos conta:

> Quando eu cheguei eu não sabia nada! Prova está que meu serviço era, quando começamos, fazer massa, numa masseira que tinha aqui no meio: era puxar massa. Porque para o começo da restauração, eles contrataram quem era pedreiro, trabalhavam em construção, então já tinham uma noção de lidar com massa, de lidar com tijolo. Não sabiam lidar com pedra, mas já tinham mais noção, né? Daí nós, os serventes, puxávamos pedra, puxávamos massa, água, para lavar as paredes. Eu não tinha nem noção do que era trabalhar de pedreiro, ainda mais assim, restaurador! Aprendi tudo aqui! [...] Daí, eles iam vendo os que iam se interessando e os que iam aprendendo mais, daí eles iam deixando direto nas paredes. (SOUZA, Paulo A.O. Entrevista concedida à autora em 2019).

A história de Paulo é, de forma geral, a regra. Nesse sentido, somos capazes de entender a importância da vinda do Mestre Augusto da Silva, que já tinha ampla experiência, trabalhando com Leal, em obras parecidas e experiência na capacitação desse tipo de profissional. Outro ponto interessante é que tanto a presença de Leal quanto a do mestre Augusto estavam

ancoradas diretamente a uma percepção de necessidade de trazer para as obras profissionais não apenas com ampla experiência em projetos de conservação do patrimônio, mas em formação de profissionais para esse tipo de função. Como apresentado anteriormente, Fernando Machado Leal já tinha mais de uma década de experiência na formação desse tipo de profissional, desde a época dos trabalhos no Pelourinho feitos pela Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia no início da década de 1970.

Nesse sentido, também nos parece que houve, por parte de Fernando Machado Leal, uma clara estratégia para a capacitação desses profissionais. Conforme aponta o texto de Simas Filho (1975), seguia um sistema tradicional, ou seja, com transmissão direta de conhecimento do mestre ao aprendiz, uma forma rápida e eficaz de capacitar pessoas para o trabalho com o patrimônio, com condições reais de trabalho, inclusive no próprio canteiro de obra. Nesse sentido, evidencia-se que a experiência prévia de Fernando Machado Leal com a capacitação de artífices, durante a década de 1960, em obras conduzidas pelo arquiteto no Pelourinho, na Bahia, foi a base que permitiu à experiência em São Miguel Arcanjo, de um cenário inicial bastante problemático, se tornar um êxito.

Para garantir a eficácia da estratégia, segundo a reportagem do *Boletim do Patrimônio*, para o início dos serviços, foi contratado o mínimo de pessoas, seis operários (um auxiliar de pedreiro e cinco serventes), para que fosse possível instruí-las adequadamente e aumentar o número gradativamente, na medida em que os primeiros contratados fossem adquirindo a habilidade necessária. Isso também aparece no relato de Paulo Amauri de Souza:

> No primeiro dia, eu e ele [mestre Augusto]. Daí, depois no outro dia veio mais quatro, cinco e assim foi indo. Eu era servente, meu serviço era fazer massa, puxar pedra. Mas, no decorrer, eles foram dando oportunidade a quem quisesse trabalhar nas paredes, como nós dizíamos, limpar parede, botar massa, concreto, fazer pedra. Eles davam a oportunidade.[...] O mestre Augusto que botava a gente trabalhar na parede, no começo não saía muito bem, mas aí, se ele via que tu tinha a intenção de aprender, ele carregava mais naqueles pra aprender. Não demorou tanto, dentro de um ano, a gente já tava mais ou menos dominando como é que faz, porque tu sentar a pedra não é difícil se tu prestar bem atenção, o difícil é tu fazer a pedra, esse é o mais difícil. (SOUZA, Paulo A.O. Entrevista concedida à autora em 2019).

A estratégia de capacitação empregada por Leal previa ações práticas reais, sem a qual seria impossível capacitar esses profissionais. Para tanto, segundo a reportagem do *Boletim do Sphan*,

> Seguindo o mesmo critério, para testar a tecnologia a ser empregada e desenvolver a qualificação profissional, foram escolhidos trechos de pequena

> importância nas ruínas, como os muros do antigo colégio, afastados da igreja. Desta forma, os erros inevitáveis não comprometeriam o conjunto. (SPHAN, 1983, p. 3).

A presença de Leal e a estratégia empregada se mostraram bastante eficientes. Garantiram que os conhecimentos apreendidos pelos novos artífices efetivamente permanecessem e fossem transmitidos a novos integrantes sempre que necessário. Com o tempo, o número de profissionais foi aumentando, mas uma nova dificuldade se fez presente. Segundo a reportagem do *Boletim do Sphan*, as dificuldades de formação de profissionais para trabalhar com o patrimônio tornaram-se mais evidentes por uma rotatividade bastante expressiva e muito maior que a esperada. O relato do artífice Adelar de Oliveira Leite sobre como eram feitas as contratações exemplifica bem a questão. Segundo ele:

> As contratações eram feitas através de uma inscrição que a gente fazia ali e eles iam chamando. Já tinha gente trabalhando desde 1983 e eles iam chamando, toda a semana largavam dois, três, pegavam de novo outros, e assim, quando eu cheguei, tinham 50 trabalhando. Só que cada semana largavam uns 5 ou 6 e pegavam outros novos, iam trocando e nós íamos ficando. (LEITE, Adelar O. Entrevista concedida à autora em 2019).

Segundo a reportagem, essa dificuldade se deu, em decorrência, sobretudo, dos obstáculos de adaptação de trabalhadores agrícolas ao trabalho artesanal de estabilização e consolidação de uma ruína, o que era perceptível pela permanência de apenas alguns poucos operários contratados inicialmente. Como podemos observar no trecho anteriormente destacado do relato do artífice Paulo Amauri de Souza, a estratégia empregada por Leal para a contratação desses profissionais era a de escolher, preferencialmente, aqueles que tinham algum conhecimento em construção civil. Mas, como o próprio Paulo de Souza relata, e como é possível perceber no relato de outros artífices e em suas próprias histórias de vida, nem sempre era possível contratar esse tipo de profissional, motivo pelo qual eram contratadas pessoas das mais variadas origens profissionais, desde que esses tivessem interesse em trabalhar nas obras.

A história do artífice Nilson Jardim de Campos, especialista na confecção das massas usadas nas obras de consolidação, exemplifica bem essa questão. A família desse artífice é constituída integralmente por trabalhadores rurais, e ele mesmo é um trabalhador do campo. Até que surgiu a oportunidade de trabalhar nas obras de conservação. Nilson de Campos nunca havia trabalhado em outra função, mas, ao conhecer a oportunidade de trabalhar nas obras, uma das poucas fontes de renda alternativas na região, decidiu arriscar. Em suas palavras:

> Minha família trabalhava numa fazenda de gado, até que venderam a fazenda e nós viemos embora para a esquina São Miguel[32]. Meu pai comprou uma chácara ali. Nós sempre fomos de lidar na lavoura, eu gostava de lidar na lavoura, lavrar. Fiquei ali até a idade de 17 anos e depois comecei a vir para São Miguel para trabalhar, daí peguei [trabalho] na Cotrisa[33], arrumei esposa e vim morar aqui em São Miguel. Trabalhei duas safras na Cotrisa e depois saí e vim aqui para as ruínas.[..] No tempo que eu vim pra cá, tinha 58 que trabalhavam [...]Eu soube [do trabalho nas ruínas] porque nós morávamos pertinho ali onde tinha o escritório velho como nós dizíamos, daí tinha o falecido Augusto e o Doutor Fernando. O Augusto era o chefe e nós morávamos pertinho, aí nós falávamos, vinha ali comer com nós e conseguiu uma vaga ali pra mim, daí chamou e eu vim. Eu trabalhei dois meses na parte da limpeza, dos entulhos que saíam das pedras e coisa, daí depois ele me botou pra massa e estou até agora, viu se eu conseguia lidar na massa e lidei. (CAMPO, Nilson J. Entrevista concedida à autora em 2019).

Histórias profissionais como a de Nilson de Campos se tornaram mais corriqueiras. Isso também porque, como é possível perceber na entrevista dada por Fernando Machado Leal, a rotatividade era grande, e, numa então vila rural de pouco menos de 3.000 habitantes, selecionar apenas profissionais com experiência em construção civil limitaria bastante as possibilidades de contratação. Eis porque a prática mais efetiva era contratar os interessados, capacitá-los, manter os mais habilidosos e dar oportunidade a quem quisesse trabalhar. Mas, assim como a reportagem do *Boletim Sphan* relata uma grande rotatividade desses profissionais, também aponta para o aparecimento de "vocações" para o trabalho de restauração:

> Entretanto, também houve o aparecimento de vocações para o trabalho de restauração, tanto assim que homens que nunca haviam manuseado ferramentas de construção civil hoje cortam pedras, afeiçoam suas faces, e da condição inicial de simples serventes, estão quase equiparados a canteiros, tendo tido promoções de acordo com as habilidades e interesses demonstrados. (SPHAN, 1983, p. 4).

As obras parecem se caracterizar, assim, como uma verdadeira escola prática para a preservação do patrimônio. Entre idas e vindas de operários, começou-se a constituir uma equipe pequena, mas permanente, de profissionais dedicados ao ofício. A rotatividade de profissionais e o desenvolvimento de habilidades é, no nosso entendimento, mais um indício

---

[32] A Esquina São Miguel é um bairro rural pertencente ao município de São Miguel das Missões.

[33] A Cooperativa Tritícola – Cotrisa foi criada em 1956 para proteger o cultivo de trigo na região das Missões. Atualmente, as principais atividades da Cotrisa são recebimento, armazenagem, industrialização e comercialização de soja, trigo, milho e girassol. A cooperativa também comercializa fertilizantes para a lavoura, produz farinhas de trigo, cria rações para animais e tem redes de supermercados.

das razões pelas quais se optou por manter, em caráter permanente, aqueles profissionais que apresentaram gosto e capacidade técnica para a função.

Para além de garantir a continuidade do processo de preservação e a permanência de conhecimentos técnicos na região, todavia, a presença dos artífices abarca uma dimensão imaterial da atuação do Iphan que diz respeito às relações construídas com a comunidade local. Essa questão é bastante presente, tanto na fala do arquiteto Luiz Antônio Bolcato Custódio quanto na do arquiteto Vladimir Fernando Stello, responsável por dar continuidade ao processo de conservação quando do fim do contrato de Fernando Machado Leal na região das Missões. Segundo entrevista concedida por Stello:

> Sem artífice, a gente não faz nada! Porque é a questão técnica, mas passa também por outras questões. É que sem ter os artífices que vão saber, o cara que vai saber cortar a pedra, o cara que vai saber, que nem o Funaro, que era o nosso masseiro, que sabia que tinha que ficar lá uma hora amassando a massa pra ela ficar no ponto certo, pra ti botar aquela massa no meio da pedra, que ninguém vai ver, ninguém sabe, mas se não faz a massa da forma correta, com a mistura que tem que ser feita, e sabe a textura que ela tem que estar, não vai conseguir fazer um trabalho bem feito de preservação. Então, dentro da preservação da questão material, os artífices são superimportantes. (STELLO, Vladimir F. Entrevista concedida à autora em 2019).

Continua Stello:

> E assim, antes, quando eu vim pra cá, eu acabei aprendendo um monte de coisa foi com os artífices. Eles já tinham sido treinados, eles já sabiam e aí eles acabam, muitas vezes, ultrapassando a gente, porque eles estão ali amassando, fazendo a massa, e aí o pedreiro que vai colocar a massa, ele sabe melhor do que nós como é que é a textura daquela massa pra colocar, ele vai nos dizer "olha, a textura da massa é melhor essa daqui", porque é ele que tá colocando a massa no meio da pedra, e não nós. A gente só diz pra ele "tem que colocar a massa no meio da pedra". Por isso, é superimportante ter essas pessoas com conhecimento. A mesma coisa assim: tu pega o sítio Burle Marx, e é importantíssimo o jardineiro que trabalha lá nos jardins, porque ele sabe a hora de plantar, a hora de regar, a hora de podar. Então, em todas as áreas, se a gente não tiver os artífices, a gente não vai conseguir fazer nada, porque não é o arquiteto que vai lá fazer a massa e colocar na pedra, e não é qualquer artífice que vai saber fazer aquilo. Ele tem que ter o seu treinamento, ele tem o seu conhecimento acumulado, então acho que é primordial. (STELLO, Vladimir F. Entrevista concedida à autora em 2019).

Além de aspectos relacionados à prática de preservação, Stello também aponta para a importância desses profissionais que vai muito além da questão da transmissão de conhecimento: está relacionada ao desenvolvimento da economia local e à formação de laços com a comunidade.

> Mas, também por outro lado, a vivência dos artífices com o próprio patrimônio e a vivência deles com a comunidade também traz coisas. Por exemplo, quando a gente fez as obras lá em São João e São Lourenço, a gente fez questão que a empresa que ganhou a licitação contratasse pessoas de lá, da comunidade, por duas coisas: uma para dar um incentivo financeiro para essas pessoas; outro, pra gente poder treinar pessoas dali. Então, os nossos artífices treinavam eles, e outro, por esse contato que a gente acabava tendo com a comunidade. Então, acontecia que as esposas dos caras que estavam trabalhando conosco, ou os filhos, eles iam lá no sítio visitar a gente, levavam fruta pra gente. Então, tu acaba tendo uma vivência com a comunidade que não é aquela coisa "ah o técnico do Iphan que vai lá e olha, fiscaliza e vai embora". Então, tu cria um outro laço, e isso traz benefícios para o patrimônio, para o Iphan, porque sem a comunidade não adianta preservar. Então, em São João, uma das vezes que a gente trabalhou lá, quando a gente viu, tinha um monte de gente trazendo várias pedras, que eram pedras trabalhadas das ruínas que estavam espalhadas pela região. As pessoas vieram trazendo, vieram nos dizer que estavam lá, que era pra levar lá pro sítio. Então, quer dizer, você acaba criando uma ligação afetiva, porque aí, as pessoas acabam sabendo o que que é aquilo. Porque, às vezes, é muito fácil a gente, como técnico, dizer "ah isso é importante, a comunidade tem que reconhecer isso", mas como é que a comunidade vai reconhecer isso? Então, acho que o trabalho do artífice tem essas duas linhas. Então, tem a técnica, que eles acabam se aprimorando. (STELLO, Vladimir F. Entrevista concedida à autora em 2019).

Essa mesma intenção também é percebida na fala de Custódio:

> Além da conservação, que é a primeira questão, eles são um elo entre Missões e comunidade. Todos têm família, eles integram isso. E a gente já fez alguns projetos de tentativa de integração que acabaram depois não dando sequência, como, por exemplo, a revitalização da quinta. A proposta era que a revitalização da quinta, com o plantio de árvores frutíferas atrás da igreja, envolvesse não só os artífices, como as famílias, como os visitantes, como a relação daquilo com a escola, entendeu? Então, isso poderia ter sido implementado, só que, pra fazer tudo isso, precisa ter gente que possa fazer. (CUSTÓDIO, Luiz A.B. Entrevista concedida à autora em 2019).

A presença dos artífices em Missões, muito além da importância material atrelada diretamente à conservação das ruínas, abarca toda uma dimensão imaterial, um vínculo entre o Iphan e a comunidade local que, em diversas ocasiões, se mostrou muito mais efetivo que qualquer outra estratégia. Os artífices são, ao mesmo tempo, a comunidade e o Iphan e suas relações cotidianas na vida da comunidade que permitem aos locais criar um outro tipo de vínculo com o trabalho do instituto.

CAPÍTULO 3 – Compartilhando histórias



Figura 11: Artífices de manutenção. Da esquerda para a direita: Tristão, Luiz, Adelar (fundo), Adão, Paulo, Nilson (fundo), Dalflor (fundo), não-identificado, Emílio, não identificado (fundo) e Valdemar. Fonte: Arquivo da Superintendência do Iphan no RS. 1992.

Uma vez descrito o contexto no qual a equipe de artífices foi formada, neste terceiro capítulo, nosso objetivo é apresentar ao leitor os relatos individuais de cinco desses profissionais que atuam até o presente momento na manutenção, na conservação e na consolidação das ruínas missioneiras. Os relatos compartilhados permitem conhecer a trajetória profissional de cada um deles, bem como o cotidiano da profissão. Ainda que não seja objetivo principal deste capítulo debruçar-se diretamente sobre a problemática da iminente aposentadoria desses profissionais, esperamos, a partir das histórias compartilhadas, lançar luz sobre a questão da importância da continuidade da profissão exercida por eles a partir de suas próprias perspectivas. A problemática da continuidade do trabalho de conservação feito pelos artífices é assunto recorrente tanto no escritório técnico quanto em rodas de conversas entre eles. Essa discussão torna-se ainda mais importante devido ao fato de que o cargo público de artífice de manutenção foi extinto pela Medida Provisória n.º 1606-20, de 1998. Com a extinção do cargo, tornou-se praticamente impossível integrar novos profissionais para compor o time[34], um problema que, a cada dia, torna-se mais evidente e preocupante, já que, em breve, quase todos eles estarão aposentados. Decidimos trazer essa abordagem dentro dos próprios

[34] Ao longo dos anos, outros servidores do escritório técnico do Iphan em São Miguel das Missões, como é o caso de Nerci Alves de Lima, que fazia parte da equipe de vigilância, acabou integrando a equipe de artífices.

depoimentos dos artífices, para que o leitor possa acompanhar como esses profissionais enxergam tal situação.

Para o objetivo proposto neste capítulo, decidimos trabalhar com a história oral, como proposto por Verena Alberti (2013), em seu livro intitulado *Manual de História Oral*, como método de pesquisa multidisciplinar. A decisão em trabalhar com história oral como metodologia para este capítulo, definidos os participantes, teve que ser alinhada à escolha de uma tipologia de entrevista a ser conduzida – se temática ou de história de vida. Se, numa, a atenção é voltada a um tema em específico dentro da trajetória de uma pessoa, e, em outra, o tema é o próprio indivíduo, organizar as entrevistas feitas para esta pesquisa em uma dessas tipologias tornou-se um desafio.

Por um lado, é objetivo da pesquisa construir conhecimento sobre a atuação dos artífices dentro da preservação do patrimônio cultural missioneiro a partir de 1982 a fim de documentar o saber-fazer deles. Por outro, parece impossível atender a esses objetivos sem entender quem são essas pessoas e como esse trabalho tornou-se parte da vida delas. Nesse sentido, o livro de Verena Alberti foi fundamental para suprir essas inquietações, pois, como a própria autora menciona, "seja debruçando-se sobre a vida do depoente e os cortes temáticos efetuados em sua trajetória, a entrevista terá como eixo a biografia do entrevistado, sua vivência e sua experiência" (ALBERTI, 2013.p. 48).

Assim, decidimos organizar as entrevistas para esta pesquisa a partir de um eixo mais temático, já que isso não inviabilizaria debruçar-se também nas vivências desses artífices. A escolha pela história oral temática também parece mais adequada, pois, ao contrário da história oral de vida, é possível definir um roteiro de perguntas mais fechado para compreender a atuação dos entrevistados na produção dos ofícios e no trabalho do Iphan nas Missões, sem deixar de lado aspectos pessoais da vida deles, fundamentais para entender a entrada e a permanência dos artífices. Acredita-se que a subjetividade, muitas vezes é alvo de desconfiança para com a história oral, será essencial para compreender a formação e as implicações do trabalho desses artífices na construção desse saber-fazer institucional e instigar a reflexão acerca dos contextos de preservação do patrimônio missioneiro.

Foi elaborado, com essa perspectiva, um roteiro para abarcar, de forma geral, os temas a seguir, embora não demasiadamente estruturado a ponto de não permitir que outros caminhos fossem tomados ao longo da entrevista:

1. Vida pessoal: local de nascimento, estrutura familiar, relações interpessoais construídas, infância, escolarização, profissões exercidas antes de entrar para a instituição.

2. Iphan: chegada até a instituição, fatos marcantes durante esse tempo, como greves, demissões, perda de companheiros, permanência, entre outros.
3. Profissão: idade com que começou a trabalhar no ofício, aprendizado do ofício, primeiras atividades/tarefas feitas como profissional, transmissão do conhecimento.
4. Técnicas: técnicas desenvolvidas ao longo da atuação.
5. Futuro: perspectivas para o futuro tanto pessoais como em relação ao Iphan e ao futuro da profissão; sugestões sobre o direcionamento do trabalho no futuro, percepções sobre mudanças na proteção do sítio, relação com a comunidade, turismo e gestão.

Ainda que houvesse algumas perguntas norteadoras para a gravação das entrevistas, a ideia foi deixar esse espaço bastante livre, para que cada um dos artífices trouxesse à tona aquilo que fosse de seu interesse. Por isso, ao ler as entrevistas, o leitor vai notar alguns assuntos em comuns e outros um tanto quanto destoantes. Acreditamos que a compilação dessas diferentes percepções confere riqueza à pesquisa.

Para esta pesquisa, em 2019, foram feitas entrevistas com cinco dos artífices ainda atuantes no Escritório Técnico do Iphan em São Miguel das Missões, a saber: Paulo Amauri Oliveira Souza, Valdemar Ribas Meyer, Luiz Carlos Ferreira de Menezes, Adelar de Oliveira Leite e Nilson Jardim de Campos. A partir de um questionário semiestruturado, foram feitas perguntas de cunho pessoal, ou seja, infância, estudos etc., e outras que tinham como objetivo compreender a trajetória profissional de cada um deles. As respostas refletem, de certa forma, a personalidade dos entrevistados, seja pela quantidade de informações coletadas, alguns mais tímidos para falar do que outros, seja pelo foco que cada um deles deu aos próprios relatos. Além da transcrição de trechos da entrevista, também foram adicionadas algumas imagens que buscam ilustrar momentos das falas de forma a contribuir para o entendimento do leitor.

Cabe destacar que, ainda que houvesse na cidade outros profissionais que atuaram como artífices, foi tomada a decisão de concentrar-se na história de cinco daqueles artífices que ainda trabalhavam no momento da pesquisa. Para este capítulo, foram selecionados alguns trechos dessas entrevistas que compartilhamos a seguir.

3.1 Paulo Amauri de Souza



Figura 12: Paulo Amauri de Souza. Foto: Maria Araújo.

Minha primeira entrevista foi com Paulo Amauri de Souza, um dos mais antigos artífices em atuação até hoje, e também o atual mestre de obras. Paulo é de trato leve, sempre muito acolhedor e muito disposto a compartilhar sua história. Resolvi conduzir a entrevista num lugar que lhe fosse confortável, e não havia lugar onde ele se sentisse mais à vontade do que nas próprias ruínas. Meu objetivo inicial era explorar um pouco a história de vida de Paulo, antes mesmo de se aventurar como artífice, para entender os caminhos que o levaram à função. Pedi, então, para iniciar nossa entrevista com ele se apresentando e contando um pouco sobre a própria infância, onde havia nascido etc. Assim começou o Paulo:

Meu nome é Paulo Amauri Souza, tenho 58 anos e sou artífice de manutenção há 39 anos. Eu nasci e fui criado aqui em São Miguel das Missões. Saí daqui pra morar fora só uma vez, em Santo Ângelo, mas era pequeno. Meu pai e minha mãe foram embora pra lá e moramos quatro anos lá. Depois, nós voltamos e nunca mais saí. Na minha família, nós somos entre seis irmãos, três mulheres e três homens.

Eu morei com os meus pais até os 13 anos. Depois, o Seu Carlos, que era zelador do Museu das Missões, ficava sozinho durante a semana, já que a minha tia, que era irmã da minha mãe e esposa dele, morava em Santo Ângelo[35] *e trabalhava como funcionária dos Correios. Então, como ele ficava sozinho, me pediram emprestado para ficar de companheiro dele. Eu fui e acabei ficando até os 15, 16 anos com ele. Depois, minha tia se aposentou, veio embora, e não*

[35] A cidade de Santo Ângelo fica afastada 55 km do município de São Miguel das Missões. Até sua emancipação, em 29 de abril de 1988, São Miguel das Missões era uma vila pertencente àquele município.

tinha mais por que eu ficar. Então, eu fui trabalhar na cidade. Trabalhei primeiro numa empresa de metalúrgica que tinha aqui, e depois em granja[36]*, até ir para o quartel. Fui para o quartel em 1978, saí no começo de 1979, e comecei a trabalhar no* Som e Luz[37]*, que era meu cunhado quem passava. Saí de lá pra entrar quando começou a restauração na igreja em 1982. E de lá para cá, estou aqui até agora.*



Figura 13: Espetáculo *Som e Luz*. Foto: Prefeitura Municipal de São Miguel das Missões, 2021.

Quando eu morei aqui no Museu, na casa do zelador, nesses quase três anos, eu ia para o colégio de manhã e depois ficava de companheiro do meu tio ali no Museu. Pousava com ele, mas também ia em casa a hora que queria, mas a maior parte do tempo ficava aqui com ele.

[36] Fazenda.

[37] O Espetáculo *Som e Luz*, criado em 1978, pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul e repassado ao Município de São Miguel das Missões, é uma narrativa que conta o nascimento, o desenvolvimento e o fim da experiência jesuítico-guarani. O espetáculo noturno ocorre todos os dias nas Ruínas de São Miguel das Missões.



Figura 14: Casa do zelador, anexa ao Museu das Missões. Fonte: Arquivo do Escritório Técnico do Iphan em São Miguel das Missões, 2003.

Ele plantava soja em toda essa área aqui atrás. Daí, eu ajudava a matar formiga, cuidar das galinhas que ele criava, então era mais de companheiro. Ele também vendia artesanato ali dentro do museu, naquela primeira sala, e quando ele ia pra Santo Ângelo, ele ia todas as quartas e voltava quinta, eu ficava vendendo os artesanatos para ele e ajudava no museu também. Dava explicação que os turistas pediam, alguma coisa que eu sabia eu falava, explicava.



Figura 15: Museu das Missões. Foto: Arquivo do Escritório Técnico do Iphan em São Miguel das Missões, sem data.

Naquela época, eu acho que vinha até mais turista do que agora. Daí, tinha que ajudar ele porque não tinha quem reparasse as vitrines ali. Daí, ele se entretinha vendendo os artesanatos naquela primeira sala, e eu dava uma reparada nas outras ali pra não mexerem nas imagens. A mesma quantia de santo que tem agora era a que tinha na época.

Eu estudava naquele colégio que tinha ali na frente das ruínas. Eu fiz o primário ali, mas depois não segui os estudos, parei para ajudar em casa. A família era pobre, então os maiores já iam trabalhando para ajudar. Claro que ali, no seu Carlos, eu não ficava de graça. Sempre no final do mês, ele me dava um pouco. Daí, eu levava pra casa pra ajudar porque tinha os outros pequenininhos, mas foi mais ou menos desse jeito.

Naquela época, quando nós éramos crianças, tudo era dificuldade, a dificuldade era bastante. O pai e a mãe sempre trabalhando pra sustentar, pra criar. Não era fácil. E a partir do momento que os mais velhos iam podendo trabalhar, iam trabalhando pra ajudar na renda. Esse período que nós moramos em Santo Ângelo, eu tinha o quê, uns 11 anos, acho. Daí, um dia, eu vendia jornal, outro dia, lavava carro ou vendia pastel pra ajudar a trazer dinheiro pra casa. Meus irmãos eram pequenininhos. Nós éramos em quatro naquela época, dois nasceram aqui depois que nós voltamos. Mas era apertada a coisa. Olha que a gente passava, não passava miséria, mas também não era fartura, era meio. E quando nós voltamos de Santo Ângelo, o meu avô, ele tinha casa e chácara aqui em São Miguel, ele foi em Santo Ângelo e viu que a situação não estava muito boa. Daí, nos trouxe de volta e deu uma casa aqui para nós morarmos. Daí, o pai trabalhava nas lavouras e a mãe também, e nós íamos juntos para ajudar, porque era por empreitada. Daí, quanto antes terminasse, mais rápido recebia. E foi desse jeito. A coisa só melhorou mesmo, começou a melhorar depois que a gente ficou maior, quando comecei a trabalhar em granja, depois, quando vim para o Som e Luz. *Depois, quando eu comecei no Iphan, daí sim, até ajudar os outros já dava pra ajudar, os mais novos.*

Mas, assim, eu não tenho do que me queixar. Eles sempre procuraram dar, sempre dentro do possível, o melhor pra gente. Estudo naquela época não tinha como, depois de tirar o primário, tu estudar mais porque já tinha que ir pra Santo Ângelo e lá tinha que pagar e era caro pra se manter. Então, fazia o primário e parava – a maioria era assim –, tanto que, dos meus irmãos, nenhum tem estudo mais que o primário. Naquela época, era até a quinta série só. Então, mais que isso, nenhum fez, devido às condições. Tudo muito difícil, sacrifício. Tinha uma irmã minha

que até tinha vontade de estudar, mas não tinha como. Daí parou, e depois, quando melhorou pra estudar, daí achou que era tarde. Mas, graças a Deus, todos estão bem, têm suas famílias, trabalham, tocam a vida deles e, quando um precisa, o outro que pode mais ajuda, e assim vai indo.

Trajetória profissional

Quando nós voltamos para São Miguel, tinha o seu Neri Bedates. Ele tinha uma fábrica de carpideira[38]. Eu entrei ali pra ajudar a alcançar as coisas e, com o tempo, eu aprendi a soldar. De resto, eu já dominava, fazia peça que ele fazia, tudo era fabricado ali. E, depois, fui para o quartel. Eu não gostava! Era muita prisão! A gente que está acostumado a ser criado assim né? Mas não adiantou. Classificaram para ficar servindo. Tive que ficar um ano lá, mas eu não gostava. Mas também foi bom, aprendi muita coisa. Até queriam que eu ficasse engajado depois. Ser um bom soldado, como eles dizem. Tem o convite pra engajar e ficar mais um ano, mais dois se quiser. E eles me convidaram, mas eu não quis. Eu não via a hora de sair de lá. E quando eu saí de lá, montaram o Som e Luz *aqui. E o que é meu cunhado hoje, o Jorge[39], que é casado com a minha irmã, ele veio de Porto Alegre para ser o responsável do* Som e Luz *aqui. Ele tinha um rapaz que passava, que veio junto com ele, mas não gostou de ficar aqui e foi embora. Daí, ele me treinou para passar o* Som e Luz*. Aquilo não tinha mistério. Era só chegar ali e ligar uma chave, esperar 55 minutos, que era o que durava na época, e a hora que terminava, desligava, fechava, e era isso. Então, eu fui trabalhar ali, eu tinha salário e tudo. Trabalhei ali com ele até iniciar as obras. Fiquei uns dois anos, eu acho. Eu tinha dezenove, era dezenove para vinte naquela época que eu comecei no* Som e Luz*. Mas saí para começar no Iphan em 4 de outubro de 1982.*

Início do trabalho nas obras de conservação nas ruínas de São Miguel Arcanjo

Na época, o Custódio[40] e o falecido Odair[41], o Custódio sabe bem da história, vieram morar onde era o escritório antigo do Iphan, numa casa que tinha ali perto da rodoviária. E eles

---

[38] Instrumento antigo utilizado para carpir, livrar as plantações de matos. Geralmente, eram puxadas por bois ou cavalos. Com a mecanização, foram anexadas a máquinas que faziam a tração no lugar dos animais. (Explicação dada pelo Jorge Luis Lima da Silva, técnico administrativo do escritório e profundo conhecedor do campo.)
[39] Jorge Becker.
[40] Luiz Antônio Bolcato Custódio é arquiteto do Iphan desde 1983 e também foi Diretor Regional e Nacional do Iphan entre 1987 e 1999. Junto de Odair Carlos de Almeida, foi responsável pelo Levantamento Cadastral feito nas ruínas de São Miguel Arcanjo em 1981.
[41] O arquiteto Odair Carlos de Almeida, além de responsável pelo levantamento das ruínas de São Miguel das Missões, em 1974, e pelo Levantamento Cadastral, feito em 1981, foi um dos responsáveis pela obra de

queriam arrumar uma lavadeira para lavar a roupa deles durante a semana. Eles não vieram pra iniciar a obra – foi antes! Eles vieram fazer aqueles pontos que tem, aqueles níveis que tem na igreja ali, os pontos brancos aqueles[42].

Então, era armado andaime de ferro e só os dois trabalhando. E daí, a gente, curioso, numa tarde, eu fui ali olhar eles fazerem. Eles trepado lá em cima, eu louco para trepar, mas eles não deixavam. E nisso, eles me perguntaram se eu não sabia quem lavava roupa, que eles precisavam arrumar. Daí, eu falei lá na minha avó, e minha tia disse: "Eu pego!". Pegou para lavar as roupas deles. Então, ela lavava, e eu sempre estava ali pela vó e entregava pra eles. Aí, quando tinha roupa suja, eles me avisavam e eu levava para lavar. E foi assim que eu conheci eles. Depois, quando começou as obras, depois que eles fizeram todo o trabalho deles, dali um ano eu acho, que começou a restauração, eu já era conhecido, né? Daí, foi fácil de encaixar. Quer dizer, eles já me conheciam, sabiam quem eu era, onde eu trabalhava, tudo! Às vezes, de tardezinha, eu vinha e ficava com eles ali conversando, eles explicando, queria saber história. Então, foi por isso. Uma coisa levou a outra. E, quando eles disseram que ia sair a obra, que ia ser restaurado toda a igreja, daí eu pensei comigo, não falei pra eles, mas pensei comigo, "aqui, se der, eu vou trabalhar!" E deu certo!

Nas obras, era assim: a empreiteira que ganhou pra fazer a restauração da igreja era da Bahia, era a Rescon. Ela que contratou o pessoal pra trabalhar. Eles marcaram para vir dia 4, daí quem ia se inscrevendo lá, eles iam mandando vir. Isso levou 15 dias vindo gente. Um dia, vinha um, outro dia, vinha dois, outro dia, vinha três.

Quem quisesse trabalhar, eles faziam a entrevista ali, e viam se tinha jeito. Se era acostumado com isso. Eu fui o primeiro que cheguei. Eu e um baiano que vinha de ser mestre, o Augusto[43]. *E, como eu falei para vocês naquele dia, o primeiro serviço que nós fizemos foi desentupir aquela calha em cima da sacristia e fazer aquele pedaço pra água escoar. Então, no primeiro dia, foi eu e ele. Depois, no outro dia, veio mais quatro, cinco, e assim foi indo. Eu era servente, meu serviço era fazer massa, puxar pedra. Mas, no decorrer, eles foram dando oportunidade*

---

restauração, iniciada entre 1982 em São Miguel das Missões. É também de sua autoria uma série de ilustrações com a denominação "Gravuras das Ruínas de São Miguel", disponíveis no arquivo do Iphan, em São Paulo.

[42] Refere-se ao Levantamento Cadastral feito em 1981.

[43] Augusto da Silva foi um experiente mestre de obras que atuou ao lado do arquiteto Fernando Machado Leal na restauração de diversas obras do patrimônio cultural. Foi o principal responsável pela formação de pessoal para as obras do sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo (Boletim Sphan, 1983).

pra quem quisesse trabalhar nas paredes, limpar parede, botar massa, concreto, fazer pedra, eles davam a oportunidade.

Eles iam vendo os que iam se interessando e os que iam aprendendo mais. Daí, eles iam deixando direto nas paredes. E daí, já aliviava, porque sinal que tinha futuro. Então, ganhava massinha pronta ali, a pedra cortada. Eu só limpava a parede, lavava e assentava e, depois, limpava. E daí, eu acho que demorou uns seis meses, cinco, seis meses, e já estava trabalhando nas paredes. Só que, na época, a classificação da empresa era auxiliar de pedreiro, era a primeira promoção que ganhava. Depois, auxiliar de pedreiro 1, auxiliar de pedreiro 2 e pedreiro. Não era que nem nós somos hoje – artífice. Hoje deram outro nome.



Figura 16: Paulo trabalhando na consolidação de um dos muros do sítio. Foto: Arquivo do Escritório Técnico do Iphan em São Miguel das Missões, sem data.

Então, de servente, passei pra auxiliar de pedreiro, depois auxiliar de pedreiro 1. Depois, a Matilde – quando era a Matilde e o Vladimir[44], logo que o Vladimir assumiu, dali uns 3 anos acho –, daí um dia a Matilde viu eu cortando umas pedras grandes que tem numa porta. Ela fotografou, ela viu eu assentando as pedras lá em cima e, daí, eu não sei, eu nunca perguntei pra ela se foi ela que falou pro Vladimir ou não, mas eu sei que um dia o Vladimir mandou me chamar lá no escritório e disse: "ó, tu vai ser promovido a pedreiro, teu serviço tá bom e tal".

[44] Maria Matilde Villegas Jaramillo e Vladimir Fernando Stello, além de sua atuação desde o início da década de 1990, como arquitetos no Iphan em São Miguel das Missões, também foram chefes do Escritório Técnico do Iphan em São Miguel das Missões, respectivamente, entre 2002 e 2006, e 2006 e 2009.

Eu sempre tive curiosidade, mas nunca perguntei pra Matilde, mas acho que foi ela, porque ela conhecia. Decerto viu que eu estava fazendo bem, e daí que eu fui promovido. E dali, eu acho que um ano, mandaram me chamar de novo e daí me botaram para ser mestre de obra. Bah! Era bastante gente naquela época. Eu pensei: "vamos experimentar. Se eu der conta, eu continuo", porque lidar com bastante gente, né? Mas o Vladimir disse: "Não, tu vai". E daí, passei a ser o mestre de obra e fiquei dezessete anos de mestre na primeira etapa.

Fernando Machado Leal

Ele era gaúcho, era de Bagé. A empresa dele estava muitos anos na Bahia. Ele era uma pessoa, assim, que gostava de ensinar. Naquela época, ele já tinha quase oitenta anos. Mas a maior alegria dele era ele ver que você estava querendo aprender. E daí, ele ensinava, sabe, como é que cortava uma pedra. Ele não vinha, não ficava direto. Ele ficava quinze dias aqui, ia pra Bahia, voltava, ficava mais quinze dias. Mas era um excelente cara! Pela posição que ele tinha, ele saber como ele sabia, ele queria passar, sabe? A gente via. Quantos aprenderam. Muitos não seguiram, mas aprenderam a trabalhar em restauração.

Aprendendo o ofício

Eu não sabia nada! Prova está que meu serviço, quando eu comecei, era fazer massa, numa masseira que tinha aqui. Porque, no começo da restauração, eles contrataram quem era pedreiro, trabalhavam em construção. Então, já tinham uma noção de lidar com massa, de lidar com tijolo. Não sabiam lidar com pedra, mas já tinha um pouco mais de noção. Daí, nós, os serventes, puxávamos pedra, massa, água pra lavar as paredes. Eu não tinha nem noção do que era trabalhar de pedreiro, ainda mais assim, restaurador. Aprendi tudo aqui.

Era o mestre, esse, o Augusto, que botava a gente trabalhar na parede. No começo, não saía muito bem, mas se ele via que você tinha a intenção de aprender, ele carregava mais naqueles pra aprender. Então, não demorou tanto. Dentro de um ano, a gente já estava mais ou menos dominando como é que assentava a pedra. Não é difícil se tu prestar bem atenção. O difícil é tu fazer a pedra, esse é o mais difícil.

Na época, tinha sei lá quantas mil pedras estragadas na igreja. Eu tinha que retirar aquela, cortar uma igual: altura, comprimento, largura, pra não ficar muito descaracterizado. E, depois, assentar a pedra. Às vezes, acontecia de uma pedra que nós fazíamos, pedra trabalhada, como diz, aquelas com moldura, pra ti fazer uma, às vezes, quebrava três. Às vezes, quase pronta, tu, com toda a paciência, mas uma pedra que, quando tu via, lascava um

cantinho, e tu tinha que começar tudo de novo. Tem que ter paciência, que se não tem paciência, já larga tudo e não quer saber mais. Então, não é qualquer que tem paciência. Se tu vai embravecer, não adiante. Então, o mais difícil de tudo é fazer as pedras!

O trabalho na obra de consolidação de 1982

Aqui tinham muitas pedras que estavam caídas e nós reaproveitávamos. Também tinha muita casa antiga aqui em São Miguel que era feita de pedra daqui: coluna, pedra de arenito, pedra itacuru. Então, no começo, foram recolhendo essas pedras, das fazendas e daí traziam, fazia o depósito aqui, e nós reaproveitávamos para recolocar na igreja. Aqui, em São Miguel, tinha uma casa antiga, antes da pracinha. Foi desmanchada. Nós tiramos todas as pedras. Daí, tinha o seu Olarí, que era sogro do seu Nilson[45], pai da dona Enáa. Ele tinha um galpão que era só de pedra daqui. Também foi desmanchado e trazido. Era contratado um caminhão e, naquela época, era bastante gente. Era entre mais de quarenta aqui e, no dia de puxar pedra, oito, dez eram só pra isso. Trazer as cargas e fazer o depósito ali embaixo, e usando essas pedras pra recolocar na igreja.

Os cortes das pedras era aqui, atrás desse umbu[46]. Aqui era o setor de cortar a pedra.



[45] Nilson Jardim de Campos também é um dos membros da equipe dos artífices de manutenção dos sítios missioneiros.
[46] Árvore abundante no sítio e local onde foi feita a entrevista

Figura 17: Umbu atrás da qual eram cortadas as pedras. Foto: Arquivo do Escritório Técnico do Iphan em São Miguel das Missões, 2003.

A gente ia lá na parede média, anotava e vinha cortar. Quando era pedra trabalhada, fazia um molde, tipo de papelão. E a massa que nós usávamos na época era outra, não era a que nós usamos hoje. Numa época, era cimento, terra e areia. Ia cimento! A igreja toda foi massa de cimento. Hoje, a massa que nós usamos não vai mais cimento, vai cal. Naquela época, não ia cal; ia cimento no lugar.



Figura 18: Massa de cimento, cal e areia usada em momentos pontuais da restauração da igreja. Fonte: Arquivo do Escritório Técnico do Iphan em São Miguel das Missões, sem data.

Nós fizemos já três tipos de massa: tinha a massa ferro, que era só o cimento na terra, que era pra fazer a fundação da igreja, o alicerce. Tinha o cimento, cal e areia, que era pra fazer a restauração da igreja. E essa que nós usamos hoje, que é cal, areia e terra.



Figura 19: Massa à base de cal, areia e terra. Fonte: Escritório Técnico do Iphan em São Miguel das Missões, sem data.

O tempo de fazer a pedra varia. Tem pedra que faz em uma hora; tem pedra que às vezes leva um dia, até dois. Lá em cima na torre, tem umas pedras lá, que eu levei dois dias. Era eu e o Gringo. Não sei se achavam que nós éramos os melhores cortadores de pedra, mas essas pedras mais difíceis só davam pra mim e pra ele fazer. Mas até dois dias levava pra fazer a pedra, porque é talhadeira pequenininha, martelinho desse tamanhinho. E vai tirando de acordo com o que tu moldou ela, que tu fez o molde nela.

Relação com o trabalho

Olha, eu gosto de todo o trabalho, mas tem umas pedras aí que eu fiz que essas vão ficar, essas vão ficar pra sempre dentro da igreja. Além de ser difícil de fazer, a coisa fica pra sempre, né? E eu sempre gostei do trabalho. Prova está que, chega na segunda, eu estou louco pra voltar de novo! Verdade! Domingo de noite, já começa a arrumar as coisas, que agora eu moro em Caibaté[47]*. Já faz dez anos que eu moro lá. E domingo de noite, eu já começo: "ah, já ajeitou tal coisa? Ah! A minha roupa, já vamos botar no carro, que amanhã tem que sair bem cedo". Sabe, é bem desse jeito assim!*

[47] O município fica a aproximadamente 36 km de São Miguel das Missões.

É costume, né? Aí, chega vinte pras seis, não precisa nem o despertador tocar, eu já estou acordado. Até antes! Daí, a mulher briga: "tá, mas porque não toma chimarrão aqui primeiro pra depois ir?". Mas eu gosto de tomar chimarrão aqui[48]*. Então, tudo é costume, né?!*

Já são trinta e seis anos aqui. Dá quase o dobro da idade que eu comecei, com 23 anos. Dá onze anos a mais. Então, já dá quase setenta por cento, todo dia, só não final de semana e feriado. Mas eu gosto! E, quando tu faz o que gosta, não adianta! O que eu fiz, do jeito que a vida que a gente leva, mais ou menos assim, tudo graças a aqui. Sou grato por isso. Não sei se todos pensam assim, mas eu penso assim! Então, vamos continuar até a hora que der.

Relação com o patrimônio

O Vladimir era o que dizia que esse trabalho que nós fizemos aqui parece que só lá no Recife que existia alguém que tinha condições de fazer. Mas, aqui por perto, acho que não tem. Então, é algo quase único, né? Dá orgulho pra gente! É uma coisa que vai ficar pras outras gerações. Vão lembrar: "foi na época de fulano que foi feito isso". Nossos filhos, os netos, os bisnetos, um dia, vão vir aqui e falar: "meu bisavô trabalhou aqui! Fez! Ajudou!". Então, fica pra história. Só tenho orgulho, não tenho outra palavra. E, fora disso, os outros sítios também, a gente também tem serviço nos outros sítios[49]*. Então, não é só aqui. Depois, começou a surgir os trabalhos de restauração nos outros sítios, em São Lourenço, São João e São Nicolau. São Nicolau em duas etapas. E é aquilo que eu digo: sempre eu era escolhido pelo Vladimir pra ir pra lá. Eles contratavam uma empresa, a empresa contratava os funcionários, mas o Iphan colocava a gente para coordenar e para ficar. E eu era o escolhido sempre. Na primeira etapa, do sobrado*[50]*, eu fiquei nove meses. Depois, na restauração do sítio, quase oito meses. Só vinha nos fins de semana. Ficava a semana inteira lá. Mas o pessoal, a mão de obra era contratada de lá. Mas, em São Nicolau, tem gente treinada que, mais ou menos, sabe como é que trabalha.*

Trajetória dentro do Iphan

No começo, nós não éramos servidores públicos. A Rescon levou cinco anos e pouco pra restaurar a igreja. Nesse período, nós éramos funcionários da Rescon. E nós ficamos até o dia que ela parou. Terminou essa etapa, pagou nossos direitos, assinou nossas carteiras. Na época

---

[48] Refere-se ao sítio de São Miguel Arcanjo, local onde foi entrevistado.
[49] Refere-se aos sítios de São Luiz Gonzaga, São João Batista e São Nicolau, que também estão protegidos pelo Iphan.
[50] O Sobrado da Família Silva, construído no início do século XX, é uma edificação de pedras da antiga redução de São Nicolau, fundada em 1626 pelo padre Roque Gonzáles. O Sobrado foi cenário para recepções e reuniões festivas, acolheu visitantes ilustres e também serviu de palco para reuniões que culminaram com a Coluna Prestes.

não era Iphan, era IBPC[51]. E, como nós já tínhamos experiência, porque ficou faltando coisa ainda para fazer, nós fomos ficando. Primeiro, no IBPC[52]. Depois, veio o Pró-Memória[53], que era outro órgão do governo, e depois passou a se chamar Iphan.

Em 1994, quando era Iphan, nós fomos todos demitidos[54]. Nisso, o Custódio comprou a briga. Ele era o superintendente naquela época, mas ali, nós já tínhamos 12, 13 anos trabalhando aqui, e falaram que nós já tínhamos o tal de direito adquirido, e aí nós passamos a ser servidores públicos.

Mas, nesse meio período, o Vladimir pegou e disse: "olha, contrataram uma firma pra continuar prestando o serviço aqui, cuidando. Quem quiser ficar trabalhando nessa firma aí vai ganhar, vai ter carteira assinada. Quem não quiser, pode ir trabalhar noutro lugar". Muitos foram trabalhar em outro lugar, mas eu pensei: "trabalhar aqui ou noutro lugar eu vou ter que trabalhar". Eu já era casado, já tinha filho, então continuei. E, então, o Itamar Franco assumiu e, daí, saiu a decisão que tinha que pegar nós de volta. Então, quer dizer, nós que ficamos acertamos. Os que saíram, tem gente em São Miguel que morre de arrependimento. Então, na verdade, nós não fizemos concurso. Ninguém fez concurso, até porque nós não tínhamos estudo pra fazer concurso.

Perdas

Tivemos duas perdas. Teve o Darci e o Carlinhos que morreram. Isso foi lá em 1998. Faz falta, né? Primeiro, porque a equipe se reduziu, faz falta! E eram pessoas boas, acostumados. Tantos

---

[51] Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (1990-1994).

[52] O Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) foi uma das denominações que recebeu a instituição federal de preservação do patrimônio cultural entre 1990 e 1994. O Instituto sucedeu a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Fundação Nacional Pró-Memória, essa última, junto da Fundação Nacional de Arte (Funarte), extinta em 1990. Fonte: RESENDE *et. al.:* Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) 1990-1994. In: IPHAN. Dicionário do Patrimônio Cultural. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/54/instituto-brasileiro-do-patrimonio-cultural-ibpc-1990-1994. Acesso em: 8 maio 2022.

[53] A Fundação Nacional Pró-Memória foi um órgão público criado em 1979 e extinto em 1990. Funcionou ao lado da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), formando com ela uma organização dual que visou dar maior dinamismo às políticas culturais voltadas à preservação do patrimônio cultural. Fonte: RESENDE *et. al.*: Fundação Nacional Pró-Memória 1979-1990. In: IPHAN. Dicionário do Patrimônio Cultural. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/53/fundacao-nacional-pro-memoria-1979-1990. Acesso em: 8 maio 2022.

[54] Entre 1990 e 1992, o governo do então presidente da República Fernando Collor de Mello demitiu cerca de 120 mil empregados e servidores públicos, medida que impactou diretamente os artífices. Uma Ação Civil Pública foi proposta para reverter as demissões. Alegou-se riscos à proteção do patrimônio com a ausência desses profissionais. Em 1994, Itamar Franco publicou a Lei n.º 8878, que anulou as demissões.

anos juntos, convivendo. Foi um choque. E o seu Adão e o seu Emílio se aposentaram também, mais duas baixas. E os que tão aí, estão tudo meio capengo.

Aposentadoria

Nós queremos continuar, mas não vamos deixar de amanhã ou depois aposentar e descansar. Mas a tendência é cada vez diminuir mais, porque agora todo mundo já tá se encaminhando pra se aposentar. O que falta mais, seis, sete anos, é o Nica e o Luiz Carlos. Com o tempo, não vai ter mais quem cuidar. Caiu uma pedra, vai ter que ficar caído, não tem quem erga. É o que vai acontecer se não derem outro jeito. Tomara que deem, né? Que contratem alguém, porque se não vai acabar terminando. Ou se não, um dia cai a pedra. "Ah! Vamos lá chamar o Paulo. Vamos ligar pra ele vir aqui." É o que vai acontecer. Deixar caído isso, não tem como. Alguém vai ter que ser chamado pra vir, nem que seja orientar como é que procede. Só que isso não depende daqui, do escritório. Já depende de Porto Alegre[55]*, de não sei onde. Mas eu penso: imagina a hora que não tiver mais nenhum de nós aqui? Cinco, seis anos passa rápido. Isso tu sabe, né? E daí, se cair uma pedra da metade da torre, essa pedra tem que levar de volta. Mas quem vai levar? Como? Quem que tem o conhecimento? Ah, essa pedra quebrou! Mas quem é que sabe fazer outra pedra dessa? Sem a pedra, não podemos deixar. Mas, não pensam nisso, né? E isso preocupa todo mundo! E vou dizer uma coisa pra vocês: caiu uma pedra, tu deixou, qual é a tendência, o próximo passo? Cair a que tava do lado!*

E vai caindo... Isso não é de agora que eu ouço. Faz vinte anos que eu ouço, "ah! mas temos que dar um jeito"; "não, agora, esse ano, vamos dar um jeito de botar pessoal aí pra ir treinando", mas fazem nada! E tu, de repente, não vai estar mais aqui, mas vai ouvir falar "bah! Mas, nas ruínas, não tem ninguém pra cuidar..." E não é por falta de avisar, que eles tão sabendo de tudo. O escritório aqui sempre avisou! Sempre que encontro uma oportunidade de falar, eu falo! Se não derem um jeito, um dia vai voltar a ser como era. Não sei lá quantos anos isso teve abandonado. Deve ter foto da época, mas tinha parede aí que tu cruzava daqui pra lá, as pedras já tinham caído, estava no abandono. Então, é uma coisa que preocupa. Uma coisa que tantos anos que a gente vem cuidando, tantos que forcejaram pra arrumar desse jeito que está aí, e daí depois, quem sabe com o tempo, se perder tudo de novo, né? Mas isso já não depende da gente. Porque o escritório aqui, isso eu sei, a gente tá aqui, a gente sabe, sempre teve a preocupação nesse lado. O Vladimir foi um que sempre cobrou, os outros chefes também,

[55] Refere-se à superintendência do Iphan no Rio Grande do Sul.

a Adriana[56]. E quantas vezes o pessoal vem aqui, a gente fala. Na hora, eles concordam, mas vira as costas, esquecem....

E, se nós não estivéssemos aqui, a maior parte já teria caído! Trinta e tantos anos atrás, do jeito que estava, o mato tomando, isso aí tinha árvore em cima. Não era uma vegetaçãozinha daquela que tem ali que nós arrancamos quando cresce muito. Não, tinha árvore grossa aí. Imagina, uma figueira. Ela vai entrando por dentro das paredes, vai estourando as pedras.

Então, eu te garanto que tá só esqueleto, porque não teve uma parte daqui do fundo até lá na frente que não foi restaurada, botado massa, concreto, pedra nova. A torre tem uma costura de ferro por dentro dele, de baixo até em cima. Nunca mais vai cair! Mas, imagina se não tivesse feito isso? O que que ia tá hoje? Trinta e seis, trinta e sete anos. Poderia até vir a restaurar, mas, ao invés de seis anos que levou pra restaurar, isso ia levar vinte! Então, tomara que tomem uma providência, pra ter, pelo menos, sempre gente aqui acompanhando. Porque a gente olha ali e já sabe onde a pedra tá correndo risco. A gente faz toda a semana, olha, tanto eu como os guris, a gente vai, olha. Se tiver uma pedra que tá com problema, a gente já sabe. Agora, se chega um que não conhece, olha ali, não sabe se aquela pedra tá ruim ou não está. E a gente olhando, a gente sabe! Então, pelo menos pra isso vai ter que ter gente sempre acompanhando! Só que, se não tiver, e a hora que cair, muitas vezes, não vai nem saber de que lugar era. Quando uma pedra lá de cima, ela cai, ela não fica aqui, ela vai rolar. Daí, tu vai saber de que lugar que era? E se cair só uma! Pode cair mais de uma, porque uma força a outra né? Então, vamos ver, o que espera pra frente...

Relação entre os artífices

Nossa relação é tranquila. Nunca tivemos problema. Já teve gente aqui que passou por dificuldade, e a gente sempre tá unido pra ajudar. Então, é uma relação quase que uma família, né? A gente se preocupa um com o outro. Um tá doente, não pode, o outro vai. Um dia que um tá meio quieto, tu já conhece, já sabe que tem alguma coisinha. É o tempo que faz a gente ter essa relação boa. Aqui, já teve alguns que passaram por problema sério, sabe, mas sempre teve apoio dos demais, até apoio financeiro. Quando um precisa, a gente sempre recorreu, faz uma vaquinha daqui, dali, faz coleta, faz uma lista, o que pode dar mais, dá mais; o que pode dar menos, dá menos. Isso já aconteceu várias vezes. Pra ti ter uma ideia: o seu Adão[57], uma vez, uma filha dele estava com um problema sério de coração, tinha que ir pra Porto Alegre,

[56] Atual chefe do Escritório Técnico do Iphan em São Miguel das Missões.
[57] Adão Correa Garcia, artífice aposentado.

mas qual é o jeito, né? Ah! Nós juntamos, fizemos lista na cidade. Naquela época, meu pai tinha açougue. Daí, eu deixava as listas lá com a minha mãe. Eles conheciam todo mundo, iam pedindo pra todo mundo. E cada um de nós tinha uma lista, coisa que podia dar. Eu sei que ele fez a cirurgia da guria. Ficou, acho que quase um mês em Porto Alegre, e tudo que a gente. Aí, depois, o seu Adãozinho,[58] também quando o rapaz dele se acidentou, seu Adãozinho é terceirizado, e a gente já ganha melhor um pouquinho, então a gente fez a mesma coisa. Ele teve que ficar em Passo Fundo quase um mês, mais de um mês. Veio, depois tinha que voltar e a gente fez isso. Seu Nilson também passou por problema sério, fizemos a mesma coisa. Tomara que ninguém precise, mas, se numa hora precisa, alguém precisar, a gente sempre vai estar. Então, é uma relação de família! Não igual uma família, mas é tipo uma família pelo tempo que a gente convive junto. E eu acho que deu certo até agora. Acho que vai dar certo até o fim!

Considerações finais

O que eu puder passar do que eu aprendi, do que eu vivi aqui dentro, eu passo com prazer! Até a minha filha, essa mais nova, às vezes, eu dispenso ela. Coisa que eu já expliquei, já contei pra ela, mas ela tem uma curiosidade. Prova tá que ela já veio três ou quatro vezes aqui e eu já tive que dar explicação pra ela aqui: que que nós fazia, onde é que eu trabalhava, e ela fotografa e, às vezes, tô eu no futebol, na televisão, num filme, e ela vem, quer que eu comece a contar: "não, agora não, amanhã!". Mas eu gosto de, né? Tem gente aqui que não dava muita explicação: esse cara que eu te falei, que era nós dois que cortava as pedras mais complicadas, o gringo, ele trabalhou na restauração de 1964 e ele tá vivo ainda. Faz o quê? Uns quatro meses, passaram um rádio do portão lá pro galpão, se eu tava lá no galpão, eu não sei onde eu tinha ido, no Barrichello[59] acho, daí, eu cheguei no Tabajara[60], disse, "tem um senhor que quer falar contigo, é pra ti ir urgente lá na sacristia"; "tá, mas o que aconteceu? Passa o rádio pra lá e pergunta o que que é". Daí passou, "não, tá esperando aqui". Daí, eu vinha ali, pois era ele. Ele mora em Porto Alegre e tava passeando. Inclusive, aquele piso da sacristia, foi ele que fez na restauração de 1964. Daí, deixou o nome dele gravado numa lajota. Ele sabia. Ele sabia tudo de pedra, eu aprendi muito com ele também! Que ele já tinha trabalhado na outra restauração e ele era muito amigo do meu pai, ele era daqui da Serra São José. Depois, foi embora pra Santo Ângelo e daí, quando começou, sabiam que ele já tinha trabalhado na restauração, entendia de pedra. Ah! Foram atrás, o doutor Fernando foi atrás

[58] Adão Neto dos Santos é jardineiro e compõe a equipe de funcionários terceirizados da instituição.
[59] Morador da cidade.
[60] Tabajara Rontani da Silva é um dos funcionários terceirizados responsáveis pela segurança do sítio.

e trouxe ele. E ele veio, trabalhou, acho que uns quatro anos, quatro pra cinco anos. Então, ele me conhecia desde de piá. Ele é amigo do pai. Então, ele me ensinou muita coisa também. Só que, se tu chegasse e começasse a perguntar assim, ele não gostava muito de falar, ficar explicando, assim, contando, sabe? Mas, o cara é fera! Até hoje, ele tá com oitenta e oito anos. Naquele dia, eu perguntei: "Gringo, e se tivesse que fazer esses pisos de novo, tu fazia? "Mas me acrocar eu não posso mais, mas eu ia mostrando como é que botava!", dizia ele. Com o Gringo, eu aprendi a respeito de cortar pedra, eu aprendi quase tudo com ele. Só que, se tu chegar hoje pra ele começar a querer perguntar, ele conta alguma coisa, mas não tudo. Então, um é diferente do outro.



Figura 20: Paulo trabalhando na consolidação dos pisos da ruína. Fonte: Arquivo do Escritório Técnico do Iphan em São Miguel das Missões, sem data.

É, na hora que precisar já tamo aí, né? E eu não me imagino em outro serviço! E veja: eu trabalhei em lavoura, trabalhei nessa fábrica do seu Neri, trabalhei no Som e Luz. *Acho que foi os três empregos que eu tive antes de vir pra cá. Só que os três juntos eu não trocava por esse aqui. Só pra ti ver: cada um é pra uma coisa. Não adianta. E, se a tempo, eles resolverem de trazer alguém pra gente passar, alguém que vá ficar, é a hora! Se não aproveitarem nós que estamos aqui pra passar o que a gente aprendeu pra alguém.*

3.2 Valdemar Ribas Mayer

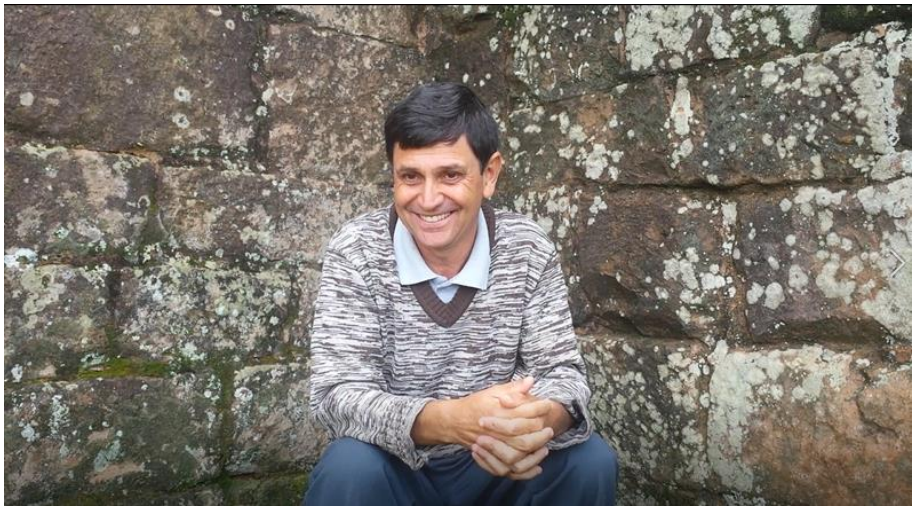


Figura 21: Valdemar Ribas Mayer. Foto: Maria Araújo.

Valdemar Ribas Mayer, ou Nica, como costuma ser chamado por seus colegas, foi um dos últimos profissionais a integrar a equipe de artífices. Além de artífice, no tempo livre, atua como guia turístico e compartilha com os visitantes seus conhecimentos acerca da história das Missões. Também já trabalhou como educador no sítio de São Miguel Arcanjo conduzindo atividades de educação patrimonial para crianças. Nica é o tipo de pessoa com quem se pode passar horas conversando sobre os sítios, sobre as histórias e sobre a vida. Para entender sua trajetória até o momento, em que ele se tornou um artífice, pedi que ele me contasse um pouco sobre sua infância, seus estudos, sua profissão, sua relação com a equipe e sua percepção sobre o futuro da profissão. A seguir, compartilho os resultados da entrevista.

Meu nome é Valdemar Ribas Mayer, tenho 53 anos e sou nascido e criado em São Miguel, hoje atual cidade de São Miguel das Missões. Eu venho de uma família humilde. Antes de vir trabalhar aqui nas ruínas, eu trabalhava na lavoura, era tratorista. Trabalhava para os granjeiros[61] *aqui da cidade e, a partir de 28 de março de 1989, eu entrei nas ruínas, comecei a trabalhar aqui. Meu pai e minha mãe também trabalhavam na lavoura. Na época, era só serviço na lavoura que tinha.*

Infância e estudos

Até os 12 anos, eu ainda não tinha frequentado a escola. Na época, infelizmente, a preocupação dos pais da gente era trabalhar, porque normalmente as famílias eram grandes: oito, dez filhos.

[61] Fazendeiros.

Então, eu tinha doze anos de idade e não tinha frequentado o colégio ainda. Depois, meus pais me deram para uma família aqui da cidade cuidar. E essa pessoa, com a qual eu fui parar, ela praticamente me obrigou a ir para o colégio. Eu já nem queria mais estudar, porque me achava com a idade elevada perto dos outros que, com sete, oito anos, já estavam estudando. Então, eu já não tinha nem vontade mais de estudar, mas essa pessoa fez com que eu estudasse. E eu agradeço por isso, porque, senão, era mais um analfabeto que ia ter na família. Porque nós somos em sete irmãos, e tem dois analfabetos. Então, praticamente obrigado eu tive que ir. Mas, consegui, fiz o primeiro grau. Depois, veio um intervalo. Com todo esse decorrer de parar e voltar para o colégio, eu consegui completar o segundo grau.

Eu estudei aqui mesmo. O colégio, como a gente diz o colégio antigo, era de frente para as ruínas, que hoje não tem mais. Foi desapropriado alguns anos atrás, mas era bem de frente às ruínas. Era, digamos assim, tinha algo diferente, né? Além do colégio, tu saía da sala de aula, a primeira coisa com que você se deparava era com esse monumento. Então, era algo diferente mesmo.

O trabalho antes de se tornar um artífice

Quarenta anos atrás ou o tempo em que eu trabalhava em granja, em trator, isso aqui, para onde você olhasse, era mato e o que não era mato era lavoura. Então, eu não tinha a perspectiva de um dia trabalhar de carteira assinada, ter os meus direitos e, graças a Deus, surgiu essa oportunidade aqui. Isso marcou muito minha vida, pois, a partir daquele momento é que eu comecei a trabalhar de carteira assinada, ter meus direitos, enfim, futuramente com uma aposentadoria e tal. Então, isso aí me marcou bastante.

O início do trabalho nas obras de consolidação

Bom, eu trabalhava em granja, porque aqui, esse trabalho, se eu não me engano, começou em 1982. Trabalhava trinta, quarenta funcionários diariamente, mas largavam oito, dez por dia, pegavam oito, dez novamente[62]*. Então, passou centenas de pessoas por aqui. Na época, tinha o escritório técnico em frente às ruínas também*[63]*. Um dia, eu fui lá, falei com o chefe, que, na*

[62] Como já explicado no capítulo 2 desta dissertação, a rotatividade de pessoal era bastante expressiva e muito maior do que a esperada em decorrência, sobretudo, das dificuldades de adaptação de trabalhadores agrícolas ao trabalho artesanal de estabilização e consolidação de uma ruína, o que era perceptível pela permanência de apenas alguns poucos operários contratados inicialmente.

[63] O Escritório Técnico do Iphan em São Miguel das Missões já teve algumas sedes na cidade, a exemplo da localizada em frente às ruínas, também conhecida popularmente como "escritório antigo" ou "escritório velho". Atualmente, o escritório do Iphan fica localizado na Avenida Borges do Canto, n.º 699.

época, era o Augusto. Falei pra ele que, no momento que tivesse uma oportunidade, que quisesse me dar uma oportunidade de trabalho, deixei o meu nome lá. Nome, porque, na época, nem pediam currículo. Aí, o Jorge Silva[64], que hoje é funcionário também do Iphan, que trabalha no escritório, ele já trabalhava na época ali e me conhecia. Nós éramos vizinhos. A casa dele ficava cem metros longe da minha. Então, ele conhecia quem eu era, e eu tenho certeza que ele também me deu uma mão nesse sentido. Como ele me conhecia, informou para o Augusto, que era o chefe de obras na época, e, no dia que eu menos esperava, o Jorge chegou lá em casa e disse: "olha Nica, tu tem até tal dia pra providenciar os documentos pra ti trabalhar nas ruínas". Bah! Aquilo ali pra mim foi muita emoção e eu não tinha nada na época, carteira de trabalho, nada. Acho que tinha o prazo de uma semana! Então, corri, fui pra Santo Ângelo. De São Miguel pra Santo Ângelo dá uns 60 quilômetros. Na época, até o transporte era difícil[65], mas consegui nesse tempo. Ajeitei a documentação e, graças a Deus, em 28 de março de 1988 eu entrei pra trabalhar aqui.

O começo foi tranquilo, porque até o pessoal que trabalhava aqui, dá para dizer que eu conhecia todos, porque era uma vila pequena[66]. Então, todo mundo se conhecia, e os que trabalhavam aqui, eu já conhecia, até uns que estão até hoje. Enfim, o Adelar era um que já trabalhava aqui; o seu Nilson; o Jorge, que eu falei, só que era da parte técnica do escritório; o seu Adão Garcia, que hoje é aposentado; o seu Carlos Machado, que também é aposentado; outros colegas também, tem dois que faleceram. Então, nesse sentido, não teve grandes problemas pra mim, porque eu já conhecia todo mundo. Já tinha aquele conhecimento, inclusive da vila, aqui na época, então foi tranquilo nesse sentido.

Quando eu comecei aqui, minha primeira experiência foi na foiça. Roçar, isso eu já sabia fazer, roçar, capinar. Essa foi a primeira coisa que eu fiz. Onde toda essa frente, toda essa volta, onde é cortado com trator e máquinas, a gente fazia tudo de foice, foicinha manual. Então, isso aí eu já sabia fazer.

---

[64] Jorge Luis Lima da Silva atua como técnico administrativo do Escritório Técnico do Iphan desde agosto de 1984.
[65] Ainda hoje existe apenas um ônibus que faz o trajeto entre São Miguel das Missões e Santo Ângelo.
[66] Como mencionado anteriormente, até 1988, São Miguel das Missões era uma vila pertencente ao município de Santo Ângelo.



Figura 22: Limpeza da área do sítio histórico quando ainda não contavam com tratores. Fonte: Arquivo do Escritório Técnico do Iphan em São Miguel das Missões, sem data.

Aí, depois, claro, como eu era servente de pedreiro, fui trabalhar fazendo a argamassa, mas nessa parte, o seu Nilson já era o oficial da masseira, como se diz. Então, ele que me passou as primeiras instruções e, a partir dali, a gente foi aprendendo, foi fazendo conforme ele dava as dicas, e a gente foi aprendendo esse serviço, como é que faz a massa. E depois trabalhei também nas paredes. A gente fazia um pouco de cada coisa.

Mas eu entrei cru, como se diz. Não sabia fazer nada. Eu entrei, a minha profissão era servente de pedreiro, entrei fazendo massa, servindo pedreiro, aquela coisa toda, e aqui é um trabalho bem diferente do de pedreiro. Aqui, realmente, é um trabalho diferenciado. Tu tem que aprender as técnicas, como é que trabalha, como é que faz[67]*. Tem que aprender as técnicas. Então, fui aprendendo isso aí com o passar do tempo, com os outros que já tinham essa experiência. Foram passando pra mim, e eu fui aprendendo com o decorrer do tempo. Então, quando eu entrei aqui, não sabia nada desse tipo de ofício.*

Mas não foi difícil aprender, porque nada é difícil quando a pessoa tem vontade de aprender. Então, contanto que tenha uma pessoa ali te explicando como é que faz, como tinha o pessoal, sempre colaboraram nessa parte. "É assim e assim que faz." Então, não tive esse problema de aprendizagem, mas, na verdade, o trabalho, aqui, a gente vai aprendendo com o tempo. Cada

[67] Ao longo dos anos, os artífices passaram por diversas capacitações técnicas com especialistas nas mais diversas áreas para atualizarem seus conhecimentos referentes à conservação das ruínas.

parte é uma parte; cada serviço é um tipo; porque, eu volto a dizer que é um trabalho bem diferenciado dos demais trabalhos.

Um trabalho que me marcou, até que não faz muito, eu lembro que a gente andava falando, foi a porta da lateral, sem ser a porta principal da igreja. A lateral, entrando pela frente à esquerda, que tem aquela base de concreto em cima, uma verga de concreto ali. Aquilo ali, eu posso dizer: "oh, aquilo ali tem a minha intervenção, tem a minha ajuda aqui". Posso dizer para os meus filhos, para os meus netos. Então, aquilo ali foi uma coisa que ficou gravada.



Figura 23: Porta lateral da fachada da igreja com base de concreto na parte superior. Fonte: Arquivo do Escritório Técnico do Iphan em São Miguel das Missões, 2003.

Claro que tem outras partes que a gente lidou nas paredes, mas aquele ali é o que se destaca, né? Se você chegar ali, tu destaca aquela parte, porque tu vê que é diferente, digamos, da parede original, que foi usado concreto. Enfim, então, aquilo ali é uma coisa que: "ah! Isso aqui, isso aqui eu ajudei a fazer". É uma coisa que se destaca das demais paredes. Então, acho que seja isso, né?

Mas o trabalho todo, ele é gostoso quando você faz aquilo que gosta. Então, eu, realmente, faz trinta anos que estou aqui. Gosto do que faço. Então, pra eu dizer, "ah! Tal trabalho é melhor ou isso", todo ele é bom, porque eu faço com vontade. Gosto daquilo que faço. Então, se torna um trabalho bom em todas as etapas.

Relações construídas no trabalho

Isso aí dispensa comentários! Trinta anos que estamos de serviço. A equipe aqui sempre tranquila, uma equipe muito boa. A gente sempre teve um entendimento, um entrosamento, uma amizade muito boa. E eu não acho que tem que ser diferente. Em todo o lugar de trabalho, onde trabalhe equipe, pela lógica, tem que haver esse entendimento, esse companheirismo, porque a gente é uma equipe. Então, tem que trabalhar todo mundo de acordo. E eu digo assim, como é que a gente vai ter um atrito, uma rixa com o colega de trabalho ali, né? Então, a gente tem que se dar, tem que ter aquela amizade, como é a nossa turma aqui. Graças a Deus sempre tivemos uma amizade tranquila, tanto no trabalho como fora do trabalho. Porque eu acho assim: a gente convive quase mais o tempo da vida da gente com os colegas de trabalho, vive juntos, digamos assim. Então, graças a Deus, essa amizade a gente sempre teve aqui com os colegas de trabalho.

Imagina, se coloca no lugar, se eu não me dou contigo, ou não temos aquele entendimento, aquela amizade de fazer, me ajuda aqui, me ajuda ali, né? Então, eu acho que a relação de trabalho, a amizade do grupo, o entendimento, a união do grupo, no trabalho, em qualquer trabalho, não só aqui como em qualquer trabalho, em qualquer lugar, do Brasil e do mundo, tem que ter essa relação de amizade entre o grupo de trabalho. E nós aqui, graça a Deus, sempre tivemos essa amizade, esse entendimento, essa ajuda um do outro, que um não sabe uma coisa, pede, o outro que sabe ensina. Enfim, temos esse companheirismo. Então, muito bom a relação entre os colegas de trabalho.

Trabalhar com ruínas

É uma coisa interessante, importante, que te motiva também. Trabalhar com uma coisa antiga, você está mexendo nessa parede aqui, e se você analisar, olhar por outro ângulo, você está mexendo com uma coisa de trezentos e tantos anos atrás. Isso aqui não é uma pedra que simplesmente está aí. Foi uma civilização que colocou aqui, uma civilização que não existe mais. Que, há trezentos anos atrás sofreram... Sei lá, às vezes, me passa pela cabeça, esses blocos de pedra aí, o peso disso. Às vezes, a gente, pra erguer uma pedra, juntamos entre quase cinco pessoas.



Figura 24: Artífices erguendo uma das pedras das ruínas durante obra de consolidação. Fonte: Arquivo do Escritório Técnico do Iphan em São Miguel das Missões, sem data.

Dá 21 quilômetros de onde eles traziam essas pedras, esses blocos de uma tonelada, duas toneladas, enfim. Então, o trabalho que essas pessoas tiveram pra colocar essas pedras, uma em cima da outra. Então, o trabalho aqui não é simplesmente limpar uma pedra, ou colocar uma massa na junta das pedras. Isso aqui tem algo mais, porque é uma história, uma história de trezentos anos ou mais. É uma civilização. São pessoas que sofreram pra levantar essa parede. Então, é outra visão; é outro sentido tu trabalhar em ruínas, né? Estar reformando, restaurando uma coisa que realmente tem uma importância incalculável. Tem outro sentido tu trabalhar em ruínas.

Mas o que eu volto a dizer, e acho que já disse antes, isso aqui não é um monte de pedra, não! Nessas pedras tem uma história. Uma história de trezentos anos, uma história que é reconhecida pelo mundo inteiro. Uma civilização que viveu aqui há trezentos anos atrás. Aqui, onde tem "esses montes de pedra", como muita gente diz, aqui viveu uma população em torno de seis mil índios, então é uma história. São vidas que morreram. Se eles se machucaram, se eles se quebraram pra levantar "esse monte de pedra", como dizem. Isso aqui não é um monte de pedras. Isso aqui é uma história de trezentos anos, que é tão importante que o único

patrimônio do sul do país reconhecido pela Unesco como Patrimônio da Humanidade. Então, já dá pra ver que não é um "monte de pedra" é uma história para o mundo inteiro.

Relação com o patrimônio cultural

Eu acho que, para todos que moram aqui em São Miguel, é um lugar especial. E é um lugar especial. Tanto que é o único patrimônio que nós temos, o único Patrimônio da Humanidade[68] *no sul do país é São Miguel das Missões. Morar num lugar desses é um privilégio. Então, é um lugar importante, e eu acho que quem mora aqui tem que valorizar esse patrimônio que nós temos, porque é Patrimônio da Humanidade. É de todos. Então, a pessoa mora em algo diferente. Porque nós temos aí turista que vem do mundo inteiro para visitar São Miguel. Então, tu morando aqui é sinal que mora em algo que é diferente.*

Mas, infelizmente, até hoje, tem pessoas que moram aqui e não valorizam o que nós temos. Agora, imagina quarenta anos atrás ou até mais, no tempo da minha infância. Isso aqui para mim, por exemplo, não tinha representatividade nenhuma, até no meu modo de criança e tal. Então, não via isso como uma coisa importante.

Na verdade, essa relação, que eu comecei a ver diferente, a enxergar diferente, ver que isso aqui não é somente um "monte de pedras", como a maioria diz, pra mim, isso aqui passou a ter outro sentido, outro significado, a partir do momento em que eu também comecei a trabalhar aqui. E, claro, através do estudo, a gente vai abrindo mais o conhecimento. Mas, principalmente, no momento em que eu passei a trabalhar aqui, eu comecei a ver diferente e, digamos, valorizar o local onde eu estava trabalhando, o local onde eu estava ganhando o pão do dia a dia. E não só por isso, mas também através do estudo a gente vai abrindo os horizontes, a cultura. Aí, a gente vai vendo diferente, que isso aqui não é um monte de pedras. Que isso aqui tem uma história. Por trás dessas pedras tem uma história que é reconhecida pelo mundo inteiro.

Momentos de dificuldade

Eu entrei aqui, e a gente passou por tantas etapas, altos e baixos que dá pra escrever um livro. Então, eu estou aqui, decerto, porque teria que estar. Porque, na verdade, lá no início, se fosse por vontade minha, eu tinha saído. Não saí porque não consegui um outro trabalho fora. Porque, aqui em 1993, na época que assumiu o presidente Collor de Mello, naquela época, ele

[68] Ainda que seja amplamente difundida a nomenclatura Patrimônio da Humanidade, o título é, de fato, Patrimônio Mundial.

fechou vários ministérios, extinguiu fundações e demitiu cento e poucos mil servidores. Inclusive, tem servidores até hoje na justiça, tentando voltar. Então, nós fomos demitidos, também fomos demitidos, e, antes disso, a gente trabalhava, era CLT. E durante esse tempo, ficamos trabalhando até por conta, ajeitado. Como era ajeitado, eu não sei, mas a gente trabalhou um tempo até por conta. Trabalhamos um pouco por intermédio da prefeitura. Foi uma novela a nossa situação aqui na época. E depois, quando a gente estava um pouco mais estabilizado, entrou o Collor de Mello, largou um monte de funcionário, nós fomos demitidos. Mas teve bastante movimento, prefeito daqui, as autoridades do município, o próprio superintendente que era da época, se não me engano, era o Custódio, se empenhou muito nessa questão de fazer com que nós voltássemos de novo. E eu sei que, em todos esses altos e baixos e coisa de política, eu sei que, depois que deu o impeachment do Collor, saiu do cargo, e aí assumiu o Itamar Franco. O Itamar Franco fez uma lei que é muito conhecida até hoje, lei da anistia. E nessa lei da anistia, parte desses funcionários que foram demitidos pelo Collor, na época, parte desses funcionários, alguns voltaram. E nós tivemos a sorte e a felicidade de voltar. E, a partir dessa data, as coisas se normalizaram. A gente ficou tranquilo, mas, antes de sair, foi bem complicado. Eu, várias vezes, pensei em sair. Teve vários colegas aqui que bateram várias vezes na porta do escritório ali pedindo pra sair. Mas o Vladimir, que era o arquiteto das obras, um cara excelente, decerto via, enxergava lá à diante, o futuro, enfim, várias vezes ele dizia: "Não, mas por que vocês vão sair? Fica. Isso aí é passageiro, pode depois a coisa melhorar!". E de fato. Então, eu também não saí justamente porque não arrumei outro serviço na época, senão eu tinha saído. Mas, graças a isso, a coisa se normalizou, se estabilizou e estou aí até hoje.

Então, valeu a pena continuar, valeu a pena a persistência, porque teve colega que poderia estar até hoje, mas que, por esse motivo que eu te falei, pediram pra sair. Alguns, o Vladimir convenceu a não sair; outros saíram. Então, valeu a pena essa persistência.

O futuro da profissão

É uma função que eu diria que está praticamente em extinção. Isso é uma coisa muito séria e que eu acho que vai acontecer, infelizmente, nos quadros do Iphan, porque não se abre concurso pra esse tipo de função, pra artífice, digamos pra trabalhar onde hoje é patrimônio, é monumento, né? Não temos só aqui. Temos em São João, temos em São Nicolau, temos patrimônio Brasil afora, né? E são preservados. Têm o acompanhamento do Iphan, o órgão responsável por esses patrimônios, e não existe concurso para esse tipo de profissional. Eu tenho isso como uma preocupação. Amanhã ou depois, a maioria, quase todos os que estão

aqui hoje têm tempo para se aposentar; muitos já têm tempo de sobra. E daí esse patrimônio vai ficar guardado por quem? A minha indagação é essa! Nós vamos sair. No caso, eu e o outro colega, que é o Luiz, que somos o que temos menos tempo de serviço, estamos com trinta anos. Então, com cinco anos, nós já temos o direito à nossa aposentadoria. E aí, eu pergunto: quais são os profissionais que vão ficar dando continuidade a esse trabalho? Porque, isso aqui não é, volto a dizer, não é a questão de pedreiro. Pedreiro nós temos bastante na cidade, mas esse trabalho não é de pedreiro. Esse trabalho é diferenciado, é outro tipo de trabalho. Então, a minha preocupação é essa: quem é que vai dar continuidade a esse trabalho que esses profissionais estão dando hoje?

Eu acho que, em termos de funcionário, infelizmente, eu no meu entender, eu não espero grandes eventos, grandes mudanças nesse sentido porque, claro, que eu acho que vão ter que achar uma maneira, já que o governo federal não abre concurso pra essa área, vão ter que conseguir uma maneira de especializar pessoas, nem que trabalhe contratado, ou via CLT, mas o Iphan vai ter que formar profissional nessa área, pra fazer o que hoje nós estamos fazendo. Nós vamos sair, e daí? Então, eu creio que, quanto a servidor público, eu acho que, nesse quesito, infelizmente não vai ter. Eu entendo assim: será que o governo federal vai abrir um concurso pra artífice, pra trabalhar na restauração das ruínas lá de São Miguel, São João, São Lourenço, São Nicolau, ou até em outros patrimônios que é preservado pelo Iphan? Dificilmente, o governo federal vai abrir concurso. Então, por meio de edital ou regido pela CLT, mas alguém vai ter que dar continuidade a esse trabalho, né?

Novos artífices

Eu acho para preparar essa nova equipe, teria que começar hoje! Por que eu digo começar hoje? Porque nós ainda estamos aqui! Não vou dizer que a gente é insubstituível, não! Só que esse conhecimento que nós temos, amanhã ou depois, nós vamos estar levando para casa. Nós vamos nos aposentar. É claro. Se montar uma equipe e precisar de alguém, eu acho que a gente está disposto a dar a nossa contribuição. Mas eu acho que o momento seria agora, enquanto essa equipe está aqui. De repente, o Iphan tem uma equipe pra começar junto conosco pra esse pessoal ir aprendendo, pegando a experiência, sabendo como é que faz. Porque isso não é de uma hora para outra que se aprende. Então, acho que está na hora do Iphan pensar nesse sentido, porque amanhã ou depois nós não estamos mais aqui, e o bom seria uma equipe já estar junto ali, já aprendendo, juntamente com essa equipe que está aqui.

Hoje, eu acho que com sete, oito, nove pessoas seriam suficientes. Se tivesse essa equipe permanente, sem problema nenhum, acho que seria um trabalho que seria bem executado, uma equipe mais ou menos desse tamanho.

A importância do trabalho dos artífices

Com certeza, estaria muito diferente sem os artífices. Eu acho que, se pegar fotos antigas, digamos, antes de 1982, antes de começar os trabalhos nas obras aqui, nas paredes, lá na torre, por cima das paredes, haviam troncos de árvores dessa grossura[69]*. Então, as ruínas estavam quase tomadas pela vegetação. Agora, imagina se não tivesse um trabalho desses que começou de 1982 pra cá? Eu também te pergunto: o que seria das ruínas hoje? Eu acho que esse trabalho é um trabalho importante para a conservação dos monumentos. De todos eles, do Rio Grande do Sul, do Brasil como um todo. Tem que ter! Começou e vai ter que ir até o fim, e esse trabalho de restauração aqui veio pra ficar! Porque, imagina se não tivesse começado em 1982, e graças a Deus continua até hoje, com algumas precariedades, mas estamos aí!*

Fala aos futuros artífices

Olha, eu diria o seguinte: em primeiro lugar, que o órgão, o Iphan, o órgão responsável realmente chame esses futuros artífices e, no momento que chamar esses futuros artífices, que eles tenham, que, com certeza, vão desenvolver um bom trabalho. Mas que esse trabalho seja um trabalho com amor, com dedicação, com vontade, digamos assim, não só pelo trabalho, só por garantir uma carteira assinada, o salário, que isso é importante, ninguém vive sem trabalhar, sem ter dinheiro para sustentar a família, mas que, acima disso, acima de tudo, trabalhem com amor, com dedicação, com carinho, porque a equipe vai ser formada, vai dar continuidade ao trabalho que nós estamos dando hoje. E, desde já, pra esses futuros artífices, que sejam bem-vindos no patrimônio!

[69] Provavelmente, está se referindo às fotos tiradas em 1937, antes da primeira obra feita pelo Iphan nas ruínas de São Miguel Arcanjo.

3.3 Adelar de Oliveira Leite



Figura 25: Adelar de Oliveira Leite. Foto: Adriana Almeida dos Santos.

Adelar de Oliveira Leite é um dos artífices que há mais tempo trabalha na conservação das ruínas. Também já foi mestre de obras em determinados momentos e, por isso, sempre está lado a lado com Paulo pensando na melhor forma de cuidar das ruínas. Adelar é uma pessoa de poucas palavras, mas sempre que alguém demonstra interesse em ouvir suas histórias, está à disposição para contar e ensinar aquilo que sabe. A história de Adelar como artífice começou logo que completou 18 anos.

Meu nome é Adelar de Oliveira Leite, tenho 52 anos e 33 anos de profissão. Eu nasci mesmo em Erval Seco, município do Rio Grande do Sul. Com 7 anos, fui para a cidade de Condor, também no Rio Grande do Sul. Fiquei lá até os 14 anos, depois me mudei para Santo Ângelo e depois que eu vim pra São Miguel com 17 anos. Vim por causa de trabalho, tinha pouco trabalho onde eu morava. Eu vim com meu pai de criação e a minha madrasta e daí consegui serviço aqui nas ruínas. Com 18 anos eu consegui serviço e estou até hoje!

Infância e educação

Lá em Erval Seco, onde eu nasci, eu era pequeno, só ia no colégio, colégio longe. Aquele tempo não era igual agora, né? Então era sete, oito quilômetros de a pé, usando pinguela[70]; às vezes, chovia. Quando voltava, não conseguia cruzar de volta. Era bem complicado.

Eu estudei até os 14 anos só! Quando morreu a minha madrasta, eu fiquei só com o meu padrasto, e nós tivemos que vir embora. Meus familiares são todos daqui, de São Miguel. Eu tenho nove irmãos, apesar de ter me criado longe deles, agora eu estou aqui perto.

Eu já conhecia São Miguel. Vinha lá de Erval Seco e o meu padrasto me trazia de carroça, era só carroça que eles faziam a mudança deles. Eles eram muito pobres, vinham de carroça e eu era pequeno. Eu vinha aqui nas ruínas, era pequeno, cinco, seis anos. Depois, voltava pra lá de novo. Nós só vínhamos e voltávamos. Naquele tempo, eu era muito criança, nem tenho muita lembrança, de como é que era, sei que eu vinha aqui.

Trabalho

Eu já tinha trabalhado de servente de pedreiro, mas em outros lugares, lá em Condor. E, quando eu cheguei em São Miguel, eu vi os outros trabalhando nas ruínas também e disse, "mas esse serviço me serve também", e comecei. Gostei, eles gostaram do meu serviço e já me promoveram.

Na época, aqui tinha umas inscrições, no tempo do escritório velho[71]. A gente se inscreveu, daí chamaram e eu vim trabalhar! No primeiro dia que eu vim trabalhar, já me botaram pra desmanchar uma parede ali na frente das ruínas. As pedras estão ali até agora no chão. Faz 33 anos que nós desmanchamos aquela parede!

[70] Peça de madeira atravessada sobre um leito de água para servir de ponte.
[71] É como se referem à primeira sede do Iphan instalada em São Miguel das Missões para acompanhamento das obras.



Figura 26: Fachada das ruínas, onde é possível identificar as pedras relatadas por Adelar. Foto: https://ndmais.com.br/noticias/historia-e-arte-conheca-os-museus-do-brasil/

E daí era o Agostinho o mestre de obras, e ele disse pra mim: "vai lá e pega mais uns companheiros, pega o benguei, larga a pedra em cima". Isso muito pouca gente sabe o que é: o benguei é um negócio com duas madeiras e soalhado de tábua. E dali adiante fui trabalhando, com o finado Odair, que era nosso patrão também, naquela época. Depois, veio o Maturino Luz[72], daí já em 1988. Ele queria que eu fosse fazer um trabalho lá em Ivoti, numa ponte[73]. Essa ponte tem os arcos iguais os que tem aqui nas ruínas, só que é uma ponte, um riozinho. Eu fui, fiquei 15 dias pra lá, cortei pedra, assentei pedra. Naquele tempo, eu já entendia. E depois retornei de novo.

[72] Maturino Luz foi o arquiteto técnico responsável pelas obras de conservação entre 1986 e 1988.
[73] Refere-se provavelmente à Ponte do Imperador, construída sobre o Rio Feitoria, na cidade de Ivoti, no Rio Grande do Sul. A ponte foi construída em pedra de cantaria lavrada, com 88 metros de comprimento, 14 metros de altura e 14 metros de largura. Seu nome é uma homenagem a D. Pedro II. Foi tombada em 1988 e inscrita no Livro do Tombo Histórico.



Figura 27: Ponte do Imperador, Ivoti/ RS. Foto: Gilberto Winter. Fonte: https://cumoiaivoti.com.br/ponte-do-imperador-ivoti/

Já tinha gente trabalhando desde 1983, e eles iam chamando. Toda semana largavam dois, três, pegavam de novo outros, e assim, quando eu cheguei, tinham 50 trabalhando. Só que cada semana largavam uns 5 ou 6 e pegavam outros novos; iam trocando, e nós íamos ficando. Até um tempo me deu vontade de sair também, porque aqui os pagamentos eram mais custosos. Levava até 3 meses pra receber, e daí não tinha como se manter de outro jeito. Então, num tempo, me deu até vontade de sair daqui, mas fui ficando e fiquei. Fiquei porque eu gostava do trabalho, como gosto até hoje!

Aprendendo o ofício

A minha profissão eu aprendi aqui no tempo do Augustinho. Daí, conforme ia aprendendo, ele te dava uma promoção. Ele me deu a primeira promoção, depois me deu a segunda, e, em 1994, que nós passamos a artífice. Pra mim, dessa profissão, eu gosto de cortar pedra, gosto de assentar a pedra também. Então eu assentava as pedras, assentava os tijolos quebrados, tirava e sentava de novo; limpava os pisos, às vezes, quando tinha escavação, nós ajudávamos nas escavações. Era essa rotina, limpeza, tudo.



Figura 28: Adelar trabalhando na consolidação dos pisos das ruínas. Fonte: Arquivo do Escritório Técnico do Iphan em São Miguel das Missões, sem data.

Assentar a pedra é tu colocar uma pedra em cima da outra, colar as pedras. Se está faltando pedra, retira e coloca outra. Para o corte de pedras, a gente usa talhadeiras e martelo também.

As pedras quebradas eram cortadas e coladas com massa, com argamassa de barro. Cimento também foi usado no começo. Agora não está sendo usado mais, por conta de uns testes que eles fizeram, e resolveram de não usar mais o cimento. Colocaram cal no lugar do cimento, com areia e barro.

Relação com as ruínas

Essas ruínas representam a minha vida, porque tirando minha vida aqui, só tive 17 anos fora. Depois, até agora, estou aqui. Então representa bastante.



Figura 29: Adelar trabalhando em parede. Fonte: Arquivo do Escritório Técnico do Iphan em São Miguel das Missões, sem data.

Tiveram bastante momentos marcantes. Desde o começo, desde o dia 5 de junho, que eu comecei a trabalhar aqui, sempre teve, cada momento teve um negócio. Quando nós trabalhamos fazendo o forro desse museu; quando nós perdemos dois colegas que trabalhavam com nós nas ruínas, na restauração também. Um deles era o Carlinhos, Luiz Carlos e o outro era Darci Menezes. Fizeram muita falta. Eram colegas bons e também entendiam a mesma coisa que nós.

Relação com o trabalho

Eu gosto de tudo, em todas as paredes quase tem algo que eu trabalhei. Tem nas paredes das ruínas, tem nos muros. Tem essas dos muros que todos nós fizemos, eu ajudei também.



Figura 30: Foto de Adelar trabalhando no preenchimento das paredes com argamassa. Foto: Arquivo do Escritório Técnico do Iphan em São Miguel das Missões, sem data.

As paredes das ruínas, todas nós fizemos, na fonte[74] *também. A fonte, nós tiramos aquela bacia grande, colocamos de volta; fizemos um negócio de concreto costeando a parede da fonte, porque ela estava caindo para dentro, as pedras. Caía tudo dentro da água, as pedras da fonte. Daí, nós fizemos tipo um muro de concreto. Daí, ela não derrubou mais as paredes.*

[74] Refere-se à Fonte Missioneira, descoberta em 1982 e restaurada em 1983. Constitui-se em umas das sete fontes que abasteciam a redução e faz parte do sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo. Para conhecer mais sobre as fontes, veja a dissertação de mestrado de Ingrid Arandt: O sistema de captação e abastecimento de água nas reduções Jesuíticas dos Guarani: o caso de São Miguel Arcanjo. 2016. Dissertação (Mestrado em PEP - Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - DF.



Figura 31: Fonte Missioneira. Foto: Eneida Serrano. Fonte: Arquivo do Escritório Técnico do Iphan em São Miguel das Missões.

Mas, o mais difícil foi essa porta que tem aqui na entrada à esquerda, que nós fizemos. Aquilo ali foi difícil, porque era ruim de trabalhar, e nós não tínhamos maquinário apropriado. Nós fizemos, mas não foi tão fácil. Foi dos mais difíceis, mas está ali, né?

O artífice

O artífice é como um pedreiro, que corta pedra, que faz a restauração dos prédios, como aqui das ruínas. Mas eu já trabalhei em outros lugares, em São João. Em São Nicolau, nós erguemos três paredes, eu e o seu Adão Garcia, que já não está mais aqui também. São Lourenço também. Em tudo nós erguemos paredes, já restauramos.

E já nota bastante diferença do que era quando eu entrei aí e agora, né? Quando eu entrei aqui, isso era puro mato. Era uma capoeira aí na frente tudo. Tinha um capoeirão de espinilho[75] *na frente que o pessoal roçava, nós mesmo roçávamos. Então, agora está bem diferente, agora está limpo. Então, hoje está tudo arrumado. Só que não foi mexido nem trocado de lugar nada. Está sempre do mesmo jeito que estava antes, só foi arrumado mesmo, restaurado, né?*

[75] Vegetal arbóreo com dimensões que podem alcançar três metros de altura, espinhento e que produz uma pequena cápsula de um centímetro, que armazena sementes.

Então, o nosso trabalho é pra segurança das ruínas, e os novos precisam vir pra fazerem como nós fizemos, aperfeiçoar mais! E eu não sei como seria sem esse nosso trabalho. Porque, antes, o pessoal levava tudo as pedras daí. Naquele tempo, não tinha quem cuidasse. O que sobrou está de pé ainda.

Mas o pessoal chega aí e vê que está tudo arrumadinho. Mas quem é que arrumou? Ninguém diz quem é que foi quem arrumou, que cuida desse patrimônio. Tem o resto do pessoal, do escritório, mas se não tivesse o artífice, não sei como estaria.

Nós fazemos tudo. Cortar a pedra e colocar a pedra, assentar a pedra, mas nós fazemos todos os tipos de serviço. Fazemos massa, fazemos andaime, o que for preciso, nós fazemos.

Momentos de dificuldade

No tempo do Collor de Mello,[76] nós fomos todos demitidos, e daí foi feita uma greve. Tinha o prefeito da época aí, o Frizzo[77]. Ele deu uma mão pra nós, ligou pra tudo o que foi lugar, pra Brasília, e conseguiu reverter de novo e aí nós voltamos a trabalhar por contrato. Fomos trabalhando até pegar de novo, efetivar de novo. Mas foi complicado, porque nós ficamos três meses parados até que voltamos.

E era ruim, porque nós estávamos acostumados a trabalhar. Aqui é lugar de pouco emprego, então ficava ruim pra nós. Naquele tempo, a prefeitura era nova, a cidade era novinha ainda, então ficava ruim.

Relação entre os artífices

Ah, isso é ótimo! Os que trabalham aí tudo se dão bem. Tudo o que um faz o outro faz, então é ótima. Tanto com o escritório como com os artífices, com os outros, com os guardas mesmo, tudo bem, tudo ótimo. E, quanto mais assim, o pessoal trabalha mais tranquilo, tudo tranquilo.

E trabalhar com ruínas é bom. Quem tem essa experiência é bom, porque é um negócio diferente, né? Tu tá trabalhando praticamente com o mundo inteiro, né? E a gente se sente feliz, porque deixou alguma coisa para o pessoal que vai vir ainda. O pessoal novo que vai trabalhar aí depois. Já viu quem que fez. Em algum lugar vai estar escrito, né?

---

[76] Fernando Collor de Mello foi presidente do Brasil entre 1990 e 1992. Foi afastado do poder em 2 de outubro de 1992 como consequência da instauração de um processo de impeachment.
[77] Refere-se a Waldir Pedro Frizzo, prefeito de São Miguel das Missões entre 1993 e 1996.

Mas isso aí, se não renovarem, vai acabar, né? Porque, do jeito que estão os governos, não fazem mais concurso público, mais nada, não contratam ninguém. Vai se acabando e mais adiante não sei o que vai acontecer.

Já teve um pessoal fazendo umas aulas aí com nós um tempo aí. Nós lidamos nas paredes ali no cemitério. Eles vinham olhar ali nós lidando, mas não foi muitos não que vieram ali, então precisava que tivessem mais aulas assim, né? Pro pessoal ir pegando o jeito, o pessoal mais novo.

Considerações finais

Então, esse trabalho, pra mim, representa tudo! Porque aqui é onde eu ganho a minha vida, sempre ganhei, então pra mim representa tudo. É tudo, a vida inteira, porque, desde os 18 anos eu estou aqui, praticamente a minha vida inteira, trabalhando.

3.4 Nilson Jardim de Campos



Figura 32: Nilson Jardim dos Campos. Foto: Maria Araújo

.

Nilson Jardim de Campos é o artífice especializado em massa. Segundo Paulo, se o Nilson ganhasse um real por massa que ele produziu, estaria milionário. Assim como Adelar, Nilson começou muito jovem a trabalhar nas ruínas, com apenas 18 anos. O jeito tímido e de pouco falar esconde uma gratidão e um orgulho enorme pelo trabalho feito e pelas relações construídas. Ao longo desta pesquisa, Nilson se aposentou, e hoje a equipe de artífices conta com um companheiro a menos.

Nasci na restinga seca do interior de São Miguel, dá uns 30 quilômetros daqui. Eu trabalhava numa fazenda, lidava com gado. Depois, venderam a fazenda e nós viemos embora pra Esquina São Miguel[78]. Meu pai comprou uma chácara ali, e nós começamos a lidar na lavoura. Eu gostava de lidar na lavoura, lidar com os bois. E ficamos por ali. Com a idade de uns 17 anos, eu comecei a vim pra São Miguel, trabalhar por aí. Peguei pra trabalhar ali na Cotrisa[79], a minha esposa ali, e viemos morar aqui em São Miguel. Trabalhei duas safras ali na Cotrisa e depois saí da Cotrisa e vim pra cá, para as ruínas.

Minha família, nós somos em oito irmãos, cinco filhos homens e o resto são mulheres. Eu sou o mais velho. Moramos todos perto, só tem uma que mora em Santa Catarina. O filho dela arrumou serviço lá e foram. Tem duas que moram em Santo Ângelo, e o resto, tudo aqui em São Miguel. Meus pais sempre trabalharam na lavoura, e estão até agora. Não querem vir para a cidade, mas tenho dois irmãos que moram com eles.

Minha infância foi toda na fazenda, lidando com o gado, lidando com a lavoura. Nossa família cuidava de uma fazenda. Depois, viemos para Esquina São Miguel. Estudei até o segundo grau, daí não quis mais. Abandonei pra lidar na lavoura, gostava de lidar na lavoura. Deixei os estudos, mas hoje tá fazendo falta. Do jeito que está hoje em dia, faz falta. Mal aprendi a assinar o nome. Não sei ler, aprendi a assinar meu nome. Na época da escola, eu trabalhava com o pai de uma professora, as duas que davam aula na Esquina são Miguel. Daí, eu que levava elas, levava de manhã, meio-dia ia buscar.

Trajetória profissional

Fiquei trabalhando na lavoura até uma idade de 17, 18 anos. Depois, já peguei aqui nas ruínas, em 1985 eu acho que foi, e estou até agora. Vim para São Miguel porque foi surgindo a oportunidade. Gostava de ganhar um troco a mais, e foi indo. Tinha mais movimento. E daí, montaram aquela Cotrisa, e achei bom de trabalhar ali. Na Cotrisa, eu trabalhava nas máquinas, aquelas que separavam a planta da soja da semente. Depois, quando venceu o contrato ali, eu vim cá. Me inscrevi aqui, e eles me chamaram, surgiu uma vaga. No tempo que eu vim pra cá, tinham 58 pessoas que trabalhavam.

---

[78] Nome de bairro localizado na zona rural da cidade.

[79] A Cooperativa Tritícola – Cotrisa foi criada em 1956 para proteger o cultivo de trigo na região das Missões. Atualmente, as principais atividades da Cotrisa são recebimento, armazenagem, industrialização e comercialização de soja, trigo, milho e girassol. A cooperativa também comercializa fertilizantes para a lavoura, produz farinhas de trigo, cria rações para animais e tem redes de supermercados.

Eu morava aqui pertinho, ali onde tinha o escritório velho, como se diz. Daí, tinha o falecido Augusto[80] e o Doutor Fernando[81]. O Augusto era o chefe aqui. Daí, a gente morava pertinho, então, falava com eles seguido. A gente assava carne, eles iam ali comer com a gente e, depois, ele conseguiu uma vaga pra mim. Daí, me chamou, e eu vim e comecei trabalhando dois meses na parte da limpeza, dos entulhos que saíam. Daí, depois, ele me botou pra massa, e estou até agora lidando na massa. Daí, no começo, era peneirar a terra, lidar com a massa, eu e um outro colega. Depois, foram trocando. Seu Adão Garcia também lidava na massa. Daí, no fim ficou o Nica, o Luiz, que me ajudavam um pouco.

Aprendendo o ofício

Aprendi praticando. Foram me dando umas dicas. Prestava atenção, fui treinando, aprendi as medidas, gostei e fui ficando na massa. Tem massa minha nos muros, nas paredes e pra fora também. Nos outros sítios São João, São Lourenço, a gente também fez massa. Fizemos o levantamento dos muros que estavam caindo. Daí, eu fazia massa com o colega que eu estava.



Figura 33: Artífices lidando na parede. Fonte: Arquivo do Escritório Técnico do Iphan em São Miguel das Missões, sem data.

[80] Refere-se ao mestre de obras Augusto da Silva.
[81] Refere-se ao arquiteto Fernando Machado Leal.

Agora que eu não posso mais, não posso lidar na massa, não aguento com as costas, é serviço pesado, daí não tem jeito. Eu fazia a massa ali embaixo[82]*. Trazia de carrinho, ajudava a erguer as pedras.*

Eu fui gostando do serviço. Comecei a aprender e me acharam melhor na massa, e tinha outros que me ajudavam, o finado Mariano Gomes, depois o seu Adão Garcia. Tinha outros na massa também, mas depois foi ficando só eu e, hoje, mais pro fim, tem o Luiz e o Nica que me ajudam. Eu já não consigo, então vou dando umas dicas pra eles.

Quem me ensinou foi um que lidava antes, o finado João. Ele que lidava na massa e me deu umas dicas, e o Augusto também, esse que era o chefe, me ensinou. Ele passava nas masseiras ali olhando, gostava que contasse causo pra ele – dava risada – sobre os serviços, sobre os turistas que vinham. Passava meio dia ali se a gente começasse a contar causo pra ele. Nunca entramos em conflito com ninguém. Sempre nos demos bem, e depois, foi diminuindo a turma. Éramos 50, mas o pessoal começou a desistir. Iam largando. Daí, foi ficando mais a nossa turma que está hoje. Foi ficando uns dez, doze e, com o tempo, foi diminuindo.

Relação com o ofício

Eu gosto de trabalhar aqui. Se não fosse essa questão da dor na coluna eu ficaria mais tempo. A gente acostuma. Tanto faz trabalhar aqui como em outro lugar. A gente tem que trabalhar, então prefiro trabalhar aqui com colegas, que considero como irmãos, todo dia juntos, né? Tanto nós, que trabalhamos junto como o pessoal do escritório também, todo dia se vendo, estão ali sempre no galpão, sempre juntos. Então, a gente considera uma irmandade tudo. E o Paulo fala, "no dia de se aposentar, não vem fazer que nem outros de passar ali no portão e nem vir falar com a gente". E a gente gosta, porque bem dizer a gente criou o resto da vida aqui. Criou os filhos tudo com serviço daqui. Então, a gente dá valor, e sempre deram valor pra gente. E a gente aprendeu a conservar parte do serviço. Eles ensinaram que não pode mexer em certos lugares, não pode quebrar, não pode bater. A gente aprendeu o sistema de lidar, até agora desse jeito.

O ofício de preparar a massa

Antes, fazia a massa era com cimento. Depois, mudaram e começaram com cal, e tem a massa ferro que ela é só o barro com cimento, pra fundação, pros alicerces no chão.

---

[82] Refere-se à parte do sítio arqueológico onde encontrava-se a quinta dos padres.

Pra lidar nas paredes, tem que ter uns cinco, cinco ou seis, fora os que lidam com a massa, porque, conforme a pedra, pouca gente não dá, que nem tem agora. Tem umas pedras grandes que foram erguidas ali. Foi sofrido. A maioria hoje não pode forcejar. Então, no mínimo uns cinco pra lidar nas paredes e dois que tem que ter na massa, que tem que tá sempre lidando. Não tem como os da parede que estão na parede lidar, se não tem a massa.[83]

3.5 Luiz Carlos Ferreira



Figura 34: Luiz Carlos Ferreira. Foto: Maria Araújo.

Luiz foi um dos últimos integrantes a compor a equipe de artífices missioneiros, mas nem por isso deixou de se destacar entre esses profissionais. Com Paulo, todas as semanas, sai para os fazer a manutenção dos demais sítios patrimonializados pelo Iphan. Luiz é uma pessoa tímida, e isso é bastante notável em sua entrevista. Ainda assim, não deixa de falar com bastante orgulho de sua trajetória profissional, dos laços construídos com os demais artífices e da importância do seu trabalho para sua vida pessoal.

Meu nome é Luiz Carlos Ferreira de Menezes. Tenho 53 anos e trabalho no Iphan desde 1989. Eu nasci em Rincão dos Castanhas. Dá uns seis quilômetros daqui de São Miguel. Me criei lá, e saí em 1989, quando me chamaram para trabalhar aqui nas ruínas. Eu tenho duas irmãs.

[83] Ao longo da entrevista, Nilson de Campos optou por dar mais ênfase a aspectos relacionados ao ofício do preparo da massa. Como comentado ao início do capítulo, ainda que houvesse perguntas direcionadoras, achamos interessante deixar que cada artífice desse à entrevista o rumo que lhe parecia mais interessante.

Meus pais sempre trabalharam na lavoura, desde que eles casaram, e eu ajudava eles na lavoura. Eu estudei até a quarta série só. Lá no Rincão, só tinha escola até a quarta série, então foi o estudo que eu tive. Depois, não estudei mais. Trabalhando, não poderia ter estudado mais, não tinha como. Em 1989, saiu o serviço aqui e foram lá me avisar, me chamar, e daí que eu vim. Eu tinha uns vinte e poucos anos.

Eu tinha uma irmã que morava aqui em São Miguel, era casada, morava aqui. E, um dia, foram avisar ela que tinham me chamado. Até o seu Adão Garcia, que trabalhava na época, que era o chefe, foi lá e mandou ela ir me avisar. Ela pegou o ônibus e foi lá no campo me avisar que tinham me chamado. E, quando me chamaram, foi uma beleza. A gente dependia de lavoura, e aqui nas ruínas, não tinha gente interessada. Daí ela foi lá, me avisou e eu comecei, em 1989. Comecei na roçada, na época da roçada de foice. Comecei cortando a grama. Naquele tempo, não tinha trator. Essa frente aí, era tudo capoeira, era tudo na foice que nós roçávamos. Daí, com as pedras, era quando surgia alguma pedra, daí era carregar pedra, mudar as pedras. Restauração na época tinha pouca. Então, se tivesse serviço, a gente lidava nas paredes; se não, lidava na limpeza.

Então, quando eu comecei mais era roçar, porque tinha todo o sítio aqui pra gente roçar, e era só de foice. Não tinha trator. A gente terminava uma roçada num lugar, já tinha que começar noutro, e a turma mesmo era pouca. Não tinha essa divisão de pessoal da jardinagem[84]*. Todo mundo fazia a mesma coisa, o mesmo que roçava fazia as paredes. Mas era bom, sabe? Desde que eu comecei, eu gosto. Eu comecei aqui e estou até hoje, né? Assim como também faz amizade com o pessoal o tempo inteiro. E amizade é uma coisa que a gente tem que ter com os colegas.*

Aprendendo o ofício

Eu aprendi a cuidar das pedras com o tempo. Trabalhando aqui, a gente foi pegando o jeito. Conforme eles indicavam pra gente fazer, a gente ia fazendo. Na época, era o seu Adão Garcia que era chefe, digamos assim. Ele que ia indicando pra gente o que tinha que fazer. Nessa época, a turma já era pequena. Tinha só uns seis, eu acho. Era os mesmos que estão aqui

[84] Hoje, a equipe que cuida dos sítios é composta pelos artífices, além de jardineiros, seguranças e bilheteiros terceirizados.

agora, que continuam. Não tinha mais como tinha antes, na época da restauração[85], que tinha bastante gente. Então, naquela época, quando eu entrei, a equipe já era pouca.

E eu gostei do trabalho e fui ficando. Não me mandaram embora. Sempre entrosado com a turma, acho que não tem motivo. E lidar na lavoura era muito difícil. O meu pai mesmo plantava pouca coisa, era pouquinho, não era que dava pra sobrar. E aqui, todo serviço eu gosto. Restauração de parede é um serviço bom, limpar as paredes, colocar massa. É um serviço que a gente aprendeu a fazer com jeito.

Eu comecei aqui. Restauração, fui aprendendo conforme o pessoal que já tinha na época, seu Adão Garcia, o Adelar, o Paulo mesmo. E a gente foi. Eles já tinham mais prática e a gente aprendeu com eles. Eles vinham ensinando o que tinha que fazer; a gente ajudava eles. Na massa também, tinha que fazer massa, ajudava, com o seu Nilson, que fazia a massa.

Relações construídas

Minha relação aqui é boa. Tenho bastante amizade. Convivo tanto com o pessoal aqui do quadro[86] quanto com gente de fora. A gente arruma amizade, e pra mim é bom. A gente vai num lugar, a gente tem amigos, tem gente pra conversar. Isso faz parte da gente, essa amizade que a gente faz com o próprio pessoal.

Estar aqui, com os colegas, sempre estivemos juntos, nunca deu problema. Comigo, pelo menos, nunca deu problema nenhum entre os colegas. Aqui, a gente sempre se dá bem, e tem que ser assim, manter os colegas amigos.

Então, pra mim, a relação é boa. Nunca encrenquei com ninguém. Acho que nunca deixei. Se a gente deixa alguma coisa a desejar, é pouca. A relação com os colegas, assim, é boa. Nunca também puxei coisa. Se tem alguma coisa que a gente não gosta, fico quieto, fica pra gente. Ver que alguém tá fazendo fofoquinha, não. Comigo não é assim, não gosto.

Relação com o sítio

Quando eu era jovem, a gente vinha com a turma. Saíam as festas ali no salão, a gente vinha nas festas de bicicleta e daí, no dia das festas, a gente cruzava por aqui pelo sítio, dava uma

---

[85] Refere-se ao período entre 1982 e 1987, quando foram executadas as obras comandadas pelo arquiteto Fernando Machado Leal.
[86] Refere-se ao quadro de servidores e funcionários do Iphan.

olhada. Na época, não estava como agora. Era bem diferente. As paredes tinham vegetação, não tinha sido feita a restauração completa.

E na época que eu era bem menino, eu subia nas paredes, tentava andar por cima, não tinha vigilância. Era o seu Carlos[87], na época, só lá na frente. Então, o pessoal vinha e subia, a gente andava aí por cima das paredes. Depois que começou as restaurações, aí que não podia mais, mas na época, antes, era só o seu Carlos lá na frente[88].

Artífice

O artífice é a pessoa que restaura a parede, que faz o serviço de limpeza e manutenção. É um serviço bom, eu gosto. A gente está todo dia aqui, me dou bem com os colegas todos, pra mim é bom!

Eu acho importante a gente fazer o trabalho com cuidado. Manter o que tem, não tentar destruir nada, segurar o que tem, o que tem não ser desmanchado, pra ficar na história, continuar.

E a gente trabalha pra manter o que tem, pro pessoal vir e conhecer também. Manter o que tem aí pra mim é importante. Pro pessoal que vem de fora ver que estão aí as coisas, tem sido feita a manutenção, pra coisa que tá não destruir, e o pessoal que vir poder levar uma boa recordação.

E, pra mim, também é importante. A gente tá aí no dia a dia, vendo se tá tudo bem conservado, cuidar pra não danificar nada. Pra gente, é bom estar aqui e ver que a coisa tá perfeita ainda. Não é como antes, mas o que tem agora tá sendo mantido, bem perfeito, pra gente mesmo, pros turistas verem, e eu acho que é isso, manter a coisa como tá pro pessoal sair daqui com uma boa impressão. Se tivesse no abandono, caído, o pessoal nem vinha, eu acho. O pessoal vem, fotografa, leva uma boa impressão das paredes.

E, dependendo do guia, eles contam a história que nós fizemos a manutenção, a restauração que foi feita, explica o que foi feito. Mas, tem lugar que não foi feito nada, que tá do jeito que era antes, pra eles verem que foi feito o nosso trabalho de restauração, de manutenção, do que

---

[87] Refere-se a Carlos Machado, que foi zelador no lugar de seu pai, Hugo Machado. Para saber mais sobre a história da família Machado, consultar a obra de Letícia Bauer "O arquiteto e o zelador: Patrimônio Cultural, História e Memória de São Miguel das Missões (1937-1950)". Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/11112.

[88] Além de zelar pelo sítio, também fazia o controle de visitantes na entrada do sítio.

tem. Isso aí é gratificante! O pessoal vem e já sai com uma boa impressão da gente, que foi feito o serviço de restauração, e que foi nós quem fizemos.

Pra mim, é gratificante o pessoal saber que a gente tá fazendo uma coisa pra manter conservada, porque, se tivesse tudo meio destruído, o pessoal já ia levar uma outra impressão, "tá abandonado". Do jeito que está, dá pra ver que não tá abandonado, que nós estamos aí pra manter. Está com um bom estado, pro pessoal vir, olhar o que foi restaurado, saber que a gente que fez. Pra mim, é gratificante. E é importante. O pessoal vem, olha o que não foi restaurado e o que foi. Aí, eles imaginam como foi feita a parede, o cuidado ali de arrumar, manter, o andaime, que tem algum aí, que é pra gente tá mantendo as paredes, que não foi restaurado. Saber que aquela ali não tá restaurada, mas tá o andaime ali, pra, um dia, ser restaurada.



Figura 35: Estruturas do muro lateral da quinta com andaimes para escoramento. Fonte: Arquivo do Escritório Técnico do Iphan em São Miguel das Missões, sem data.

E, antes da restauração, isso aí tudo estava com escoramento. Lá na frente, quando eu comecei, era tudo escorado com andaime na época, tinha escoramento.

Mas um serviço que pra mim foi bem-feito foi a fundação da igreja, lá na frente. Fundação de quase três metros. A pedra da fundação era a basalto. A gente abria por etapas, limpava ela, colocava massa. Depois, tinha que peneirar a terra, socando de camadinha. Daí, a gente

puxava a terra dali de baixo pra ir repondo, colocava aquele tanto de terra, socava e assim foi feita a restauração da fundação.

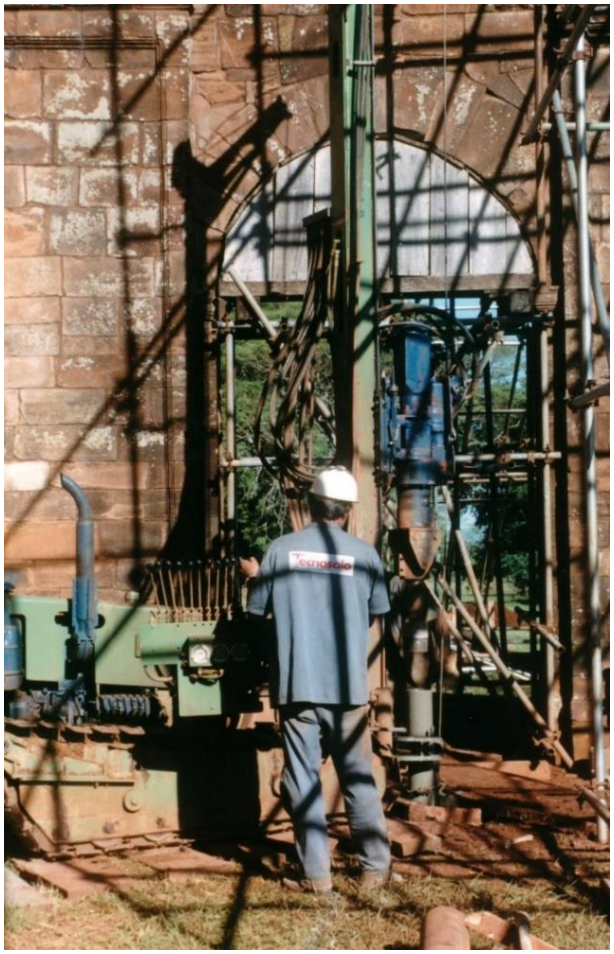


Figura 36: Obras de consolidação da fundação da igreja. Fonte: Arquivo do Escritório Técnico do Iphan em São Miguel das Missões, sem data.

E, pra fazer esse serviço, nós tínhamos que tirar as pedras. Depois, limpava, lavava as pedras e colocava a massa ferro. Na fundação, colocava a massa-ferro, só cimento e terra. Daí, a gente colocava bem e depois tudo de novo.

Foi serviço que a gente tinha que puxar terra lá debaixo, de carrinho. Era uma fila de gente, era demorado e, pra mim marcou, esse serviço. Os colegas de carrinho, serviço de formiguinha, puxando terra. Cada metro dava umas duas semanas de trabalho.

Ficou de recordação. Foi muito bom. Todo serviço que a gente faz, pra mim, é bom. A gente está aí mantendo, restaurando, fazendo o que tem que fazer. E tem a relação com os colegas. A gente combina, trabalha unido, o que um faz, o outro faz também. Então, pra mim, é bom esse serviço, e a relação com os colegas, amigos, não existe desentendimento, então é uma

parceria. Isso, pra mim, é gratificante. Vir todos os dias e estar aí com os colegas. Se não estiver fazendo alguma coisa, mas a gente está com os colegas, sempre juntos.

E, na idade que eu estou, não me imagino fazendo outra coisa. Se depender de mim e dos colegas, eu vou me aposentar aqui, porque eu gosto daqui. Pra mim, é bom trabalhar aqui, o dia a dia assim, sabe?

Futuro da profissão

Isso aí depende de vir gente nova pra fazer o serviço que a gente faz. Vão ter, decerto, que arrumar pra nos substituir, pra continuar. Precisa continuar esse serviço. Eu acho que é uma coisa que tem que ter sempre. Não sendo eu, tem que ter outro que substitua meu lugar, pra fazer o serviço que a gente faz. Tem que ser pensado. No dia que a gente sair, tem que ter outras pessoas, pra ficar. Já estão terceirizando a maioria dos serviços, mas eu acho que tinha que ficar gente do quadro assim, que nem nós, pra continuar o serviço que a gente faz. Acho que esse serviço, que nem o nosso, tinha que ter gente pra ficar. Hoje, pra fazer o serviço que a gente faz, restaurar uma parede, tem que montar andaime, tem que ter o masseiro. Acho que uns cinco, seis, como a equipe que nós temos hoje. Mas, se a gente vai saindo, vai ficando sem, aí não sei como vai ficar. Teria que ter, conforme a gente vai saindo, se aposentando, ter gente pra repor, pra ficar outra pessoa no lugar da gente.

E quem vir precisa ter algum conhecimento do que a gente faz, pra eles fazerem no mesmo cuidado que nós fazemos. Precisa saber que, pra mexer numa parede, tem que ter cuidado. Acho que tem que explicar pra eles o que a gente faz. Tentar manter de pé, não destruir. Então, tem que ficar uma equipe que faz o que a gente faz, manter aquilo que está de pé e não deixar cair.

E, pra quem está por vir, eu diria pra continuar o trabalho da gente. Que continuem fazendo o que nós fazemos: manter o que está em conservação. Não deixar destruir, não deixar cair.

3.6 Comentários gerais

Neste capítulo, foi possível acompanhar a percepção que cada um dos artífices entrevistados teve sobre suas trajetórias profissionais e de vida. Cada um trouxe uma perspectiva diferente, que reflete não apenas suas personalidades, mas, principalmente, suas relações com o trabalho. Ainda que não apresentem um cenário completo, a transcrição dessas

entrevistas cumpre o seu papel de trazer protagonismo a essas personagens da história da conservação das ruínas missioneiras e evidencia a preocupação compartilhada por todos no Escritório Técnico em São Miguel das Missões com a continuidade do ofício para a preservação material do bem.

Ao analisarmos os relatos compartilhados pelos artífices, é possível perceber muitas semelhanças entre as histórias de vida de cada um deles. Assim, como já apresentado no segundo capítulo e reforçado aqui, por meio dos relatos, percebemos uma origem rural comum a todos eles, já que a região era e continua sendo predominantemente agrícola. O trabalho nas ruínas, portanto, aparece em vários relatos como uma surpresa e um desafio agradável, ao qual todos estão dispostos a aceitar, já que lhes fornece novas perspectivas profissionais pela possibilidade de contar com um trabalho com "carteira assinada" – aparentemente, uma realidade pouco comum na região –; pela possibilidade de contar com uma renda fixa, outra realidade pouco provável, já que, em alguns casos, os artífices anteriormente trabalhavam por safras; pela possibilidade do desenvolvimento profissional, algo impensável para pessoas que não tiveram a possibilidade de concluir seus estudos.

A pouca escolaridade também é uma realidade comum entre eles, que, em sua maioria, mal tiveram a oportunidade de finalizar os estudos primários. Como relatado, para completar o que é hoje o Ensino Médio, tinham que se deslocar até a cidade de Santo Ângelo, distante aproximadamente 60 quilômetros de São Miguel das Missões. Percebe-se que a pouca escolaridade não foi um impeditivo para que esses profissionais desenvolvessem as habilidades e as competências necessárias para a função de artífice de manutenção e, com a correta orientação do arquiteto Fernando Machado Leal e do mestre Augusto da Silva, esses profissionais puderam se desenvolver e se tornar referência no trabalho com ruínas. Esse aspecto é bastante interessante quando pensamos no futuro dessa profissão, pois nos damos conta que, mais importante do que uma formação técnica prévia, é permitir que sejam criadas, no ambiente, as condições necessárias para o desenvolvimento profissional das pessoas.

Outro traço bastante interessante que podemos notar são os valores profissionais compartilhados pela equipe. Destacando-se, principalmente, aqueles relacionados ao trabalho em equipe e a solidariedade mútua. Como é possível perceber em vários relatos, o senso de equipe é um fator essencial para descrever as relações construídas entre eles, o que pode ter sido um dos elementos chaves para a permanência deles no ofício. Por isso, quando pensamos na contratação de novos integrantes para a equipe de artífices, em virtude da aposentadoria da maioria deles, é fundamental que pensemos não apenas em aspectos técnicos relacionados ao ofício, mas também nos afetivos, pois, ao acompanhar os relatos, é possível perceber que, mais

do que apenas técnica, são as relações afetivas que se destacam e elevam o conhecimento profissional e que são a base para a perduração dos mesmos profissionais durante todos esses anos.

Ao longo dos relatos, igualmente, é possível observar uma preocupação grande e genuína com o futuro dos sítios arqueológicos e a continuidade do ofício de artífice de manutenção. Graças ao trabalho contínuo desses profissionais, somados aos outros integrantes do Escritório Técnico, a manutenção dos sítios se vê hoje num estado de preservação como nunca antes na história do bem cultural patrimonializado. Ainda que, para muitos, as relações afetivas com o sítio em si tenham se aprofundado com o trabalho, é possível notar que esse espaço faz parte da identidade desses profissionais. Uma relação tão forte que leva muitos a fazerem atividades básicas do seu dia a dia não relacionadas ao trabalho, como tomar o chimarrão do café da manhã, algo intrinsecamente ligado àquela localidade. Por isso, entendemos que, quando aparecem preocupações com o futuro das ruínas, essa não está relacionada apenas a uma questão profissional, mas à manutenção de um elemento fundamental de suas identidades.

Observar esses relatos com base no que foi apresentado ao longo desta dissertação permite ao leitor uma aproximação bastante significativa com a problemática enfrentada pelo Escritório Técnico do Iphan em São Miguel das Missões. Entender a importância do ofício do artífice de manutenção é mais do que uma questão técnica interna à autarquia. Está relacionada a vivências, afetos, sensibilidades, identidade e valores. Portanto, garantir a continuidade do ofício torna-se imperativo para a sua manutenção como patrimônio cultural brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Figura 37: Equipe atual de artífices do sítio histórico e arqueológico de São Miguel Arcanjo. Da esquerda para a direita: Paulo Amauri dos Santos, Adelar de Oliveira Leite, Nerci Alves de Lima, Valdemar Ribas Mayer e Luiz Carlos Ferreira. Foto: Adriana Almeida de Souza (2022).

Quando do início das atividades do mestrado profissional no Escritório Técnico do Iphan em São Miguel das Missões, havia por parte da sua equipe uma grande aflição em relação à iminente aposentadoria dos artífices. Como era sabido por todos do escritório técnico à época, esses profissionais atuavam desde a década de 1980 na consolidação das ruínas missioneiras, tanto em São Miguel Arcanjo, como nos outros três sítios sob responsabilidade do Iphan. Esses profissionais eram os que há mais tempo trabalhavam naquele bem cultural e o conheciam como a palma da sua mão. Mas era inevitável que, com o passar dos anos, esses profissionais se aposentassem e, sem um plano de ação para a transmissão dos conhecimentos adquiridos por eles, toda a história de atuação dos artífices poderia ser perdida[89].

Esta pesquisa foi desenvolvida justamente nesse contexto como ferramenta para trazer visibilidade a essa questão. A temática poderia ser abordada de diversas maneiras. Todavia, entendemos que uma das formas pelas quais poderíamos contribuir para dar visibilidade à história desses profissionais seria divulgar suas histórias de vida e as relações construídas com aquele patrimônio. Para tanto, houve a opção de destacar as falas dos próprios artífices sobre

[89] No decorrer desta pesquisa, o artífice Nilson Jardim de Campos aposentou-se, e hoje a equipe encontra-se apenas com cinco artífices.

essas histórias, uma vez que entendemos que documentar e transcrever tais memórias é uma forma de preservá-las para a posteridade.

Quando decidimos investigar a história dos artífices missioneiros, a insuficiência de fontes escritas a respeito desses profissionais fez-se notável. Ainda que sejam abundantes as informações nos acervos, tanto do Escritório Técnico como da Superintendência Estadual e do Arquivo Central do Iphan, a respeito das obras de consolidação ocorridas no monumento a partir de 1980, em poucas ocasiões foram encontradas documentações mais específicas sobre esses profissionais: como foram selecionados, como permaneceram na instituição, as técnicas que desenvolveram em seu ofício, os trabalhos que executavam e seus nomes.

Tornou-se notável para nós o fato de que a história contada sobre a patrimonialização desses remanescentes não envolvia, diretamente, a participação dos artífices, ainda que seja a eles que, em diversas ocasiões, outros técnicos da instituição tenham recorrido para saber sobre a história das obras, o que foi feito, como foi feito e por quem foi feito[90].

A história oral foi considerada, então, para os fins desta pesquisa, uma metodologia possível para alcançar nosso objetivo de trazer maior visibilidade para as experiências e vivências desses profissionais, incluí-las na narrativa sobre a atuação do Iphan nas ruínas de São Miguel Arcanjo e contribuir para a visibilidade da questão referente à aposentadoria desses profissionais e o que esperar do futuro da profissão de artífice. Ao possibilitar uma versão mais ampliada da história e dar voz a múltiplos e diferentes narradores (FREITAS, 2006), a história oral viabilizou a participação direta dos artífices na produção desta nova documentação, que, por outros meios, não teria sido possível, e a produção de versões mais democráticas dos fatos,

---

[90] Ao longo da história de atuação do Iphan na região das Missões Jesuítas, nem sempre se recorria à documentação da rotina de trabalho e das técnicas utilizadas nas obras de consolidação que ali foram empreendidas. A oralidade aparece, até os dias atuais, como um aspecto fundamental para a transmissão de alguns conhecimentos e entendimentos. Isso, sem dúvida, leva à necessidade de se recorrer àqueles que acompanhavam de perto essas obras. Nas que se iniciaram na década de 1980, em diversos momentos, é relatada a busca de informações sobre consolidações anteriores, com alguns artífices que haviam trabalhado ali anteriormente. Em um relatório de 1980, Fernando Leal, responsável pelas obras que ali iniciavam-se, destaca: *"Inspeções mais demoradas na aludida fachada mostram a extrema precariedade de parte de sua alvenaria que tem algumas pedras da cimalha quase soltas. A este respeito foi recomendado aos arquitetos Odair e Custódio exame mais cuidadoso a ser complementado quando da visita ao monumento do mestre José Garcia, o que deverá se dar ainda este mês. Esta inspeção, em companhia do mestre José Garcia, parece-nos de extrema importância, vez que ele poderá elucidar uma série de indagações já que participou dos trabalhos realizados em 1968-70".* Um ano depois, mais uma vez se recorre a esses profissionais para entender as obras realizadas: *"A respeito dessas últimas obras [1926-27 e de 1968-70], ocorre observar que face às informações do mestre José Garcia, o arquiteto Odair procurou o mestre Farias, em São Paulo, obtendo deste a mesma descrição e localização de estrutura fornecida pelo Garcia. O resultado, obtido pelas duas fontes de informação, é o mesmo e, se houver alguma falha, será de pouca monta."* (LEAL, Fernando M. *Relatório RESCON*. Novembro de 1980 e fevereiro de 1981. Arquivo da Superintendência do Iphan no Rio Grande do Sul. Caixa 09. Município de São Miguel das Missões).

o que possibilita a valorização desses profissionais e contribui para a salvaguarda de seus saberes.

Esta pesquisa partiu do pressuposto inicial de que os conhecimentos e as técnicas construídas pelos artífices missioneiros constitui um saber-fazer institucional do Iphan e que, assim como outros saberes, deveria ser preservado e salvaguardado. Procuramos ressaltar, ao longo desta pesquisa, a importância do reconhecimento desses saberes pelo Iphan e os consideramos parte fundamental da história da instituição na proteção do patrimônio cultural. Procuramos salientar, também, o vínculo entre materialidade e imaterialidade no trabalho dos artífices.

Registrar suas vivências e experiências e desvendar a atuação desse tipo de profissional dentro da instituição teve como objetivo sinalizar para a necessidade de políticas institucionais para a manutenção desse tipo de equipe e de trabalhos de valorização desse conhecimento junto à comunidade. Apesar de, em diversos momentos, terem sido feitas contratações de auxiliares de construção para as várias obras de consolidação executadas nas ruínas missioneiras, especialmente no sítio histórico e arqueológico de São Miguel Arcanjo, nenhuma dessas equipes chegou a fazer parte de um quadro permanente nem gerou qualquer tipo de vínculo com os sítios.

Portanto, a permanência desses profissionais, ao longo desses mais de 35 anos, demonstra não apenas esse vínculo, mas o fato de que houve, por parte do Iphan, uma preocupação com a preservação do bem cultural. Atualmente, contudo, é raro o debate acerca do futuro da profissão.

Para concluir esta pesquisa, gostaria de destacar um registro bastante significativo, que foram os desenhos do arquiteto Odair de Almeida, que, durante a restauração empreendida pela empresa Rescon, ficou responsável pelo acompanhamento das obras executadas e também foi um dos responsáveis, junto do arquiteto Luiz Antônio Bolcato Custódio, pelo levantamento gráfico das ruínas empreendidos em 1981.

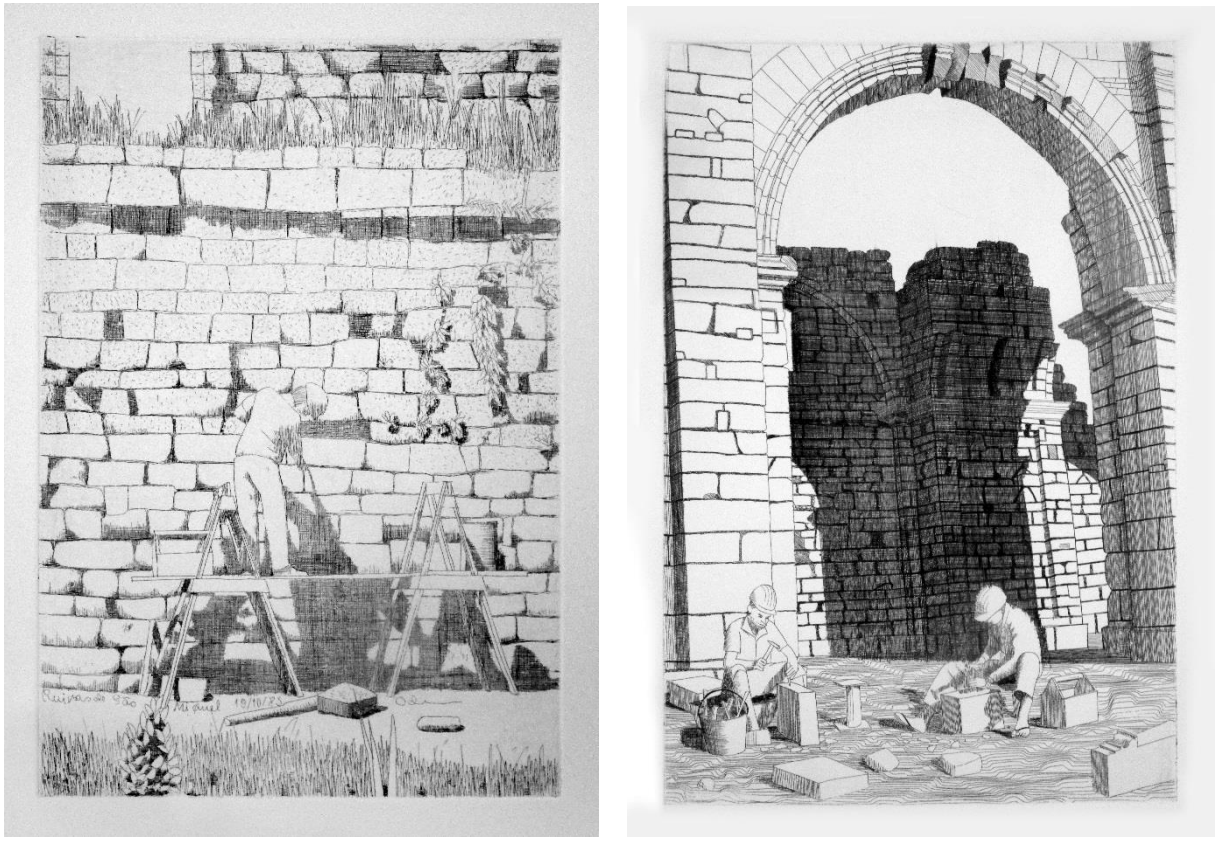


Figura 38: Desenhos criados por Odair de Almeida, em 1985, sobre os artífices que trabalhavam nas obras de consolidação. Fonte: Arquivo da Superintendência do IPHAN em São Paulo.

Por meio das gravuras, podemos reconhecer a existência de uma valorização do trabalho minucioso empreendido por esses profissionais. Assim, buscamos demonstrar, ao longo de toda esta pesquisa, que a exemplaridade dos trabalhos conduzidos em Missões resulta, em grande parte, do entendimento da necessidade de uma equipe técnica qualificada e permanente constantemente empenhada na proteção do patrimônio cultural. Esperamos que, no futuro, novos estudos sejam feitos acerca desses profissionais, a fim de contribuir para uma mais ampla documentação e divulgação desses personagens tão fundamentais para a história do Iphan nas ruínas de São Miguel Arcanjo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas. 2013.

ARANDT, Ingrid. **O sistema de captação e abastecimento de água nas Reduções Jesuíticas dos Guarani*:* O caso de São Miguel Arcanjo.** Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Iphan, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dissertacao_Ingrid_Arandt.pdf. Acesso em: 8 maio 2022.

BAUER, Leticia. **O arquiteto e o zelador: Patrimônio Cultural, História e Memória São Miguel das Missões (1937-1950).** Dissertação (mestrado), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. 2006. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/11112. Acesso em: 8 maio 2022.

BAUER, Letícia; BORGES, Viviane. (Org.). **História Oral e Patrimônio Cultural: potencialidades e transformações.** São Paulo: Letra e Voz, 2018.

BAPTISTA, Jean. **O Eterno:** crenças a práticas missionais. Dossiê Missões: Vol. 2. São Miguel das Missões: Museu das Missões, 2009. 264p.

_____. **O Temporal:** sociedades e espaços missionais. Dossiê Missões: Vol. 1. São Miguel das Missões: Museu das Missões, 2009. 226p.

BRASIL. **Decreto n.º 3551, de 4 de agosto de 2000.** Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm#:~:text=D3551&text=DECRETO%20N%C2%BA%203.551%2C%20DE%204,Imaterial%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias. Acesso em: 8 maio 2022.

_____. **Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 8 maio 2022.

_____. **Medida provisória n.º 9632, de 28 de abril de 1998**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 dez. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/1606-20.htm#:~:text=1606%2D20&text=MEDIDA%20PROVIS%C3%93RIA%20No%201.606,28%20DE%20ABRIL%20DE%201998.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20extin%C3%A7%C3%A3o%20de,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em: 8 maio 2022.

BRUM, Ceres Karam. **"Esta terra tem dono":** uma análise antropológica de representações sobre o passado missioneiro no Rio Grande do Sul. PPGAS/UFRGS. Porto Alegre, 2005. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/046cadernosihuideias.pdf. Acesso em: 28 mar. 2022.

CAVALCANTI, Lauro. **Modernistas, arquitetura e patrimônio.** In: PANDOLFI, Dulce (Org.) Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345p.

COSTA, Lucio. Registro de uma vivência. São Paulo: SESC, Editora 34, 2018 (1.a edição 1995, 2.a edição 1997).

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia R.R. (2010). Investigando as restaurações fundadoras do patrimônio: das práticas rotineiras às normas técnicas. In: **Nos Arquivos do Iphan – Revista eletrônica de pesquisa e documentação.** Iphan: Rio de Janeiro. 4p. Disponível em: http://portal.Iphan.gov.br/uploads/publicacao/revele_inv_restauracoes.pdf. Acesso em: 8 maio 2022.

CORREA, Sandra R. M. **Programa de Cidades Históricas (PCH).** Dicionário do Patrimônio Cultural – Iphan. Disponível em**:** http://portal.Iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/33/programa-de-cidades-historicas-pch. Acesso em: 2 ago. 2021.

_____. O Programa de Cidades Históricas: por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural urbano. **Anais do Museu Paulista:** história e cultura material, vol. 24, núm. 1, pp. 15-57, 2016. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/273/27346867003/html/. Acesso em: 2 ago. 2021.

_____. **O Programa de Cidades Históricas (PCH**): por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural – 1973/1979. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Universidade de Brasília. 2012. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/12372. Acesso em: 2 ago. 2021.

CUSTÓDIO, Luiz A. B. **Missões: patrimônio e território.** p. 65-80. In: PESAVENTO, Sandra P.; GOELZER, Ana L. (Orgs.). Fronteiras do mundo ibérico: patrimônio, território e memória das Missões. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

_____. **A Redução de São Miguel Arcanjo:** Contribuição do Estudo da Tipologia Urbana Missioneira. Dissertação de Mestrado. PPGPUR/UFRGS. Porto Alegre, 2002. p. 95.

CUSTÓDIO, Luiz A. B., STELLO, Vladimir F**.** Preservación de las misiones: trayectoria de Brasil. **Revista Apuntes**, vol. 20, nº 1, p. 142 – 153. Disponível em: http://www.scielo.org.co/pdf/apun/v20n1/v20n1a09.pdf. Acesso em: 8 maio 2022.

DIAS, Welbia Carla. **Boletim Sphan/Pró-memória:** um espaço de comunicação do patrimônio cultural. Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Disserta%2B%C2%BA%2B%C3%BAo%20Welbia%20Carla%20Dias.pdf. Acesso em: 8 maio 2022.

ERNESTO, M.; GUTIÉRREZ, Ramón. **Átlas territorial y urbano de las missiones jesuíticas de los Guaranies:** Argentina, Paraguay y Brasil – Sevilla: Consejeria de Cultura, 2009.

FILHO, A. S. Ensino e pesquisa na defesa de bens culturais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, 1975.** Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/69909. Acesso em: 2 ago. 2021.

FONSECA, Maria C. L. **O patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005.

_____. **Registro.** Dicionário do Patrimônio Cultural. Iphan. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/47/registro. Acesso em: 8 maio 2022.

FREITAS, Sonia M. **História Oral:** possibilidades e procedimentos. 2. ed. – São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. **A retórica da perda:** os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro; Iphan. 1996.

GUTIERREZ, Ramón. As Missões Jesuíticas como espaço para o desenvolvimento social e cultural. p. 104 – 124. In: **Iphan. Missões Jesuíticas Patrimônio da Humanidade: celebrando a Convenção da Unesco:** 1972-2012. Brasília, DF: Iphan, 2013.

HEYMANN, Luciana; ALBERTI, Verena. Acervos de história oral: um patrimônio silencioso? In: BAUER, Letícia; BORGES, Viviane. (Org.). **História oral e patrimônio cultural:** potencialidades e transformações. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 11-30.

HORDEJUK, Cristiano de Souza. **A presença do Iphan nas Missões:** concepções e projetos de patrimônio. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Iphan, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/HORDEJUK_Cristiano-Dissertacao_Mestrado.pdf. Acesso em: 8 maio 2022.

IBGE. **São Miguel das Missões**. 2020. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-miguel-das-missoes/panorama. Acesso em: 28 mar. 2022.

ICOMOS. **Carta de Burra**. Burra Austrália: 1980. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf. Acesso em: 8 maio 2022.

IPHAN. (Brasil). ***Tava*, lugar de referência para o povo guarani.** Dossiê de registro. 2017ª. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_da_Tava_Lugar_de_Referencia_para_o_Povo_Guarani(1).pdf. Acesso em: 8 mai. 2022.

_____. **Ata da 77.ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Brasília, 3 e 4 de dezembro de 2014.** Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/ATA__77_Reuniao_Conselho_Consultivo__03_e_04122014.pdf. Acesso em: 8 maio 2022.

_____. **Boletim SPHAN/PróMemória.** 1979-1990.

_____. **Boletim SPHAN/PróMemória n.º 27, 1983**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/boletim_27.pdf. Acesso em: 8 maio 2022.

JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In: FERREIRA, Marieta. **História oral:** desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Fiocruz/Cpdoc-FGV, 2000.

LAMEGO, Alberto. **Os Sete Povos das Missões**. In: Iphan. **Revista do Patrimônio**, nº 4, p.55-87, 1940. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat04_m.pdf. Acesso em: 8 maio 2022.

LEAL, Claudia F. B. **As Missões da Unesco no Brasil:** Michel Parent**.** [Tradução de Rejane Maria Lobo Vieira] – Rio de Janeiro: Iphan, COPEDOC, 2008.

LEAL, Fernando Machado. São Miguel das Missões: estudo de conservação e estabilização das ruínas da igreja. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.º 19, 1984. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat19_m.pdf. Acesso em: 8 maio 2022.

LENHARO, Alcir. **A sacralização da política**. Campinas: Papirus, 1986.

MAGADÁN, Marcelo L**.** Ficha de relevamiento arquitectónico e de estado de conservación. In: **Manual Básico de Conservación para las Misiones Jesuiticas Guaranies**. Unesco, 2009, p. 149. Disponível em: https://www.wmf.org/sites/default/files/article/pdfs/Jesuit%20Mission%20Manual%20Reduced.pdf. Acesso em: 8 maio 2022.

MAYERHOFER, Lucas. A Igreja de São Miguel das Missões. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, 6, 7 - 32. São Paulo: USP. 1969. Disponível em: http://www.revista.usp.br/rieb/article/view/56519/59575. Acesso em: 8 maio 2022.

MOTTA, Lia. **Patrimônio urbano e memória social:** práticas discursivas e seletivas de preservação cultural, 1975 a 1990. Dissertação (Mestrado) – Memória Social e Documento, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: http://www.repositorio-

bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/12610/Dissert%C3%A7%C3%A3o%20Lia%20Motta%20UNIRIO%202000.pdf?sequence=1. Acesso em: 8 maio 2022.

OLIVEIRA, Almir F B. O Iphan e o seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil. **Cadernos do CEOM**, v. 21, n.29, p. 19-38, 2009. Disponível em: https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/64. Acesso em: 8 maio 2022.

PESSÔA, José (Org**.) Lucio Costa:** documentos de trabalho. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

RESENDE *et. al.* Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) 1990-1994. In: IPHAN. **Dicionário do Patrimônio Cultural.** Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/54/instituto-brasileiro-do-patrimonio-cultural-ibpc-1990-1994. Acesso em: 8 maio 2022.

_____ Fundação Nacional Pró-Memória 1979-1990. In: IPHAN. **Dicionário do Patrimônio Cultural.** Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/53/fundacao-nacional-pro-memoria-1979-1990. Acesso em: 8 maio 2022.

SAIA, Luis. Compromisso de Brasília. **Revista de História,** [S. l.], v. 41, n. 84, p. 453-484, 1970. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1970.129569. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/129569. Acesso em: 27 set. 2022.

Sant'Anna, Márcia. Preservação como prática: sujeitos, objetos, concepções e instrumentos. In: **Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural**, 2015. Disponível em: http://portal.Iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/46/preservacao. Acesso em: 8 maio 2022.

SILVA, Glaci Teresinha da**. A materialização da nação através do patrimônio:** o papel do SPHAN no regime estadonovista. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2010. Disponível em: https://hdl.handle.net/10923/3858. Acesso em: 8 maio 2022.

STELLO, Vladimir F. **Sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo:** avaliação conceitual das intervenções 1925-1927 e 1938-1940. Dissertação de mestrado. PPGEC/UFRGS. Porto Alegre, 2005.

_____. **Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo:** avaliação conceitual das intervenções 1925-1927 e 1938-1940. Dissertação (mestrado). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Engenharia. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, 2005. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/7964. Acesso em: 8 maio 2022.

UNESCO. **Dossiê para inscrição do Patrimônio Cultural de São Miguel das Missões.** Arquivo Iphan. Rio de Janeiro, 1983. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie%20MISSOES%20Sao%20Miguel%20rev%20js%20janeiro%202014_pt.pdf. Acesso em: 8 maio 2022.

VELOSO, Mariza Motta Santos. Nasce a Academia SPHAN. In: Iphan. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 24, p. 77 – 96, 1996. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat24.pdf. Acesso em: 8 maio 2022.

XAVIER, Laura R. **Patrimônio em prosa e verso:** a correspondência de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Augusto Meyer. 2008. Trabalho de conclusão de Curso (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace;/bitstream/handle/10438/2149/CPDOC2008LauraReginaXavier.pdf. Acesso em: 8 maio 2022.

Arquivo do Escritório Técnico de São Miguel das Missões-IPHAN/RS:

CUSTÓDIO, Luiz A. **Ofício referente a Centro de Documentação e Pesquisa.** Porto Alegre, 23 de julho de 2003. Arquivo da Superintendência do Iphan no Rio Grande do Sul. Caixa 2. Município de São Miguel Arcanjo.

LEAL, Fernando M. **Ruínas da Igreja de São Miguel das Missões.** Sem data. Arquivo do Escritório Técnico do Iphan em São Miguel das Missões, caixa 19.

_____. **Análise Histórica**. Relatório Rescon. Arquivo Central do Iphan. Pasta 0580.

_____. **Comunicado Interno direcionado a Julio B. Curtis – Diretor da 10ª Diretoria Regional do SPHAN/Pró-Memória. 09/09/1986.** Arquivo do Escritório Técnico do IPHAN em São Miguel das Missões.

SAIA, Luis. **Obras nas ruínas de São Miguel**. Ofício 5/69 de 14 de janeiro de 1969.

SOEIRO, Renato. **Ao ministro** – Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1975.